



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

EMANUELE BANI

**A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

São Luís

2016

EMANUELE BANI

**A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

São Luís

2016

Bani, Emanuele.

A “Vila” Progresso como produto da desigualdade socioespacial na cidade de São Luís do Maranhão / Emanuele Bani. – São Luís, 2016.

116 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Antonio José de Araujo Ferreira.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento socioespacial e regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

1. Produção do espaço urbano. 2. Desigualdade socioespacial.
3. “Vila” Progresso. 4. São Luís do Maranhão. I. Título.

EMANUELE BANI

**A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Juarez Soares Diniz
Universidade Federal do Maranhão

A Deus, a minha família e aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sem dúvida uma das partes mais difíceis na exposição de um trabalho, seja porque é possível cometer algumas injustiças ao não lembrar de pessoas que tiveram um importante papel na elaboração do mesmo, e que por isso deveriam ser mencionadas, seja porque realmente ninguém faz nada sozinho.

Assim desejo agradecer primeiramente ao meu orientador, o Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira, pelo imenso apoio e incentivo e pela sua disponibilidade em me ajudar sempre que precisei. Exemplo de humildade, ainda me lembro do dia em que ele veio me entregar alguns materiais de leitura no estacionamento de uma padaria. Suas indicações de leituras e colocações foram fundamentais, pois se tornaram fontes das quais eu abasteci minha consciência crítica.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da UEMA. Em modo particular ao Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett, cujas aulas me ajudaram muito na elaboração da pesquisa e também pelas considerações feitas durante o Exame de Qualificação que me fizeram refletir ainda mais.

Ao professor Juarez Soares Diniz, pelos conselhos e sugestões no Exame de Qualificação. Muito obrigado professor por sua humildade e cordialidade: um exemplo para mim.

À Prof.^a Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado, por sua sapiência. Nunca esquecerei sua arte de explicar o valor de troca e o valor de uso através uma simples caneta azul.

À Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso, pelos seus ensinamentos acerca do método crítico-dialético e pela sua extrema competência.

À Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida, pelo conhecimento adquirido durante suas aulas.

Ao Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior, pela competência e dedicação que tem demonstrado.

À coordenadora do mestrado, Prof.^a Dr.^a Zulene Muniz Barbosa, que esteve sempre disponível durante o período do curso.

Às funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Elizete e Gracimila, pela disponibilidade e celeridade demonstradas constantemente.

Aos colegas da turma de mestrado, pela disponibilidade de todos e pelos belos momentos que passamos juntos durante o período do curso.

À Dona Cosma e sua família, pela imensurável ajuda na coleta de dados e a todos os moradores da “Vila” Progresso pela gentileza em conceder entrevistas.

Ao meu pai Francesco, *in memoriam*, pelos ensinamentos sobre a vida e pelo amor incondicional, infinito.

À minha mãe Giuditta, por ter me ensinado, através de seu exemplo, a capacidade de sofrer e lutar.

Ao meu filho Rafael, por perdoar minhas ausências na hora de brincar. Também pelos seus abraços, seus sorrisos, sua incrível capacidade de encher de felicidades meus dias.

A Karina, pelo grande amor que tem me dedicado e pela paciência durante os momentos difíceis. Sem a tua ajuda não teria conseguido chegar até aqui.

A toda a família, aos amigos e a todos aqueles que de forma direta e/ou indireta ajudaram para que este trabalho pudesse ser concluído.

“O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras”.

GASTON BACHELARD

“A cidade, o urbano, também é o mistério, oculto. Atrás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a política.”

HENRY LEFEBVRE

RESUMO

Neste trabalho analisa-se o processo de produção do bairro “Vila” Progresso no contexto da expansão do espaço urbano em São Luís do Maranhão, Brasil. Propõe-se pensar o espaço como produto social que se materializa através da ação de diversos agentes sociais. Coloca em questão que a urbanização, erguida de acordo com os interesses do capital, tem obrigado a população pobre a ocupar as áreas desprezadas pelo mercado imobiliário. O método de interpretação adotado foi o histórico-dialético, pois permite enxergar as contradições emergentes na cidade capitalista entre a necessidade de reprodução do capital e a necessidade da reprodução da sociedade, combinando-se abordagens qualitativa e quantitativa. Para tanto, utilizaram-se as técnicas a seguir: pesquisa bibliográfica, estatística e cartográfica, além da pesquisa documental e de campo. Aplicou-se questionário com perguntas semiestruturadas junto aos moradores da “Vila” Progresso e entrevistaram-se informante-chaves. Concluiu-se que: a “Vila” Progresso tornou-se alternativa obrigatória para seus habitantes, impedidos de adquirir suas próprias moradias nas melhores áreas da cidade de São Luís, em função do acesso seletivo ao solo urbano; sua paisagem reflete as condições econômicas dos moradores; a carência de infraestrutura urbana e as precariedades das condições de vida são, hoje, fruto da desigualdade imposta pelo desenvolvimento da produção capitalista do espaço, realizada na capital maranhense (São Luís) principalmente a partir de 1960, pela ação do Estado que tem favorecido a reprodução do capital e desfavorecido a força de trabalho, excluindo-a do direito à cidade. Morar na “Vila” Progresso tornou-se ainda mais excludente por causa da produção simbólica do nome “Vila”, pois o termo é frequentemente utilizado de forma pejorativa para definir uma área caracterizada por miséria e violência. Diante da análise proposta, justifica-se a assertiva que a “Vila” Progresso representa um produto da desigualdade socioespacial em São Luís do Maranhão.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano. Desigualdade socioespacial. “Vila” Progresso. São Luís do Maranhão.

ABSTRACT

This article analyzes the neighborhood of the production process of "Vila" Progresso in the context of expansion of urban space in São Luís, Brazil. It is proposed to think of space as a social product that materializes through the action of various social agents. Brings into question that urbanization, built according to the interests of capital, has forced the poor to occupy the areas neglected by the real estate market. The method adopted was the critical-dialectical, because it allows to see the emerging contradictions in the capitalist city between the need of reproduction of capital and the need for the reproduction of society, combining qualitative and quantitative approaches. Proceeded to through the techniques of bibliographical research, statistics and mapping, as well as documentary and field research. Questionnaire with semi structured questions applied with the residents of the "Vila" It is applied progress and were interviewed key informants. It was concluded that: "Vila" Progresso became mandatory alternative to its inhabitants, unable to purchase their own homes in the best areas of the city of São Luís, due to the selective access to urban land; its landscape reflects economic conditions of the inhabitants; the lack of urban infrastructure and the precarious living conditions are, today, the result of inequality imposed by the development of capitalist production of space, held in São Luís, especially since 1960, by state action that has favored the reproduction of capital and disadvantaged workforce, excluding the right to the city. Living in the "Vila" Progresso has become even more exclusive because of the symbolic production of the name "Vila", as the term is often used pejoratively to define an area characterized by poverty and violence. Given the proposed analysis justifies the assertion that the "Vila" Progresso is a product of socio-spatial inequality in São Luis.

Keywords: Production of urban space. Socio-spatial inequality. "Vila" Progresso. São Luís.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Setores censitários que abrangem a “Vila” Progresso	24
Figura 2 - Mapa de parte do litoral Oriental do Maranhão.....	41
Figura 3 - Transporte com bondes de tração animal em São Luís	43
Figura 4 - Fábricas têxteis em São Luís: Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (A) e gomador da Fabrica Rio Anil (B)	44
Figura 5 - A cidade de São Luís do Maranhão em 1951	46
Figura 6 - Implantação da barragem do Bacanga	49
Figura 7 - Mapa de zoneamento de São Luís - 1992	57
Figura 8 - Mapa de localização da “Vila” Progresso	60
Figura 9 - Imagem de satélite da “Vila” Progresso	61
Figura 10 - Planta de situação da “Vila” Progresso.....	62
Figura 11 - Mapa de localização da bacia de São Luís	63
Figura 12 - Mapa do estado do meio físico da bacia do rio Anil - 1999	64
Figura 13 - “Vila” Progresso: posto policial do bairro.....	69
Figura 14 - Mapa - proposta de zoneamento do município de São Luís - 2014.....	73
Figura 15 - Vista aérea do bairro da Ponta d’Areia em 2008	75
Figura 16 - Autoconstruções de madeira nas bordas da “Vila” Progresso	76
Figura 17 - Palafita no limite com o bairro Vila Marinha	77
Figura 18 - Diversas tipologias de moradias na “Vila” Progresso. Destaque para a preocupação com a fachada.....	77
Figura 19 - Moradia da “Vila” Progresso com escada de acesso perigosa.....	78
Figura 20 - Condições das ruas da “Vila” Progresso: Rua da Alegria (A), Rua Projetada (B)	79
Figura 21 - Praça do bairro da “Vila” Progresso	81
Figura 22 - Associação dos moradores do bairro	82

Figura 23 - Reunião dos moradores da “Vila” Progresso.....	82
Figura 24 - Reunião dos moradores da “Vila” Progresso.....	82
Figura 25 - Aglomerados subnormais na Ilha do Maranhão	85
Figura 26 - Exemplo de forma de consumo entre os moradores da “Vila” Progresso	90
Figura 27 - “Vila” Progresso: domicílios com esgoto a céu aberto.....	95
Figura 28 - “Vila” Progresso: domicílios com lixo no entorno.....	96
Figura 29 - Ata de fundação da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Progresso	100
Figura 30 - Placa de identificação da casa com o nome Jardim Progresso	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O município de São Luís: evolução da população total, 1940-2010	48
Gráfico 2 - “Vila” Progresso: meio de transporte utilizado.....	71
Gráfico 3 - “Vila” Progresso: local de nascimento do chefe da família	86
Gráfico 4 - “Vila” Progresso: renda mensal	87
Gráfico 5 - “Vila” Progresso: grau de instrução da população - Pai e Mãe	88
Gráfico 6 - “Vila” Progresso: grau de instrução da população - Filhos	89
Gráfico 7 - “Vila” Progresso: quantidade de pessoas residentes no imóvel	91
Gráfico 8 - “Vila” Progresso: número de cômodo da moradia.....	91
Gráfico 9 - “Vila” Progresso: número de filhos por famílias	92
Gráfico 10 - “Vila” Progresso: idade da população	93
Gráfico 11 - “Vila” Progresso: nomes da comunidade	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - São Luís: conjuntos habitacionais produzidos, 1971-1980.....	50
Quadro 2 - São Luís: conjuntos habitacionais produzidos, 1981-1991.....	52
Quadro 3 - São Luís: conjuntos habitacionais produzidos, 1989-1992	52
Quadro 4 - São Luís: áreas de ocupação identificadas, 1930-2011.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMAR	- Consórcio de Alumínio do Maranhão
BNH	- Banco Nacional de Habitação
CAEMA	- Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão
CAIXA	- Caixa Econômica Federal
CEF	- Caixa Econômica Federal
COHAB-MA	- Companhia de Habitação Popular do Maranhão
COHAMA	- Cooperativa Habitacional do Maranhão
COHATRAC I	- Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores no Comércio de São Luís
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CUT	- Central Única dos trabalhadores
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEM	- Instituto de Previdência de Estado do Maranhão
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MDM	- Movimento em Defesa da Moradia
PAIH	- Plano de Ação Imediata para Habitação
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPDSR	- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
PT	- Partido dos Trabalhadores
SEMURH	- Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação
SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
ZEIS	- Zona Especial de Interesse Social
ZIS	- Zona de Interesses Social
ZPA2	- Zona de Proteção Ambiental
ZR2	- Zona Residencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA.....	21
3	A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO	26
3.1	A reflexão sobre produção do espaço	26
3.2	Os agentes sociais produtores do espaço urbano	31
3.3	A urbanização brasileira.....	35
3.4	A (re)produção do espaço urbano em São Luís: uma análise histórica da produção da cidade “unitária” (1612-1964).....	37
3.5	A produção das áreas de ocupação no contexto da modernização de São Luís (1965-1992)	47
4	A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO	59
4.1	Situação geográfica da “Vila” Progresso	59
4.2	Caracterização Geoambiental	62
4.3	História da ocupação da área	64
4.4	A “Vila” Progresso atual: análise da paisagem	74
4.5	A “Vila” Progresso atual: perfil socioeconômico da população	84
4.6	A produção da “Vila” Progresso como linguagem.....	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICES	111

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A história desta pesquisa tem como ponto de partida minha chegada ao Brasil, mais precisamente em São Luís do Maranhão; enquanto geógrafo oriundo da Itália, iniciei minhas observações dessa cidade, que no ensejo de desvelar formas e desvendar processos, venho andando pelas ruas e pelos bairros com um olhar questionador; um olhar que, no dizer de Novaes (1988, p. 9) “deseja sempre mais do que o que lhe é dado a ver”.

Assim, ao me confrontar com a realidade da cidade referida, o que chamou minha atenção foi a evidente disparidade entre riqueza e pobreza estampada na paisagem, um arcabouço de becos, ruas e avenidas, de bairros com edifícios luxuosos e áreas onde vivem populações obrigadas a morar em precárias condições.

Precárias condições que eu conheci pessoalmente no bairro “Vila” Progresso e que para mim representavam uma situação inédita, quase inimaginável para quem vem de outras realidades, sobretudo de País “Desenvolvido”. E diante daquela realidade, minha inquietação inicial foi: como se formou esse bairro, que abriga famílias pobres, muitas delas vivendo em situações de miséria?

Motivado por essa inquietação, julguei pertinente buscar o pressuposto teórico-metodológico que pudesse fundamentar minha investigação acerca do objeto de estudo, que o meu questionamento empírico tinha evidenciado. Daí, decidi pautar-me no pressuposto de que a desigualdade socioespacial na cidade de São Luís é expressão da produção capitalista do espaço; um espaço produzido em função da necessidade de reprodução do capital e fundamentado na propriedade privada. E a “Vila” Progresso representa uma parte (área residencial) do todo que é a capital do Maranhão, São Luís.

Nesse caso, o adjetivo socioespacial, introduz uma qualidade ao tema da desigualdade, obrigando-nos, como sugere Carlos (2007, p. 45) “a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social”.

Sob essa perspectiva, o espaço torna-se um produto que, segundo Carlos (1994, p. 33 e 85) “não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas” [...], uma vez que [...] “o ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço; ele envolve o ato de produzir o lugar”.

No entendimento de Carlos (1994), ao produzir a vida, o ser humano produz o espaço. No entanto, essa produção não se refere só ao processo produtivo de mercadorias *stricto sensu*, mas também aos processos sociais, políticos, ideológicos e jurídicos, que se articulam na totalidade de uma determinada formação econômica e social.

Sob o capitalismo, a produção do espaço realiza-se de forma diferenciada de acordo com os interesses das classes sociais. Nesse caso, segundo Carlos (2014), a desigualdade cria-se e estrutura-se a partir de relações centradas no processo de acumulação e apropriação privada da propriedade e do poder. E a cidade passa a representar a expressão espacial desse sistema de relações, na qual as desigualdades passam a serem produto e condição de seu desenvolvimento em virtude dos aspectos contraditórios inerentes ao próprio processo.

Aspectos contraditórios, ressalta Carlos (1994), que refletem a contradição principal entre uma produção imposta pelo desenvolvimento da acumulação capitalista e uma produção como condição, meio e produto da vida social.

Convém notar que essa contradição decorre do fato de que no capitalismo o espaço necessário para a reprodução da vida transforma-se em uma mercadoria que, assim como as demais mercadorias, tem seu preço regulado pela lei da oferta e da procura, e para se ter acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele. Sob esse pressuposto, as cidades brasileiras apresentam uma determinada configuração espacial, em que:

As classes de maior renda habitam as melhores áreas, as mais centrais, ou as abandonam [...] em busca de um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidade de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade resta as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pela população de alto poder aquisitivo, ou ainda a periferia, logicamente não arborizada, mas aquela onde os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infra-estrutura, à distância das “zonas privilegiadas” da cidade, onde há possibilidade de autoconstrução, a casa construída em mutirão. Para aqueles que não têm sequer essa possibilidade, o que sobra é a favela, cujos terrenos, em sua maioria, são lugares onde os direitos de propriedade não vigoram (CARLOS, 1994, p. 89).

Em São Luís do Maranhão, relata Ferreira (1999, 2014) que a presença de áreas de ocupação irregular ou invasão¹ já se registrava na cidade desde 1930, na medida em que às populações de baixa renda não restava alternativa para morar. Mas é a partir da segunda metade da década de 1960 que a produção de áreas de ocupação vem se delineando de forma

¹ Cabe aqui destacar a ponderação de Silva (1995), segundo a qual o termo *invasão* seria mais adequado para caracterizar o processo de ocupação dessas áreas em São Luís, pois o mesmo não ocasiona muitas distorções da realidade sócio jurídica, enquanto que o termo *ocupação*, relacionado à tomada de posse de coisa sem dono não tem fundamento jurídico, pois juridicamente não há no Brasil imóvel sem dono.

acelerada, em função da transformação profunda dessa cidade que, no breve período de trinta e cinco anos, ao dizer de Burnett (2007, p. 2), perdeu “primeiro paulatinamente e depois abruptamente, seu valor de uso pela mercantilização da vida”, transformando-se em uma cidade segregada, dividida entre aqueles que podem permitir-se viver nos melhores lugares e aqueles que, não tendo uma renda suficiente, abrigam-se em lugares insalubres ou de difícil acesso.

A necessidade de realização da produção do espaço, no sentido de suprir a demanda de consumo para a reprodução da vida dos homens, fez com que a população de baixo ou nenhum poder aquisitivo se instalasse em áreas da cidade referida e ainda não ocupadas em função da precária localização ou do escasso valor econômico, como por exemplo, em encostas de colinas, ou em áreas de mangue, como é o caso da “Vila” Progresso.

Tendo em vista o questionamento inicial sobre a dinâmica de formação da “Vila” Progresso, a análise do processo de produção e reprodução do espaço torna-se adequada para desvendar o que à primeira vista não é possível enxergar. Isto é, ela permite pensar a cidade e o urbano como um produto histórico, ao mesmo tempo realidade presente e continuamente produzida, que é possível observar no cotidiano das pessoas e nas relações de conflito entre os agentes sociais que produzem e reproduzem uma determinada parcela de espaço.

Sob essa perspectiva e pautada no pressuposto teórico-metodológico apresentado, a questão norteadora do trabalho refere-se à necessidade de entender como a “Vila” Progresso insere-se no contexto da produção do espaço urbano de São Luís e compreender, assim, de que modo ela representa uma parte do todo inerente à produção desigual dessa cidade. Quanto às questões secundárias, elas são: quais são os agentes sociais que atuam na produção da mencionada “Vila”? Quais suas estratégias e ações? Qual o papel dos agentes sociais na (in)definição-permanência do nome “Vila” Progresso?

Essa última questão surgiu a partir de uma nova inquietação frente à descoberta que emergiu durante os primeiros trabalhos de campo, a qual se refere à indeterminação do nome “Vila”, isto é, na incerteza mostrada por parte dos moradores sobre a origem do nome “Vila” Progresso. Com efeito, a fim de evidenciar que no nome se trava e se desenvolve a luta de classe, e que, portanto, envolve a produção desigual do espaço, decidiu-se, neste trabalho, pôr o nome “Vila” entre aspas a fim de evitar comparações com outras localidades situadas fora de São Luís as quais se dinamizaram e foram elevadas às categorias administrativas de

termo, vila e/ou cidade, mas também para ressaltar o caráter ideológico/discriminatório do nome².

Diante das referidas inquietações, o trabalho objetivou analisar o processo de produção do espaço da “Vila” Progresso, no contexto da expansão do espaço urbano em São Luís do Maranhão. E entre os objetivos específicos, identificaram-se os agentes sociais envolvidos nesse processo, investigando suas ações e estratégias, e, por fim, no ensejo de entender a produção da “Vila” como linguagem, analisou-se a dimensão simbólica da produção do espaço e as relações entre os agentes sociais envolvidos na (in) definição-permanência do nome “Vila” Progresso.

Para dar conta do tema escolhido e tentar responder as citadas inquietações, dividiu-se este trabalho em cinco capítulos. No primeiro capítulo, introduziu-se o tema da pesquisa, apresentando-se a problemática, o pressuposto teórico-metodológico, as questões norteadoras, os objetivos geral e específicos e, enfim, a justificativa.

No segundo capítulo, apresentaram-se a metodologia e as técnicas utilizadas, através dos quais o leitor apreenderá como a pesquisa foi realizada a partir do diálogo com autores que sustentam a argumentação e sua vinculação com a realidade empírica analisada.

No terceiro capítulo, analisou-se o processo histórico de produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão, desde a fundação da cidade até 1964, prosseguindo pelo estudo da produção das áreas de ocupação no contexto da produção da “moderna” São Luís, tendo como referencial teórico o conceito de produção do espaço, a partir das contribuições de Henri Lefebvre, Neil Smith, David Harvey e Ana Fani Alessandri Carlos. O capítulo parte da premissa de pensar o espaço como um produto social que se materializa em função de interesses dos agentes sociais que atuam num determinado espaço geográfico. A definição de agente social e a tipologia utilizada para a cidade de São Luís é a de Ferreira (1998, 2014).

No quarto capítulo, analisou-se o processo de produção do espaço da “Vila” Progresso, começando com a análise da situação geográfica e a caracterização geoambiental da área, prosseguindo com o histórico de ocupação da área, em busca da identificação das transformações ocorridas ao longo do tempo e, em seguida, analisando o atual bairro, sua paisagem e seu perfil socioeconômico. Enfim, o capítulo encerrou com a análise da produção da “Vila” como linguagem, investigando o papel dos agentes sociais na (in)definição-permanência do nome “Vila” Progresso. O objetivo do capítulo foi identificar as estratégias e

² De fato, o nome “Vila” tem sido usado na cidade de São Luís para definir a maioria das áreas residenciais e/ou bairros pobres. Essa discussão será aprofundada no subcapítulo 4.6 deste trabalho, quando será discutida a produção da “Vila” Progresso como linguagem.

as ações dos agentes sociais envolvidos no processo de produção do bairro analisado. O percurso teórico-metodológico seguiu a direção da dialética entre forma e conteúdo, tendo em vista que a produção do espaço realiza-se materialmente numa série de formas e cores, cujo entendimento, todavia, perpassa a simples observação do real e obriga a pensar o concreto como resultado de um processo feito de tramas ocultas, operado por diversos agentes sociais.

Por fim, o quinto capítulo, onde foram compostas as considerações finais, de acordo com as questões norteadoras e os objetivos do trabalho.

Com o presente trabalho propõe-se contribuir no debate sobre os estudos que objetivam explicar a produção desigual do espaço urbano do município de São Luís do Maranhão, evidenciando a realidade empírica das áreas de ocupação, a partir do exemplo da “Vila” Progresso, na perspectiva, elaborada por Quaini (1983), da superação das desigualdades, que, não sendo fatos naturais, são superáveis por parte da sociedade.

Capítulo 2

METODOLOGIA

De acordo com Rocca (2001), uma produção científica é realizada através de um percurso dividido em três fases: um nível lógico, um nível do método e um nível das ferramentas e das fontes. Quanto ao nível lógico, o referido autor diferencia a adoção de lógicas disjuntivas, baseadas no princípio de criar conhecimento através da decomposição do objeto de estudo, e o uso de lógicas conjuntivas, fundamentadas numa visão holística. Neste estudo privilegiou-se o uso de lógicas conjuntivas, buscando o ponto de vista da totalidade.

Com relação ao método, ressalta-se a contribuição de Lakatos e Marconi (1991), segundo a qual numa pesquisa científica o mesmo caracteriza-se por representar um nível de abstração mais amplo. Para este trabalho adotou-se o método do materialismo histórico-dialético, pois é o que permite explicar a estrutura espacial como resposta à contradição entre o controle privado dos meios de produção e o caráter social da produção (ROCCA, 2001), isto é, permite pensar as contradições do processo de produção do espaço urbano (CARLOS, 2015).

Quanto ao método de Marx, Netto (2011), acostando-se em Lukács (1974, 2007 apud NETTO, 2011), assevera que o ponto crucial desse método é o ponto de vista da totalidade, que no caso do materialismo histórico, refere-se a uma unidade de forças opostas em lutas entre elas. Unidade/totalidade, relativa e mutável, resultado do caráter contraditório das totalidades que a compõe. E esse caráter contraditório vem de outro aspecto que assume grande importância no método de Marx, isto é, na dialética, a qual permite se pensar que tudo tem a ver com tudo, que as partes não podem ser compreendidas isoladamente sem levar em conta as contradições e as uniões entre elas.

Ressalta-se que, em contraposição à dialética hegeliana, a qual põe em evidência apenas a forma abstrata do movimento dialético, na dialética marxista as contradições estão bem presentes na realidade. É indispensável, portanto, conhecer essa realidade para tentar desvendar os processos contraditórios e superá-los.

De acordo com Netto (2011), pensar em totalidade e dialética, no método de Marx, permite a análise da essência, isto é, a análise da estrutura e da dinâmica do objeto de estudo, que no caso desta pesquisa implica analisar o processo de produção da “Vila” Progresso, com suas contradições e enquanto totalidade concreta, ao mesmo tempo parte de

uma totalidade de ordem superior como a cidade de São Luís que por sua vez, vem de outras totalidades inerentes ao processo de urbanização sob a lógica do capital.

A despeito da escala, o presente trabalho focalizou no estudo do espaço urbano (São Luís) e de uma determinada parcela, que reflete e reforça o processo, isto é, o bairro “Vila” Progresso. Como explica Carlos (2015), a produção de uma determinada parcela do espaço urbano resulta da ação de um ou de diversos agentes sociais e é expressão das contradições e dos conflitos engendrados por essa dinâmica da produção. Entretanto, o estudo desse processo tem sentido quando analisado em função do todo ao qual pertence, o que implicou o estudo do processo de produção do espaço em diversas escalas. De fato, escreve Harvey (2004, p. 108), “não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas”.

As contradições inerentes ao processo de produção do urbano foram auxiliadas com a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa, sugerida por Minayo (2005, p. 95) ao defender que: “as aproximações quantitativas e qualitativas não devem ser consideradas antagônicas e sim linguagens complementares, embora de natureza diferente”.

Em relação às ferramentas e às fontes, utilizaram-se as seguintes técnicas:

a) Levantamento bibliográfico (livros, revistas científicas, monografias, dissertações, teses, sites da internet, entre outros). A construção do conhecimento ocorreu por meio dos seguintes autores: Soares (1957), Furtado (1970), Capel (1972), Lukács (1974, 2007), Abbeville (1975), Harvey (1982, 2001, 2004), Quaini (1983), Santos (1983, 2007), Mendonça (1986), Smith (1988), Carlos (1989, 1994, 2011, 2014, 2015), Corrêa (1989), Gil (1991), Lowy (1989), Lakatos e Marconi (1991), Ferreira (1995, 1998, 1999, 2005, 2014), Ferreira e Silva (1995), Pêcheux (1995), Silva (1995, 2012), Bachelard (1996), Gottdiener (1997), Diniz (1999, 2007), Foucault (1999), Carvalho (2000), Elias (2000), Maricato (2000, 2011), Rocca (2001), Villaça (2001), Marx e Engels (2002), Oliveira (2003), Burnett (2004, 2006, 2007, 2012), Deák & Schiffer (2004), Luz (2004), Alcântara & Amorim (2005), Mendes (2005), Bakhtin (2006), Lefebvre (2006), Cabral (2008), Gil (2008), Gramsci (2008), Damiani (2009), Bourdieu (2010), Neto (2011), Rabêlo (2012), Vieira (2013), Curvelo-Matos (2014);

b) Levantamento estatístico e cartográfico (cartas, mapas e planta da cidade de São Luís e da Ilha do Maranhão), com o propósito de analisar a evolução histórica dessa cidade e da “Vila” Progresso, bem como se apreender as inter-relações entre ambas. Os materiais utilizados foram: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, mapa da cidade de São Luís do Maranhão em 1951 (AZEVEDO,

1950/51), mapa de zoneamento de São Luís, escala 1:100.000, inserido no plano diretor de 1992, mapa de zoneamento de São Luís, escala 1:100.000, contido na proposta do novo plano diretor, que remonta a 2014;

c) Leitura e interpretação de imagens de satélite visando ao mapeamento do uso e cobertura atual do solo, que concorreu para a compreensão da dinâmica de ocupação;

d) Pesquisa documental de projetos e planos governamentais previstos para a área em que está inserido do bairro “Vila” Progresso. Em particular analisou-se a Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís e dá outras providências;

e) Pesquisa direta através de etapas de trabalho de campo para realizar entrevistas não padronizadas com informantes-chave, realizar registros fotográficos e aplicar um questionário baseado no estudo feito por Diniz (1999) sobre a dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís e adaptado à realidade deste estudo (Apêndice B). Os trabalhos de campo foram realizados no período de Julho de 2015 a Março de 2016.

Convém ressaltar que para obter informações sobre dados socioeconômicos do objeto empírico deste estudo foi necessária a aplicação de um questionário, haja vista a impossibilidade de utilizar o sistema de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nas informações do Censo Demográfico 2010. De fato, a “Vila” Progresso situa-se numa área que o IBGE divide em três setores censitários³ e o que acontece é que os três setores censitários abrangem também áreas que não pertencem a da “Vila” Progresso (Figura 1).

Para a aplicação do questionário foi selecionada uma amostra de 50 domicílios do bairro. Quanto à realização das entrevistas não padronizadas, foram escolhidas cinco pessoas entre os moradores mais antigos, as quais foram indicadas pela Presidente da Associação dos Moradores, para serem os informantes-chave da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas após o consentimento formal dos entrevistados, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). Todos os entrevistados foram informados detalhadamente sobre os objetivos e procedimentos a serem utilizados na realização do mesmo.

³ Segundo o IBGE (2010, p. 12) o setor censitário é “a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político administrativa, dos quadros urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta”.

Figura 1 - Setores censitários que abrangem a “Vila” Progresso



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à inquietação frente à produção simbólica do processo de produção do espaço e que se manifesta na (in)definição-permanência do nome “Vila” Progresso, fundamentou-se nos estudos de Pêcheux (1995), Foucault (1999), Bakhtin (2006) e Souza (2014). O estudo buscou a análise das *representações sócio-espaciais* que segundo Souza (2014, p. 160), “participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social”.

E como proposta metodológica seguiu-se a indicação de Souza (2014, p. 160), segundo o qual

perscrutar representações sócio-espaciais pressupõe interrogar os discursos a as palavras no contexto do discurso, adentrando os “mundos da vida” (grifo do autor) e examinando o senso comum e suas contradições; pressupõe descer das alturas que permitem a perspectiva “voo de pássaro” e o tratamento em escala global, nacional, regional e mesmo macro e mesolocal, chegando à escala de habitação ou do pequeno assentamento humano.

Assim, com base nas recomendações de Souza (2014), foram realizadas duas atividades: trabalhos de campo mediante pesquisa participante, que segundo Gil (2008, p. 31) caracteriza-se “pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa” e levantamento bibliográfico acerca da análise do discurso.

Terminada a fase de coleta de dados, começou-se a análise das informações obtidas em busca das conexões e determinações dos fatos estudados. A apresentação dos dados quantitativos foi realizada mediante o uso de quadros e gráficos, realizados com o

auxílio dos programas Word e Excel, enquanto os mapas foram realizados no programa ArcGIS (versão 10.1). Em relação à parte qualitativa do trabalho procurou-se analisar as entrevistas registradas seguindo as indicações da análise do discurso.

Por fim, expuseram-se em forma de dissertação os conteúdos e as ideias elaboradas, visando expor as múltiplas determinações do problema investigado e tentando, assim, responder aos questionamentos iniciais do estudo, na perspectiva de que os aspectos investigados possam alimentar o debate sobre a desigualdade socioespacial na cidade de São Luís e contribuir para sua superação.

Capítulo 3

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

3.1 A reflexão sobre produção do espaço

Dentre as diversas explicações, Lefebvre (2006) refere-se ao espaço não como uma natureza mais ou menos modificada, mas como um produto. No entanto, não um produto insignificante, simplesmente um objeto, mas um sistema de relações. Nessa proposição, o espaço não pode ser mais concebido como passivo, mas sim produtor de seu próprio produto. “Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais” (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

“Quem Produz? O que? Como? Por que e para quem?” Segundo Lefebvre (2006, p. 63), a compreensão do conceito de produção requer a resposta a essas questões. Só assim, o conceito de produção se torna real e compreensível.

Para Carlos (2015), Lefebvre insiste sobre o duplo caráter da noção de produção: de um lado uma produção *stricto sensu*, baseada numa produção material de objetos; por outro lado, uma produção *lato sensu*, que diz respeito à produção do ser enquanto ser humano. E esse duplo caráter não é contraditório: o espaço apresenta-se como condição da realização da produção material de objetos, mas também como fruto de relações não estreitamente vinculadas à produção de mercadorias.

Assim, observa Carlos (2014), pensar em produção não é simplesmente pensar na produção das coisas, mas sim na produção de relações sociais. Em São Luís, capital do estado do Maranhão, a produção do espaço concretizou-se numa série de objetos, como por exemplo, a construção do forte e das primeiras habitações coloniais, mas também via implantação de prédios comerciais e indústrias têxteis dos séculos XVIII e XIX, avançando por condomínios fechados e áreas de ocupação, como é o caso da “Vila” Progresso, que marca o período atual; isso, como fruto de relações capitalistas de produção no Novo Mundo e/ou nos Países em Desenvolvimento.

Além da dupla noção de produção, Lefebvre (2006) diferencia obra do produto, descrevendo aquela como algo de insubstituível e este como resultado de gestos repetitivos. Nessa proposição, as obras pertencem à natureza enquanto os produtos são dos seres humanos. Para esse autor, a natureza não trabalha, ela cria. O que ela cria surge e aparece. As

coisas nascem, depois crescem e, enfim, morrem. Escreve Lefebvre (2006, p. 64): “A natureza cria e não produz: ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social; mas ela fornece valor de uso e todo o valor de uso [...] retorna à natureza ou assume a função de bem material”.

Os seres humanos, ao contrário, segundo Lefebvre (2006), produzem coisas através do trabalho. E essa atividade do ser humano racional dispensa de se referir a uma razão pré-existente na produção do espaço. A produção é própria do ser humano e assume o valor de atividade concreta de produção de sua própria vida, assim como assinalado por Marx e Engels (2002, p. 10-11), quando distinguem os seres humanos dos animais:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

A produção é, portanto, um processo resultante do trabalho humano como um ato histórico, real. E essa produção não se reduz apenas aos objetos que o compõe e nem à sua soma. Lefebvre (2006, p.75) esclarece que o espaço “não é jamais produzido como um quilograma de açúcar ou um metro de tecido. Ele não é mais a soma de lugares e praças desses produtos: o açúcar, o trigo, o tecido, o ferro. Não. [...] Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado”.

A análise do espaço, segundo Lefebvre (2006), deve reconduzir à descoberta das relações sociais nele inseridas. Assim, continua o referido autor, pensar o espaço como um recipiente que não tenha outra atribuição senão a de guardar o conteúdo é sem dúvida o erro inicial. Assim escreve Lefebvre (2006, p. 81):

O espaço? Para o “vivido”, não se trata nem de um simples “quadro” [de uma simples “moldura”], comparável ao quadro [à moldura] de uma tabela, nem de uma forma ou recipiente quase indiferentes, destinado somente a receber o que nele colocamos. O espaço é a morfologia social; é portanto ao “vivido” isto que é ao organismo vivo sua própria forma, intimamente ligada às funções e estruturas.

A tendência dominante é de ver o espaço como receptáculo passivo, assinala Lefebvre (2006), no lugar de explicitar as relações sociais implicadas no espaço. Smith (1988, p. 111) reforça essa crítica ao afirmar que hoje o espaço é concebido mais como “um receptáculo no qual os objetos existem e os eventos ocorrem”. O mesmo autor comenta que é esse conceito absoluto de espaço de Newton que prevalece e informa o senso comum em

relação ao espaço, tratando-o como um suporte físico e associando-o à primeira natureza, a partir do qual o espaço social se desenvolve e se diferencia.

O conceito de espaço como um produto, surge, portanto como uma crítica à concepção dualista do espaço e da sociedade e preocupa-se de não negar a objetividade do espaço, mas ao mesmo tempo de explicá-la como produto da sociedade (SMITH, 1988). Explica esse autor que não se trata de uma simples interação entre espaço e sociedade, em que os padrões geográficos refletem as relações sociais, pois a concepção de produção do espaço permite se aproximar da unidade entre os dois termos.

Carlos (1994) coloca a ideia de movimento do espaço. Movimento de relações contraditórias que caminha entre aparência e essência, entre o que se vê e que é, entre uma realidade aparentemente estática e o seu movimento, baseado num processo que, ao desenvolver-se, cria-se, pela unidade de relações contraditórias.

Segundo Carlos (1994), o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana. Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução.

No entendimento de Carlos (2014), a noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade. Assim, cada sociedade produz seu próprio espaço, um espaço determinado e específico, uma vez que ele é produzido em função das exigências e necessidades daquela sociedade.

No capitalismo, assinala Smith (1988), a natureza torna-se um meio de produção indispensável ao processo de acumulação. A relação com a natureza é uma relação principalmente de valor de troca, ou seja, o objetivo da produção é a troca na busca do lucro e não o uso. Isso porque é a partir do desenvolvimento das economias de mercado que surge a abstração do espaço e a ruptura da fusão entre espaço e sociedade. E “quanto mais a sociedade se liberta do espaço, mais o espaço pode ser transformado numa mercadoria” (SMITH, 1988, p. 127).

Como consequência, o acesso à terra vira seletivo e estabelecido segundo normas jurídicas que regulamentam a propriedade privada. E esse acesso diferenciado toma forma de segregação que espelha a sociedade de classe (CARLOS, 2015). Com efeito, as cidades apresentam um alto nível de diferenciação interna, em que diversas áreas são distinguíveis em

termos de aspectos físicos e socioeconômicos (CLARK, 1991). No caso da cidade de São Luís, a presença de áreas de ocupação habitadas pela população de baixa renda tem seu início na década de 1930, com a ocupação do atual bairro de Fátima, na medida em que às populações de baixo poder aquisitivo não restava alternativa para morar nas áreas mais valorizadas do centro histórico e que era, de fato, a cidade de então (FERREIRA, 1999, 2014).

Fundada na contradição entre o valor de uso e o valor de troca, a produção do espaço, sob a lógica do capital, visa assegurar seu processo de acumulação e de reprodução. Processo que, o geógrafo inglês David Harvey, explicita ao longo de seus estudos.

Convém ressaltar, que pela necessidade do capital, assevera Harvey (2005, 2011), o sistema capitalista tem uma inevitável tendência à expansão espacial e torna-se necessário o contínuo aumento de volume da produção, distribuição e consumo. E esse processo de acumulação depende de mão de obra para a produção, de uma quantidade necessária de meios de produção (máquinas, matérias primas, infraestrutura, etc.) que possibilite a expansão da produção, da existência de mercados para absorver as quantidades crescentes de mercadoria produzidas.

Com o novo processo de acumulação capitalista no Brasil, o “urbano-industrial” (OLIVEIRA 2003), tornou-se necessária à concentração de trabalhadores para reduzir o custo da mão de obra e aumentar o lucro. Em São Luís do Maranhão, a marca desse processo é bem visível a partir da década de 1980, quando tal cidade conheceu um acelerado crescimento demográfico devido à implantação de projetos industriais da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR).

Expansão e concentração realizam-se ao mesmo tempo. Assinala Harvey (2005, 2011) que a expansão e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. Do ponto de vista da circulação de capital, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada, ao mesmo tempo em que determinadas configurações espaciais tornam-se necessárias para garantir o processo de acumulação.

A urbanização torna-se assim, no modo de produção capitalista, necessária ao processo de acumulação, minimizando o custo de produção através da concentração de mão de obra e de meios de produção ao mesmo tempo em que aproxima a produção ao consumo. A cidade, segundo Carlos (1994, p. 83):

Se de um lado aproxima a indústria, as matérias primas (e auxiliares), os meios de circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas), a força de trabalho e o

exército industrial de reserva, de outro lado “aproxima” pessoas consideradas como consumidoras.

Para Carlos (1994), o capitalismo só pode desenvolver-se a partir do urbano, uma vez que tem como pressuposto a produção industrial que se realiza através de duas tendências fundamentais: a continuidade e a produção em escala. Ambas geram a aglomeração e a acumulação em pontos isolados do espaço e a consequente centralização do aparelho jurídico, político e institucional.

Com a produção capitalista do espaço, as cidades passam a constituir espaços-mercados, que internalizam o capital financeiro, incluindo o fictício (DAMIANI, 2009). Dessa forma, os espaços não são espaços do “homem-habitante” e nem do “homem-produtor” e do “homem consumidor”, mas espaços dos negócios, que negam o homem; “espaços de desumanização e sujeição social e individual” (DAMIANI, 2009, p. 311). As cidades passam a negar o habitante, enquanto sujeito, em favor do negócio imobiliário. No caso da cidade de São Luís, nas últimas décadas o capital imobiliário tem encontrado condições favoráveis à sua reprodução na expansão da cidade e principalmente na sua verticalização (VIEIRA, 2013).

Sob o capitalismo, lembra Carlos, (1994, p. 134), “o processo de reprodução espacial envolve [...] uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados”. Como resultado desse processo “a cidade aparece como um produto apropriado diferencialmente por cada indivíduo”, onde “o homem vive onde ele pode morar, e onde pode morar será determinando pela renda que recebe e pelos sacrifícios que ele pode fazer”. Como exemplo, na cidade de São Luís do Maranhão tem-se o bairro “Vila” Progresso, representando a única alternativa para a população que aí vive, em função do acesso seletivo ao solo urbano.

Dessa forma, falar em produção capitalista do espaço é falar em produção desigual. Segundo Smith (1988), embora diferentes níveis de desigualdades espaciais estejam presentes desde os primórdios da humanidade, tendo como base a divisão do trabalho apoiada nas condições naturais, e, portanto “o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contenham” (SMITH, 1988, p. 152), falar de desenvolvimento desigual como de uma lei universal da história humana está errado. No sentido de que quaisquer que sejam as razões para a desigualdade do desenvolvimento pré-capitalista, elas são diferentes daquelas pertinentes ao capitalismo.

Como relata Harvey (2004), as diferenças geográficas, no modo de produção capitalista são bem mais do que legados histórico-geográficos, uma vez que elas estão continuamente sendo produzidas pelo capitalismo. Ou seja: as diferenças em níveis de

desenvolvimento tornam-se produzidas pelas maneiras em que a riqueza e o poder se concentram em determinados lugares de um território.

A lógica da localização, com o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é cada vez menos importante. O processo de acumulação de capital torna-se o fator determinante no processo de desenvolvimento desigual. Por isso que Smith (1988) discute a identificação por parte de Marx que a divisão do trabalho não é a única causa de diferenciação e propõe a discussão sobre a divisão do capital. A acumulação de capital avança não só através do desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente da divisão do trabalho, mas na medida em que o capital conquista o modo de produção e torna-se o instrumento de produção de diferentes padrões geográficos.

Sob o capitalismo, o espaço urbano vem constantemente sendo produzido de acordo com os interesses da reprodução do capital. Mas, afirma Harvey (1982), enquanto o capital procura lucrar com a produção de elementos construídos, a força de trabalho procura se proteger e lutar para a apropriação de elementos importantes para sua reprodução, como a habitação, o transporte, o lazer, e outros recursos.

Contraditório e cheio de tensões, o processo de produção capitalista do espaço urbano gera “inevitavelmente fortes conflitos e correntes cruzadas” (HARVEY, 1982, p. 6 e 7). Quanto a isso Quaini (1983, p. 146) afirma:

[...] no terreno dos conflitos urbanos chocam-se duas ideias de cidade a que vê na cidade simplesmente uma estrutura a serviço da produção e, portanto, dos grupos privados ou públicos que dirigem e a que vê, ao contrário, na cidade, um ambiente e uma organização a serviço do indivíduo e da comunidade.

Ora produzida pelo capital, ora pelo trabalho, a cidade de São Luís encontra-se intervalada por “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p. 86) praticados por diversos agentes sociais que atuam nela. Nesse caso, a “Vila” Progresso reflete e reforça esse processo (desigual) de produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão.

3.2 Os agentes sociais produtores do espaço urbano

De acordo com Corrêa (1989), a produção do espaço urbano é realizada por agentes que produzem e consomem o espaço. São eles agentes concretos, reais, portadores de interesses diversos, que atuam num espaço real. No que concerne ao capitalismo, as ações

desses agentes são determinadas pela própria posição social, no contexto da luta de classe, e pela lógica da acumulação do capital.

A partir de revisão bibliográfica e de tipologias, Corrêa (1989) propõe como agentes sociais os proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O mesmo autor, antes de explicitar cada um deles, faz um comentário geral e expõe alguns pressupostos gerais sobre a natureza das ações dos agentes sociais. Apoiando-se no texto de Capel (1972), ele assevera que primeiramente, a ação dos agentes é regulada por um marco jurídico que não é neutro, mas reflete o interesse do agente dominante; em segundo lugar, embora possa haver diferenças entre os três primeiros agentes, eles têm em comum a apropriação de uma renda da terra.

Para a cidade de São Luís, Ferreira (1998, 2014), utilizando a tipologia de Corrêa (1989) e adaptando-a, identifica cinco agentes sociais que atuam na produção do espaço; são eles: os detentores de capital, os apropriadores de terra, os promotores imobiliários; o Estado; e os moradores de áreas de ocupação.

Os proprietários dos meios de produção são grandes consumidores de espaço. Para eles os terrenos urbanos devem servir como suporte físico e satisfazer certos requisitos locacionais relacionados ao tipo de atividade econômica. Por esse motivo, o preço da terra urbana deve ser o mais barato possível, para não prejudicar a expansão e não subir a pressão da classe trabalhadora que, devido ao aumento do preço dos imóveis, pode reclamar por melhores salários (CORRÊA, 1989).

No caso da atividade industrial, Ferreira (2014) inclui para a cidade de São Luís o setor têxtil de 1875 a 1920, o de óleo de 1945 a 1965 e o setor siderúrgico a partir dos anos 1980. Com a instalação da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o consórcio ALUMAR, em 1985, intensificou-se a produção do espaço nessa cidade, através da articulação entre os empresários, detentores de capital, e o Estado. Quanto à atividade comercial, esta está presente tanto no período colonial, através a atividade mercantil, quanto nos dias de hoje, com a instalação de *Shopping Center* em diversas áreas da cidade mencionada.

Ao contrário dos proprietários dos meios de produção, a especulação fundiária, geradora do aumento dos preços dos terrenos urbanos, interessa aos proprietários fundiários, os quais atuam visando obterem a mais alta renda fundiária. Por esse motivo, estão interessados na conversão da terra de rural em urbana, em função da sua valorização enquanto valor de troca. Corrêa (1989) sublinha esse interesse dos proprietários fundiários pelo valor de

troca da terra no lugar de seu valor de uso. Por este motivo, os proprietários fundiários podem exercer pressões junto ao Estado, almejando interferir no processo de planejamento urbano a fim de obter a valorização otimizada de determinadas áreas⁴.

Os conflitos que nascem pelo preço da terra entre os proprietários dos meios de produção (industriais) e os proprietários fundiários são solucionados pelo Estado, na medida em que este atua através de ações negociadas que beneficiam os proprietários industriais, que no capitalismo, representam a classe dominante (CORRÊA, 1989).

De acordo com a classificação de Ferreira (2014) para a cidade de São Luís, os apropriadores de terra são aqueles que detêm a posse da terra, mesmo sem ter sua comprovação reconhecida pela Delegacia de Patrimônio da União no Maranhão (DPU-MA). Assim como pelos proprietários fundiários segundo a classificação de Corrêa (1989), para os apropriadores de terra o objetivo primário é o aumento do preço da terra para obter maiores lucros e, nesse caso, podem obter a ajuda do Estado, através da implantação de infraestruturas ou a conversão de terrenos rurais em urbanos.

Por promotores imobiliários, Corrêa (1989) entende como um conjunto de agentes que realizam várias operações: a incorporação; o financiamento; o estudo técnico; a construção física do imóvel; e a transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. A incorporação transforma o dinheiro em mercadorias, define a localização e o tipo de imóvel a ser construído, quem será o construtor, assim como regula sua venda; ela representa a operação mais importante dos promotores imobiliários. No entanto, cada operação define seu próprio agente social, o que está vinculado ao tipo exigido no processo imobiliário.

A estratégia dos promotores imobiliários é descrita por Corrêa (1989) em duas fases: em primeiro lugar a indicação é a de construir habitações para satisfazer a demanda solvável; em seguida, obter ajuda do Estado para a demanda não solvável das camadas populares. Como exemplo, a criação do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) e das cooperativas de habitação (COHABs), visando ampliar o acesso à moradia.

De acordo com Marinho (1995 apud FERREIRA e SILVA, 2005), na capital do Maranhão, entre 1967 e 1986, o Estado aumentou o financiamento pela construção de conjuntos habitacionais via SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e BNH (Banco Nacional

⁴ A título de exemplo, tem-se o Plano Diretor da Barra da Tijuca/1974, que permitiu que uma incorporadora privada acumulasse 6 km²; com efeito, de 1972 a 1975 o valor da terra foi multiplicado por 19. No México, 5 incorporadoras de capital aberto detêm 26.900 ha de terrenos não edificadas, cujo valor é superior a 3 bilhões de euros. Cf. Agence Française de Développement, IPEA & Fundação Ciudad Humana. O financiamento da cidade latino-americana: Instrumentos a serviço de um desenvolvimento urbano sustentável. Letroismepole, 2014.

da Habitação), resultando na Companhia Habitacional do Estado do Maranhão (COHAB-MA), no IPEM e nas cooperativas particulares.

Um dos agentes desse conjunto de promotores imobiliários é o loteador clandestino que, mesmo sem ter nenhum projeto aprovado pelo poder público, realiza de fato o parcelamento de uma área em lotes. Ressalta-se que, no caso da área do objeto empírico deste estudo, de acordo com relatos da população mais antiga, após a invasão da área, a ocupação foi efetivada através o loteamento realizado por uma equipe de pessoas, tendo como líder um homem chamado por todos de Josué, que dividiu a área em lotes entre os interessados em ocupar o terreno, sem nenhuma cobrança. Entretanto, é importante assinalar que na cidade há especuladores interessados em lucrar sobre a venda de terrenos. Nesse caso, cabe lembrar que em São Luís ocorreram invasões de terras onde aproveitadores se infiltraram nos movimentos em defesa do direito à moradia para fins especulativos.

O Estado, como produtor do espaço, tem diversas atuações. Segundo Carlos (1989), ele pode tornar-se promotor imobiliário, industrial, proprietário fundiário, a segunda das situações, e, em alguns casos pode tornar-se, ainda que de forma mascarada, defensor dos grupos sociais excluídos. Concretamente ele atua através de diversos instrumentos como a desapropriação de terras, a regulação do uso do solo, os impostos fundiários e imobiliários, os investimentos em obras urbanas. Corrêa (1989) observa que a ação do Estado não é neutra, como se o mesmo fosse um juiz imparcial e acima das classes sociais. Ao contrário, o Estado tende a assumir uma posição determinada da classe dominante que está no poder.

O Estado capitalista objetiva criar as condições ideais para que o capital possa se reproduzir. Com efeito, sua atuação produz segregação socioespacial. De fato, o Estado, através de sua política espacialmente diferenciada de alocação de recursos e obras de consumo coletivo, viabiliza e reproduz a segregação de seus habitantes, dividindo o espaço urbano conforme seus interesses (CORRÊA, 1989).

Em São Luís, o Estado tem atuado através das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), principalmente na construção de obras visando à reprodução do capital, como promotor imobiliário e na implantação de planos de urbanização para regular o uso e ocupação do solo (FERREIRA, 2014).

O último agente social produtor do espaço urbano, de acordo com a classificação de Corrêa (1989), é constituído pelos grupos sociais excluídos, que na sociedade capitalista são aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades de todos os habitantes da cidade, não tem acesso aos bens e serviços produzidos socialmente e, portanto, se articulam para produzir seu próprio espaço.

A produção do espaço realizada por esse agente social é ao mesmo tempo uma forma de luta e uma forma de sobrevivência, pois os terrenos ocupados, na maioria das vezes em áreas íngremes ou alagadiças, representam a resposta ao problema da moradia e do acesso ao local de trabalho.

Para a realidade de São Luís do Maranhão, Ferreira (1999, 2014) utiliza o termo “moradores das áreas de ocupação” para se referir ao agente social que se organiza e luta em defesa do direito à moradia e, em seguida, por melhorias nas condições de vida. Cabe aqui destacar a diferença entre o termo utilizado por Corrêa (1989), isto é, o de grupo social excluído e os moradores de áreas de ocupação, adotado por Ferreira (1999, 2014). De fato, os moradores que ocupam/invadem uma área fazem parte do processo de produção do espaço urbano e de sua lógica capitalista, pois para construírem suas moradias compram material de construção (areia, barro, madeira, telha, papelão, etc.), alugam ou compram o terreno, dentre outros, no ensejo de garantir o direito de permanecer no espaço que produziram a despeito da ausência/ omissão do Estado e principalmente dos demais agentes sociais, que normalmente querem ocupar a área (no caso específico deste estudo é mangue) antes desvalorizada e agora revalorizada e para tanto engendram conflitos que podem culminar em expulsão via polícia e até em morte.

3.3 A urbanização brasileira

De acordo com Goulart (1968 apud SANTOS, 1983), o crescimento urbano brasileiro divide-se, entre 1500 e 1720, em três principais etapas: a primeira etapa, entre 1530 e 1570, compreendendo a fundação do Rio de Janeiro; a segunda, entre 1580 e 1640, anos de domínio espanhol, com a fundação de várias vilas na costa Norte; e por fim, um terceiro período, entre 1650 e 1720 com a elevação de duas vilas à categoria de cidade, isto é, Olinda e São Paulo.

Santos (1983) assinala que, para alguns autores, tratava-se, na verdade, muito mais de um processo de criação de cidades que de um processo de urbanização e construção de uma rede urbana devido à fraca relação entre os lugares da colônia. De qualquer forma, no fim do período colonial, nas cidades de São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo habitavam 2.850.000 pessoas (CAIO PRADO JR., 1953 apud SANTOS, 1983), o correspondente a 5,7% da população total do País.

Segundo Deák & Schiffer (2004), é a partir da consolidação da “nação-estado” que o processo de urbanização teve início, isto é, a contar da dominação dos movimentos republicanos que asseguraram a continuidade da formação social colonial, elitista e patrimonialista através da formulação e atuação de duas medidas fundamentais: a promulgação da Lei das Terras, que, privando o trabalhador do seu meio de sobrevivência, o obrigava a vender sua força de trabalho para comprar no mercado seu sustento; e a supressão da importação de escravos. Com efeito, as cidades começaram a receber trabalhadores inseridos nos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Ao dizer de Deák & Schiffer (2004, p. 16, grifo do autor) “o *trabalho assalariado* [...], a *industrialização* e a *urbanização* não são apenas inseparáveis ou inter-relacionados: são um só processo”.

Conforme observa Oliveira (1981), a partir de 1930, a urbanização tornou-se uma necessidade do modelo de acumulação capitalista no Brasil. De fato, a revolução de 1930 marcou o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início de outra estrutura econômica brasileira: a urbano-industrial.

A atuação do Estado, através de um novo centro de poder, de transferências de recursos para as empresas industriais e da regulamentação do preço do trabalho com as leis trabalhistas, desestruturou a economia agrário-exportadora e criou as condições institucionais para a expansão de uma economia voltada ao mercado interno, funcional ao novo modo de acumulação (OLIVEIRA, 2003).

Como afirma Mendonça (1986) o Estado interveio visando transformar o setor agrícola em coadjuvante do processo de acumulação industrial: a “nova” agricultura assumiu um papel estratégico, seja fornecendo o “exercito de reserva” para as empresas industriais, seja fornecendo alimentos baratos a fim de não obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial.

Convém ressaltar que a urbanização brasileira que ganhou impulso no pós-1930 não se funda numa necessidade do consumo e sim da acumulação. Oliveira (2003, p. 50) explicita este processo:

[...] se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA 2003, p.50).

Ainda segundo Oliveira (1981), o outro aspecto importante da relação urbano-industrial no Brasil é a avaliação do setor terciário. Nesse caso, o referido autor assume a

hipótese de que o crescimento do terciário absorvendo força de trabalho na cidade foi funcional ao novo processo de acumulação no Brasil pós-1930.

As cidades, sedes do novo padrão de acumulação capitalista, têm exigido serviços para garantir e proteger a acumulação. Logo, o crescimento do terciário não foi contraditório com o incremento industrial e com o novo modelo de acumulação. Escreve Oliveira (2003, p. 58): “Como explicar que todos os serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de emprego e quando todo um processo se cristaliza [...] numa distribuição de renda mais desigual?”.

Em síntese, o terciário, longe de ser alternativa ao emprego industrial, é adequado para o processo de acumulação e também reforça o processo de concentração de renda. O esquema, longe de ser contraditório, é resumido assim por Oliveira (2003, p. 60, grifo do autor): “A introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e [...] a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação”.

Com efeito, o novo processo de acumulação capitalista fez com que entre 1940 e 1980 se registrasse a inversão do lugar de residência dos brasileiros. Desde então, observa Santos (1993), a cidade brasileira tornou-se o lugar privilegiado do capital e do trabalho, incluindo numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico e financeiro, mas tornou-se também o lugar das desigualdades, em que uma parte considerável da população não tem acesso aos bens e serviços necessários à vida. “A cidade [...] tornou-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias [...] pessoas ainda mais pobres” (SANTOS, 1993, p. 10).

Vale ressaltar que o processo de urbanização tem continuado de 1991 para 2010, pois a população urbana do país passou para 84% e a tendência atual é de continuar crescendo só que em ritmo menor que nas décadas de 1970 e 1980.

Destaca-se, enfim, que este processo é bem visível na cidade de São Luís, onde a desigualdade socioespacial tornou-se mais explícita ao longo dos anos.

3.4 A (re)produção do espaço urbano em São Luís: uma análise histórica da produção da cidade “unitária” (1612-1964)

Até meados dos anos cinquenta do século passado, São Luís vivia ainda a síntese de ser três cidades em uma: a

cidade do acampamento militar, originada pela traça do arquiteto e engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, nos primórdios do século XVII, [a] cidade mercantil, alternando com Belém a sede do governo da Província do Maranhão e Grão Pará [e] a cidade industrial, [com] suas chaminés de tijolos cerâmicos.

BURNETT

Os franceses, capitaneados por Daniel de La Touche, conquistaram e fundaram a cidade de São Luís em 1612. De acordo com o capuchinho Claude d'Abbeville (1975), os franceses, ao chegarem à ilha do Maranhão onde hoje São Luís é um dos 4 municípios, reafirmaram a aliança com os índios Tupinambás, esta já estabelecida por corsários franceses, a partir de 1594, quando Charles des Vaux e um grupo restrito de pessoas aportaram na mencionada ilha .

Segundo d'Abbeville (1975), os índios Tupinambás começaram a construir cabanas para os franceses, de um e dois andares, montaram vinte grandes canhões em defesa do forte construído para a segurança. O sítio foi escolhido por questões estratégicas, principalmente pela sua posição de defesa contra os ataques externos, tendo boa visibilidade sobre possíveis movimentos de embarcações que poderiam chegar à ilha referida, mas também pelas condições de navegabilidade e ancoradouro ideais às embarcações da época (FERREIRA, 2014).

A propósito de tal escolha, escreve Abbeville (1975, p. 57-58):

Entretanto os Srs. De Rasilly e de La Ravardière, desejando construir um forte, tanto para a segurança dos franceses como para a defesa do país, escolheram uma bela praça, muito indicada para êsse fim por se achar numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado do que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista; assim, entrincheirado, formando um baluarte do lado da terra firme, é inconquistável e tanto mais forte quanto cercado quase por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo, onde se acha o único pôrto da Ilha do Maranhão capaz de abrigar navios de mil a mil e duzentas toneladas, os quais nêle podem fundear com segurança.

Em virtude da posição geográfica, o sítio da cidade de São Luís tinha aproximadamente 15 metros de altitude, localizado na foz dos rios Bacanga e Anil. O processo de ocupação concretizou-se com a construção de benfeitorias, com características de fortaleza-feitoria. A sucessiva expansão espacial, fora do forte, foi realizada por aqueles que foram autorizados a formar grupos de até 12 pessoas para residir nas aldeias indígenas, que na época eram 27, agrupando de 10 a 12 mil indivíduos (DINIZ, 1999, FERREIRA, 2014).

Em 1615 os portugueses expulsaram os franceses e desenvolveram uma mais efetiva produção do espaço, caracterizada por duas formas de ocupação do Maranhão de

então, nitidamente diferenciadas, que de um lado avançavam o povoamento e de outro inseria o espaço conquistado na divisão internacional através da exportação/drenagem de renda para Portugal, exploração da mão de obra escrava, seleção de lugares para aproveitamento econômico, dotação de infraestrutura e acumulação de capital nas mãos de poucas pessoas (fazendeiros, religiosos, políticos e colonos).

As duas formas de ocupação do espaço, estruturadas em duas bases econômicas diferenciadas, a agroexportadora e a pecuária, definiram relações sociais características e marcaram a história do longo processo de integração entre o Norte litorâneo (São Luís, a contar de 1616) e a do Sul (Pastos Bons, a partir de 1730) do estado do Maranhão.

A primeira frente de colonização foi a litorânea, que a partir de São Luís se expandiu sob o controle direto do Estado português, em 1616, seguindo o modelo de colonização desenvolvido por Portugal e já aplicado em suas colônias. As expedições tinham por objetivos alcançar o domínio sobre o território e a exploração da terra, em função da necessidade e dos interesses de Portugal.

A outra frente de ocupação do território penetrou somente a partir de 1730 com base na pecuária, através da ocupação do Sul do Maranhão por parte da iniciativa privada (Casa da Torre). Vaqueiros e gado atravessaram o rio Parnaíba e fundaram o povoado de Pastos Bons, indispensável como ponto de apoio para as futuras expedições. Assim como na colonização litorânea, as expedições nos sertões maranhenses não se fizeram de maneira pacífica: inúmeros conflitos aconteceram entre vaqueiros, fazendeiros e índios.

Um fato que deve ser observado é a fraca ligação entre essas duas frentes de colonização do espaço maranhense. Pastos Bons tinha vinculação com os mercados da Bahia e Pernambuco com os quais manteve-se ligado até o início do século XIX. Cabral (2008) relata que dentre as políticas do Governador Lobato e Sousa (1753-1761) e de Joaquim de Melo Póvoas (1761-1775) destacou-se a tentativa de promover a articulação econômica entre Pastos Bons e o litoral (São Luís). Contudo, somente a partir das primeiras décadas do século XIX a navegação do Alto Itapecuru e de outros rios permitiram o acesso da frente do interior com o mar.

Após dominar os sertões, palmilhar suas trilhas, aprofundar seus caminhos e implantar o gado bovino em todos os recantos, os fazendeiros buscaram chegar a São Luís, através do Grajaú. Construíram canoas e, servindo-se dos índios como guias e remeiros, desceram as águas desse rio e as do Mearim e, por este, alcançaram o mar, chegando à sede administrativa da Província (CABRAL, 2008, p. 119).

A ocupação territorial através da frente do Norte foi procedida que seguindo as orientações do primeiro capitão-mor do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, partiu da Ilha do Maranhão e serviu-se da ordem religiosas dos jesuítas (principalmente) para conquistar a então Capitania. Em 1619, com a instalação do Senado da Câmara de São Luís, ficou oficializado o primeiro aglomerado urbano do Maranhão tendo em vista sua elevação à categoria de Vila (FERREIRA, 2014).

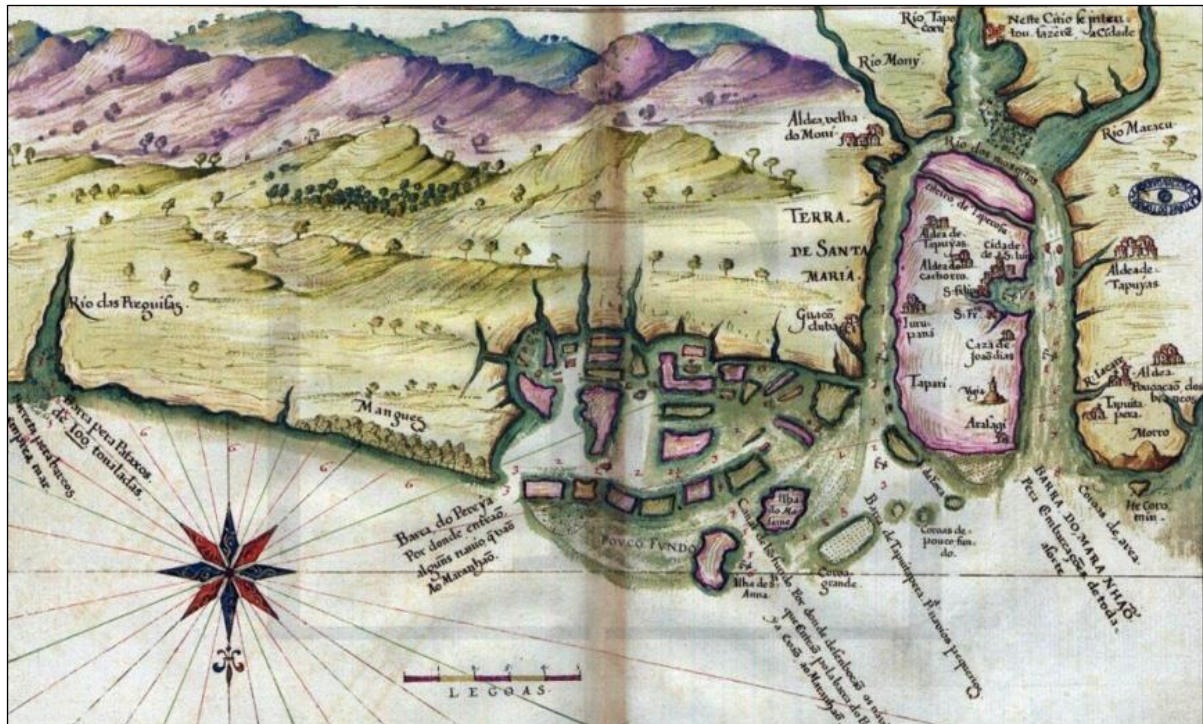
Após a dominação holandesa (1611-1614), que comportou dois anos de sangrentas lutas com os portugueses pelo território da Capitania do Maranhão, a antiga Vila expandiu-se em torno do Largo do Carmo, descendo para a Praia Grande, a qual apresentava boas condições portuárias, necessárias ao bom funcionamento da economia mercantil da época (FERREIRA, 2014).

De acordo com Burnett (2007), as terras eram distribuídas de forma aleatória e sem preocupação com o nível social dos ocupantes. Ferreira (2014) reforça essa interpretação ao afirmar que a produção do espaço urbano nessa época estabeleceu-se de forma relativamente aleatória, intermediada pelo Senado da Câmara que viabilizava a distribuição de terras aos colonos portugueses via o regime das sesmarias. E essa distribuição de terras realizava-se à medida que o Estado português incorporava novas terras, ampliando, dessa forma, seu domínio e sua apropriação e produção do espaço.

Ocorre que esse domínio português, com base no capital mercantil favorecia só um pequeno grupo restrito de famílias, proprietárias de grandes latifúndios, que enriqueceram através da exportação de produtos como o algodão, o arroz, o couro, a cana-de-açúcar, o tabaco, a madeira, para Europa e viabilizando assim um modelo de produção do espaço conforme seus interesses, principalmente em São Luís, em função da sua posição estratégica de cidade portuária (Figura 2).

Em 1758 foi instalada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, visando criar as condições mais favoráveis em relação à economia agroexportadora, através do financiamento das principais culturas agrícolas e do monopólio do tráfico de escravos.

Figura 2 - Mapa de parte do litoral Oriental do Maranhão



Fonte: <http://www.historia-brasil.com/mapas/atlas-1640.htm>. Atlas de João Teixeira Albernaz de 1640, Torre do Tombo, Lisboa.

De acordo com Furtado (1970), a modificação no mercado mundial de produtos tropicais, provocada pela guerra de independência dos EUA e logo em seguida pela revolução industrial inglesa, induziu a companhia de comércio referida a concentrar os seus esforços na produção de algodão e arroz. Segundo o mesmo autor a produção maranhense encontrou, assim, condições altamente propícias para desenvolver-se adequadamente.

A pequena colônia [Maranhão], em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial (FURTADO, 1970, p.91).

A prosperidade da cidade, principalmente de algumas famílias, refletiu-se na produção do espaço urbano em São Luís. Melhorias urbanas, como por exemplo, construções e calçamentos, foram realizadas em áreas residenciais, principalmente nas áreas de moradias das famílias nobres e na zona do comércio (DINIZ, 1999; FERREIRA, 2014).

Convém notar, que essa produção do espaço urbano de São Luís concentrava-se nas áreas nobres, favorecendo as famílias mais abastadas da cidade em detrimento da maioria da população. A tal propósito, Ferreira (2014) relata que índios e negros habitavam nas áreas mais afastadas em relação ao núcleo central, nas vilas de Vinhais (a “Vila” Progresso está inserida no entorno desta) e de Paço do Lumiar e na aldeia de São José.

De fato, o Estado, através dos ofícios dos governadores, condenava abertamente a construção de casas de baixo padrão, para não enfeiar a cidade e proibia o acesso à terra a população que não tivesse condições econômicas adequadas para a construção de edifícios nobres (FERREIRA, 2014).

No final do século XVIII a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão começou uma brusca decadência, devido à baixa do preço do principal produto exportado, o algodão. Segundo Soares (1957), a abolição da escravatura (1888) e a proclamação da República (1889) trouxeram profunda alteração no quadro econômico do estado em questão, abalando enormemente as lavouras de cana e algodão, baseadas no trabalho escravo e aumentando o desequilíbrio econômico. Como bem evidencia Furtado (1970, p. 92): "a prosperidade, [que atingia o Maranhão naquela época] era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais".

Com efeito, a produção do espaço nas áreas anteriormente valorizadas como a Praia Grande diminuiu bastante e com a queda da economia agroexportadora, o capital, oriundo das lavouras da cana e algodão foi investido na indústria têxtil. A cidade passou a ser produzida em função do novo processo de acumulação que a converteu de cidade administrativo-mercantil para industrial (FERREIRA, 2014).

De acordo com Ferreira (2014), nessa época, ao lado do Estado e dos proprietários de terra, os industriais emergiram como novos agentes na produção do espaço urbano de São Luís. Com efeito, o Estado interveio beneficiando a cidade com serviços que pudessem ser funcionais ao novo padrão de acumulação, inclusive a instalação de moradias pela classe trabalhadora, nas proximidades das fábricas de tecidos que estavam sendo construídas na cidade as quais ficaram mais conhecidas como "vilas operárias".

Conforme Silva (1995), dez empresas fabris implantaram-se no estado do Maranhão, entre as quais seis em São Luís, justamente em função da posição estratégica e do porto da cidade. Isso provocou um acelerado crescimento que se formou em torno da fábrica de tecidos Rianil, a nove quilômetros do centro dessa cidade.

Com efeito, novas exigências surgiram por serviços urbanos, entre os quais alimentação, transporte e moradia. Em 1871 foi instalada a Companhia Ferro Carril que fazia o transporte coletivo com bondes de tração animal (Figura 3). No ano seguinte houve a instalação de uma estrada de ferro (bonde) que ligava o centro histórico dessa cidade com sua área suburbana, o Anil.

Cabe destacar que o governo estadual contratou em 1923 a empresa americana BRIGHTMAN & COMPANY INCORPORATION, a qual assumiu o gerenciamento de serviços urbanos em São Luís, tais como abastecimento de água, tratamento de esgoto, fornecimento de energia elétrica e transporte com linhas de bonde. Sucessivamente, esse gerenciamento passou nas mãos de outra empresa norte-americana, a ULEN MANAGEMENT COMPANY (MENDES, 2005).

Figura 3 - Transporte com bondes de tração animal em São Luís



Fonte: <http://hugo-freitas.blogspot.com.br/2012/09/400-anos-de-sao-luis-um-pouco-da.html>.

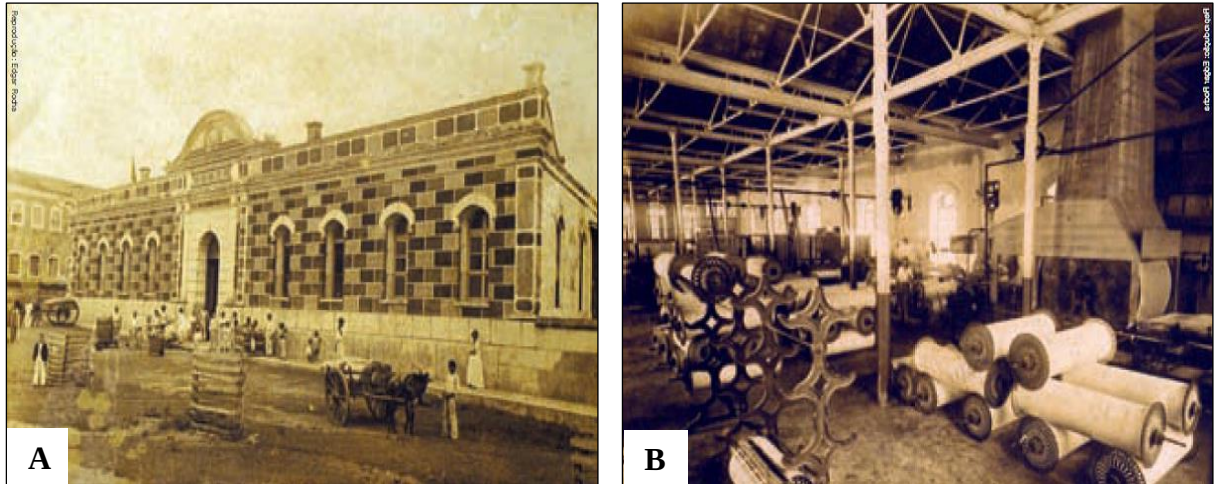
Em 1890 começou a funcionar a Companhia Telefônica de São Luís. Em 1894, foi fundada a Companhia das Águas do Anil com intuito de abastecer a população (DINIZ, 1999).

Em 1893, a cidade de São Luís foi dividida em cinco distritos por força da Lei Municipal nº 02: dois distritos localizavam-se no centro da cidade, enquanto três (Santiago à Vila do Paço, as freguesias do Bacanga e do Vinhais) ficavam mais distantes (FERREIRA, 2014).

No entanto, convém lembrar que a produção do espaço concentrava-se no corredor Centro-Anil, em função da atividade econômica industrial, composta por seis fábricas e suas vilas, assim como pela infraestrutura exigida, a saber: as Companhias de Fiação e Tecidos Maranhenses, a Fabril Maranhense, a Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo, a Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís, a Santa Amélia e a Companhia da Fiação e Tecidos do Rio Anil (FERREIRA, 2014). A Figura 4 mostra a entrada da fábrica da

Companhia de Fiação e Tecidos Cãhama e o gomador da Companhia da Fiação e Tecidos do Rio Anil.

Figura 4 - Fábricas têxteis em São Luís: Companhia de Fiação e tecidos Cãhama (A) e gomador da fábrica Rio Anil (B)



Fonte: Brasília, 2008.

De acordo com Amaral (1897 apud DINIZ, 1999), São Luís, em 1896, possuía mais de cinco mil casas, 74 ruas, 16 praças, 21 travessas e 2 becos. As áreas nobres concentravam os serviços públicos existentes na época, isto é, a iluminação a gás, o abastecimento de água canalizada e o transporte do bonde.

O declínio industrial do setor têxtil ocorreu de forma preponderante a partir da primeira guerra mundial e levou à decadência do bairro da Praia Grande, primeiro núcleo da cidade e, até então, ponto fundamental da economia da cidade.

Com o fechamento das fábricas de tecidos e a crise da exportação do babaçu, um grande número de habitantes encontrava-se desempregado e sem perspectiva. Com efeito, a população passou a migrar para áreas mais distantes do centro da cidade, ao longo do Caminho Grande e às margens dos rios Anil e Bacanga e/ ou a se direcionarem para o Pará em função do ciclo da borracha (FERREIRA, 2014).

A década de 1920 representa uma fase de profundas transformações no que diz respeito ao controle da produção do espaço urbano. Escreve Burnett (2006, p. 3) que

A vitória das reivindicações da Associação Comercial – representante do poder do capital comercial que, como liame entre os produtores agrícolas e o mercado externo, detinha o comando das relações de produção no Maranhão e conseqüentemente a supremacia na circulação da riqueza local (Oliveira, 1982) – reduz significativamente o poder da Câmara Municipal sobre a legislação urbanística em uma atitude que, a partir de então, se mostrará recorrente na história da cidade por um longo período e em variadas gestões municipais. Frente às

intenções urbanísticas “ultrapassadas” da Câmara que, com base nas Ordenações Filipinas, pensa a cidade enquanto conjunto, a Associação Comercial contrapunha o pragmatismo dos que vêem a cidade com os olhos postos na produtividade econômica. Esta atitude marca o fim da conservação, pelo Legislativo, do organismo urbano colonial e vai coincidir com a aplicação, entre nós, do zoneamento urbanístico, que na prática vai permitir hierarquizar o ambiente urbano e aprofundar as diferenças na atenção do poder público e no valor imobiliário dos bairros.

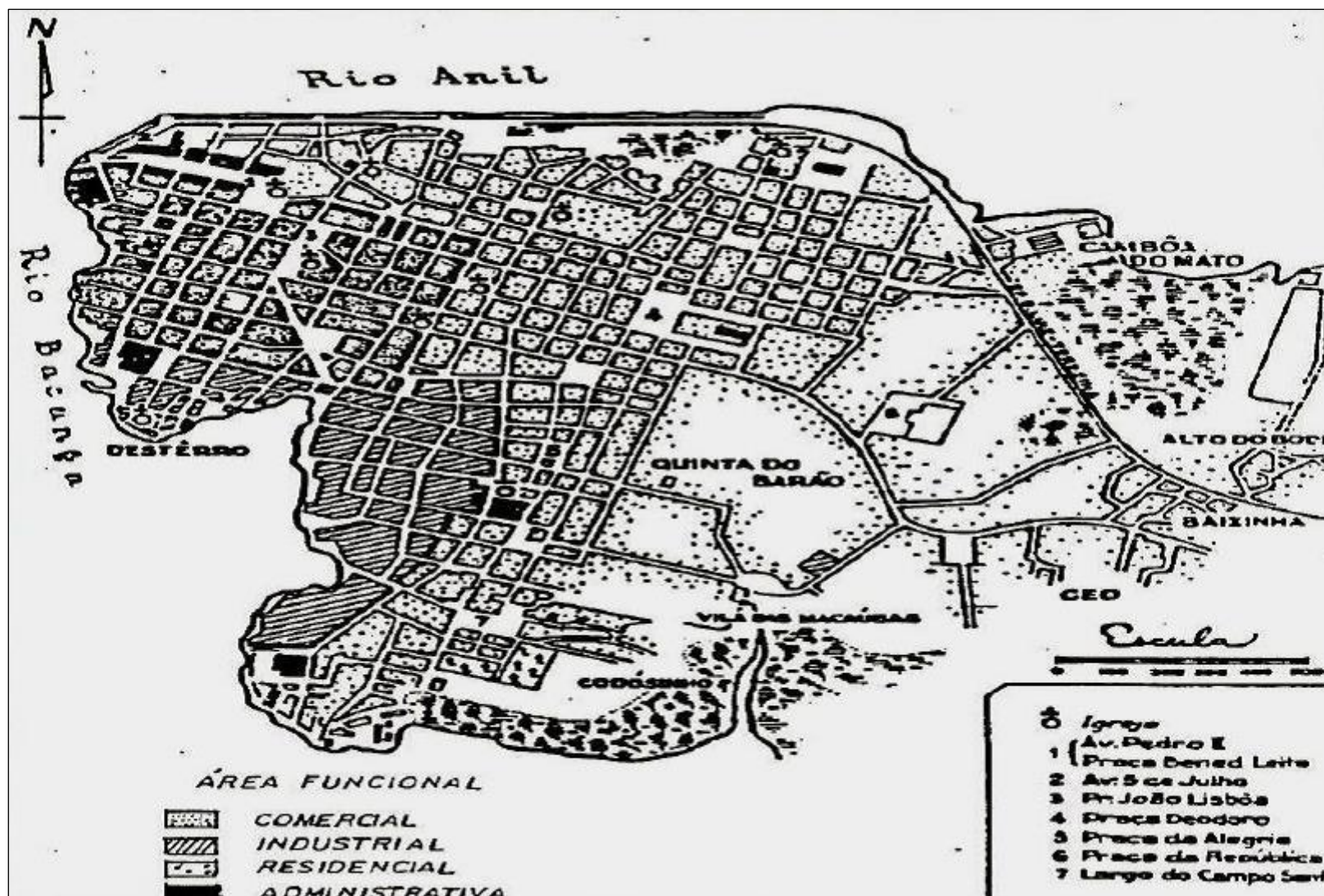
A aplicação de um zoneamento urbanístico acontece de fato em 1938, com o decreto nº 330 que divide São Luís em cinco áreas: administrativa, comercial, industrial, residencial e agrícola (BURNETT, 2006; FERREIRA, 2014). O intuito do decreto era promover a localização racional da produção do espaço: na prática, visava à proteção das áreas anteriormente valorizadas da cidade contra usos “indevidos” (BURNETT, 2006).

Em 1951, de acordo com Azevedo (1950/51 apud FERREIRA, 2014), a cidade de São Luís apresentava quatro áreas funcionais: comercial, industrial, administrativa e residencial (Figura 5).

A área comercial compreendia o espaço entre a Praia Grande e a Rua Antônio Raiol. A área industrial, composta basicamente por três estabelecimentos fabris e pequenas oficinas, compreendia um pequeno espaço da cidade. A área administrativa concentrava-se na Avenida Pedro II e, enfim, a área residencial distribuía-se ao longo da margem esquerda do rio Anil (AZEVEDO 1950/51 apud FERREIRA, 2014).

Convém notar, assevera Ferreira (2014), que a área residencial considerada por Azevedo em 1951 não levava em conta o distrito de Anil e as vilas e povoados já existentes como Vinhais, Turú, Olho d’Água, Santa Rosa, Tibiri, Maracanã, Maranhão, Maioba, Iguaíba e São José. Segundo o referido autor, essas áreas já representavam o produto da desigual produção do espaço urbano em São Luís, compostas pela população pobre que não tinha outra alternativa, isto é, morar em lugares mais distantes do centro da cidade referida.

Figura 5 - A cidade de São Luís do Maranhão em 1951



Fonte: Azevedo 1950/51 apud Vieira, 2013.

Ressalta-se ainda, conforme observa Ferreira (2014), que a produção do espaço urbano de São Luís acontecia de forma lenta e linear, com base no corredor Centro-Anil. Esse novo eixo de crescimento dessa cidade representou a primeira saída do centro histórico e já contava com infraestruturas urbanas como luz elétrica, água, telefone e bonde (BURNETT, 2006).

Em geral, a situação da produção do espaço na cidade de São Luís durante o período 1612-1964, isto é, durante o período em que a referida cidade, segundo Burnett (2006), conseguiu ser, ao mesmo tempo, cidade militar, mercantil e industrial, é assim resumida por Ferreira (2014, p. 49): “de 1612 até 1952 [...] o espaço do município de São Luís foi produzido essencialmente pelo capital particular, embora intermediado pelo Estado, através do Senado da Câmara, que procedia a doação das cartas-de-data”.

O Estado ampliou sua atuação em São Luís só a partir de 1962, com a construção do Conjunto dos Bancários (48 apartamentos) e no IPASE (536 casas) (FERREIRA, 2014).

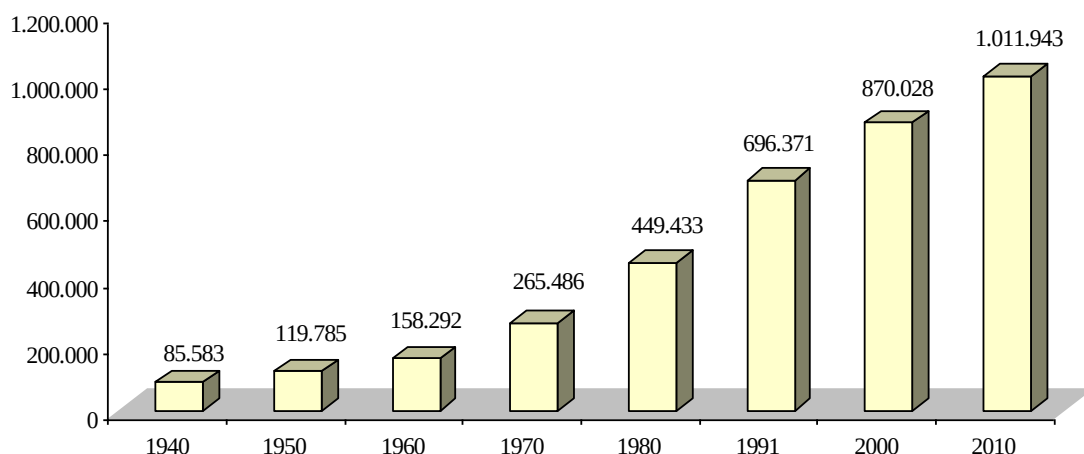
3.4 A produção das áreas de ocupação no contexto da modernização de São Luís (1965-1992)

São Luís, que no decurso destes mais de trezentos anos teve a capacidade de ser a mesma cidade em três, conservando o padrão de homogeneidade e continuidade espacial, vai passar, no breve período de trinta e cinco anos, por experiências urbanas comuns às principais cidades brasileiras: junto com a entrada do país no processo industrial moderno, elas sofrerão uma urbanização sem industrialização, perdendo, primeiro paulatinamente e depois abruptamente, seu valor de uso pela mercantilização da vida

BURNETT

A partir da segunda metade da década de 1960 a cidade de São Luís expandiu-se de forma acelerada. Segundo os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de São Luís tem passado, entre 1940 e 2010, de 74.675 para 1.011.943 habitantes (Gráfico 1). Observando os dados referidos percebe-se o extraordinário crescimento ocorrido principalmente a partir da década de 1970.

Gráfico 1 - O município de São Luís: evolução da população total, 1940-2010



Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 14/12/2015.

Convém ressaltar que o crescimento demográfico não foi acompanhado nem por oportunidade de emprego para a população nem por ampliação dos serviços básicos. Diniz (1999, 2007) assevera que o espaço urbano de São Luís virou lugar de segregação onde surgiram e se expandiram bairros periféricos, representados por áreas de ocupação e/ ou invasão, além de palafitas, que na maioria das vezes se localizam em áreas insalubres, como a realidade da “Vila” Progresso; isto porque os imigrantes que não são absorvidos pelo mercado formal e tampouco conseguem arcar com despesas com aluguel ou aquisição de moradia, deparam-se com a condição de “subempregado ou não, [de maneira que] a população se integra ao processo produtivo e vai ocupando um lugar no espaço físico” (DINIZ, 1999, p. 69).

Segundo Luz (2004), a introdução de capitais no meio rural e a instalação de grandes projetos industriais na cidade de São Luís, contribuíram para o maciço êxodo rural em direção à capital do estado do Maranhão. Com efeito, tal cidade passou por profundas transformações, conforme o novo processo de acumulação capitalista que no Brasil afora já havia começado desde a década de 1930⁵.

Quanto aos agentes sociais envolvidos nesse processo de produção do espaço, convém relevar que o Estado revelou-se, a partir da década de 1960, como um dos mais importantes produtores do espaço, atuando como investidor de capital na oferta de trabalho, como produtor material de infraestrutura para viabilizar a reprodução do capital, como

⁵ Segundo o sociólogo Francisco de Oliveira (1981, p. 59) “o processo de crescimento das cidades brasileiras [...] não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades de acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizados”. De fato, segundo o referido autor, o crescimento urbano no Brasil é resultado, a partir dos anos 1930, de uma nova forma de expansão do capitalismo, e que tem como contrapartida a desruralização do território brasileiro.

organizador do uso e ocupação do solo, e como promotor imobiliário; neste caso, com a produção dos conjuntos habitacionais (FERREIRA, 2014).

Entre as políticas urbanas utilizadas pelo Estado, Burnett (2006) destaca o impacto das ações do Banco Nacional de Habitação (BNH) que, em conjunto com um amplo programa realizado pelos governos militares, contribuiu de forma decisiva para transformar tal cidade, a exemplo de outras do Brasil. Com relação às infraestruturas, destacam-se a construção da barragem do Bacanga (Figura 6) e de duas pontes sobre o rio Anil em 1969/70, a Governador José Sarney e a Governador Newton Bello (DINIZ, 1999; FERREIRA, 2014).

Figura 6 - Obras de construção da barragem do Bacanga



Fonte: <http://passeiourbano.com>.

Convém lembrar que a construção da referida barragem era considerada estratégica, no quadro da implantação dos grandes projetos industriais vinculados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, levando-se ainda em consideração o problema com o porto de São Luís (Cais da Sagração) que apresentava assoreamento; assim, sua construção permitiu a ligação do setor Oeste da capital com o centro histórico, de maneira que em 1973, tal estratégia foi reforçada com a instalação do novo porto de São Luís, isto é, o de Itaqui (FERREIRA, 2014), cuja barragem articulava um ramal da BR-135 que passou a ser denominado Avenida dos Portugueses.

É importante frisar que, durante o governo Sarney (1966-1970) a área Itaqui/Bacanga (a Oeste do Centro Histórico de São Luís) era considerada estratégica para o projeto de “modernização conservadora”. De fato, além “dos projetos industriais e da

construção do porto de Itaqui, a região seria contornada pela construção de conjuntos habitacionais para a mão-de-obra requerida pelas indústrias que iriam se implantar na região” (LUZ, 2004, p. 27).

Quanto à construção das duas pontes referidas sobre o rio Anil, é importante relevar que elas viabilizaram a apropriação e produção do espaço urbano nos setores Norte e Nordeste. A ponte Governador José Sarney permitiu a ligação da cidade de outrora com a faixa de praias da Ponta d’Areia e Calhau, enquanto a Newton Bello possibilitou a chegada mais rápida às praias de Olho d’Água e Araçagi (FERREIRA, 2014).

Devido aos incentivos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) via BNH e cooperativas habitacionais, a partir da década de 1970 foram produzidos diversos conjuntos habitacionais na periferia em expansão (SILVA, 1995). Conforme Ferreira (2014), entre 1971 e 1980 foram produzidos dezoito conjuntos habitacionais, sendo oito financiados pela Cooperativa de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) e dez pelas cooperativas (Quadro 1).

Quadro 1 - São Luís: conjuntos habitacionais produzidos, 1971-1980

Ano de implantação	Entidade financiadora	Conjunto habitacional	Nº de Unidade		
1971	Cohab	Sacavém	476		
1973	Cohab	Radional	366		
1975	Cooperativa	Cohama	700		
1976	Cohab	Anil IV	1.111		
1977	Cooperativa	Cohapa	41		
1978	Cooperativa	Cohaserma	364		
		Cohapam	100		
		Cohajap	331*		
		Cohatrac I	875		
		Cohajoli	50		
	Cohab	Bequimão	1.190		
		Vinhais	1.627		
		Turú	767		
		1979	Cohab	Rio Anil	365
				Angelim	654
Cooperativa	Coharev		160		
	Cohajapa		38		
	Cohafuma		482*		
Total			9.697		

Fonte: CEF-MA. São Luís. 1995. 2p.

* apartamentos

De acordo com Ferreira (2014), a produção desses conjuntos habitacionais concentrou-se nos setores Norte e Leste da cidade de São Luís, induzindo uma significativa valorização desses espaços que até então pertenciam à zona rural por força da Lei Municipal nº 171/1950.

Entre os conjuntos habitacionais referidos, destacam-se, por número de unidades construídas, os conjuntos Vinhais, Bequimão, Anil IV, COHATRAC I (Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores no Comércio de São Luís), Turú, COHAMA (Cooperativa Habitacional do Maranhão), Angelim e Cohafuma.

Vale ressaltar que, por exigência do BNH, foi implantado em 1974 o primeiro Plano Diretor de São Luís. Dentro das propostas principais desse plano destacavam-se a de implementação do distrito industrial e de um complexo sistema viário, além da previsão da expansão urbana através da construção de novos conjuntos habitacionais (INCID, 2006). No entanto, assevera Burnett (2006), o referido plano, não conseguiu controlar, se não em mínima parte, o processo de expansão urbana em função do contexto econômico e político no qual vinha sendo elaborado. Isto por que, tal instrumento foi:

Elaborado no auge do chamado “milagre brasileiro” e combinado com o nível mais grave do autoritarismo do governo militar, o Plano repete o receituário do planejamento centralizador da época, no qual as questões sociais eram ignoradas em nome da ordem e o desenvolvimento econômico assumia papel determinante nas decisões urbanas (BURNETT, 2006, p. 11).

De fato, na sucessiva década, a implantação dos projetos industriais do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e do Complexo Portuário-industrial e ferroviário da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) impulsionou uma maior migração de pessoas das áreas rurais do Maranhão e de outros estados para a cidade de São Luís, agravando o problema do déficit habitacional que já acometia tal cidade.

De acordo com Diniz (1999), a implantação das referidas infraestruturas, juntamente com a implantação da indústria da ALUMAR, iniciada em 1980, e a construção, em 1985, do Terminal da Ponta da Madeira, ponto final da ferrovia Carajás da CVRD em São Luís, tiveram uma contribuição decisiva para a expansão urbana.

Quanto à construção dos conjuntos habitacionais, vale lembrar que na década de 1980 ela foi operada principalmente pelo IPEM (Instituto de Previdência de Estado do Maranhão) que, valendo-se do financiamento do BNH, concorreu para a produção de onze conjuntos habitacionais, privilegiando os setores Norte e Leste (Quadro 2).

Quadro 2 - São Luís: conjuntos habitacionais produzidos, 1981-1991

Ano de implantação	Entidade financiadora	Conjunto habitacional	Nº de Unidade
1981	IPEM	Ipem/Bequimão	912*
		Henrique de La Roque I	260
1982		Henrique de La Roque II	355
1983		Solar dos Lusitanos	158
1984		Cohatrac IV I (1ª etapa)	498
		Solar dos Lusíadas	186
1985		Cohatrac IV (2ª etapa)	499
		Parque dos Nobres	190
1987		Residencial Angelim	480*
1988		Cohatrac IV (3ª etapa)	389
1991		Residencial Primavera	250
Total			4.177

Fonte: CEF-MA. São Luís. 1995. 2p.

* apartamentos

A partir do final da década de 1980, a produção de conjuntos habitacionais passou a ser de competência da Caixa Econômica Federal (CEF), devido à extinção do BNH. Em São Luís, a CEF produziu, através o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), vinte e cinco conjuntos habitacionais, conforme o Quadro 3 (FERREIRA, 2014).

Quadro 3 - São Luís: conjuntos habitacionais produzidos, 1989-1992

Ano de implantação	Entidade financiadora	Conjunto habitacional	Nº de Unidade
1989	CEF	Ipês	224*
		Magnólia	112*
		V. Pindorama	12
		Manacás	224*
		Samambaia	112*
		Begônias	112*
		Parque das Mangueiras	196
		Anturius	128*
1991		P. Turú I	311
		P. Turú III	252
		J. América	1.748
		H. Rodrigues	96
1992		P. Turú II	250
		P. Vinhais II	125
		N. Esperança	196
		J. Palmeira	191

	Cidade Operária III	217
	N. Metrópole	146
	Pirapemas	136
	C. Operária	40
	Res. Anil	196*
	São Raimundo	3.500
	Reviver	205
	Água Branca	56*
	Primavera	250
Total		9.035

Fonte: CEF-MA. São Luís. 1995. 2p.

* apartamentos

Tendo em vista o período entre 1971 e 1992, em São Luís foram produzidas 22.809 unidades habitacionais que, todavia, não resolveram o problema do déficit habitacional. As intenções do Estado de intervir para suprir o déficit habitacional tiveram poucos efeitos, haja vista a impossibilidade, pela população de baixo poder aquisitivo, de adquirir linhas de crédito para o financiamento da habitação (BURNETT, 2006). Os dados apresentados por Silva (1995) sobre o financiamento habitacional no Brasil, em 1975, via BNH, confirmam que os recursos do BNH destinados à população com até 5 (cinco) salários mínimos representavam só 3% do total dos recursos e atingia aproximadamente 80% da população total.

Segundo Maricato (2011, p. 85), após o BNH, o acesso à moradia, para a população pobre ficou ainda mais difícil, pois “os recursos despejados no financiamento habitacional alimentaram a especulação fundiária, subsidiaram, em especial, a classe média, que deu sustentação ao regime [militar], e transformaram a indústria da construção de edificações”.

Ainda com relação ao impacto do BNH, Maricato (2011) assevera que o grande problema foi o descolamento entre os programas habitacionais como o BNH/SFH e a questão fundiária. De fato, para a referida autora “a história do desenvolvimento urbano no Brasil foge do enfrentamento da questão fundiária preservando velhas alianças que sustentam o poder político” (MARICATO, 2011, p. 93).

Com efeito, as palafitas e as áreas de ocupação tornaram-se uma constante alternativa pela população de baixa renda para resolver seu problema de moradia. Conforme Ferreira (1995, 2005), na cidade de São Luís, devido ao persistir do déficit habitacional, diversas áreas localizadas na proximidade dos conjuntos residenciais referidos e que vinham sendo produzidos pelo Estado para as classes mais privilegiadas, começaram a ser

ocupadas/produzidas. Entre elas destacam-se João de Deus e Vila Bom Jesus, na proximidade do conjunto COHAPA, Vila Vicente Fialho (COHAMA/COHAJOLI), Vila Menino Jesus de Praga (COHAMA), Vila Independência (COHAFUMA), Vila Isabel Cafeteria (COHAB-Anil III), Jardim Tropical (Cidade Operária) e Novo Angelim (Angelim).

Em geral, o processo de produção das áreas de ocupação na cidade de São Luís, deriva, segundo Ferreira (2014, p. 115-116), da conjunção de três fatores:

O primeiro, relaciona-se à forma como se materializou a cessão de terras no período colonial (cartas-de-data) e mais recentemente (década de 1970) entre esferas de governo, somada às fraudes cartoriais “sob o manto da fé pública” (BRASIL, 1998, p. 3), que resultam da não observância de que, excetuados os casos verídicos, a ilha do Maranhão pertence à União. O segundo fator refere-se à subutilização das terras dos ditos particulares e/ou devolutas, que não levam em conta a função social (inciso 22 e 23 do artigo 5º, combinado com os incisos 2 e 3 do artigo 170, e parágrafo 2º do artigo 182 da CF/88), que deveriam desempenhar. O terceiro fator está vinculado ao déficit habitacional e à concepção de que “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres” (SINGER, 1980, p.87), o que faz com que esses produzam o seu próprio espaço, a despeito da ausência do Estado, utilizando-se de estratégias como palafitas e/ou áreas de ocupação, já que não tem acesso ao SHF devido ao mesmo valer-se de critérios econômicos (renda de três salários mínimos) e sociais (emprego estável por um tempo mínimo de seis meses, entre outros), os quais relegam uma parte considerável da população (em 1988, 78% da população de São Luís encontravam-se na faixa de 0 a 2 salários mínimos - MARANHÃO, 1998).

Vale relevar que a articulação da classe mais pobre para suprir a necessidade de moradia culminou com a criação, em 1986, do Movimento em Defesa da Moradia (MDM). Entre as reivindicações havia uma série de ações em defesa do direito de ocupar uma área na cidade que se conformava, como a suspensão da reintegração de posse, o levantamento de dados das famílias residentes nas áreas de ocupação, a regularização das posses e o afastamento dos especuladores, dentre outras (FERREIRA, 2014).

O MDM participou, em apenas três anos, entre 1986 e 1988, da produção da maioria das áreas de ocupação nessa época, em São Luís (FERREIRA, 2014).

Convém ressaltar que, mesmo com a dissolução do MDM dois anos depois de sua criação, as áreas de ocupação continuaram crescendo em São Luís, haja vista a necessidade de moradia pela população pobre. O acesso legal à moradia pela população pobre, travado pela lógica mercantilista da produção do espaço urbano, tem induzido grande contingente populacional a produzir seu próprio espaço, ou através das ocupações populares ou por meio dos loteamentos irregulares e clandestinos.

O Quadro 4 permite visualizar a produção das áreas de ocupação na cidade de São Luís entre 1930 e 1998; nota-se que a produção das áreas de ocupação tem aumentado de forma exponencial a partir de 1960.

Quanto à distribuição espacial das áreas de ocupação instaladas em São Luís até 1994, Diniz (1999) divide a cidade em quatro setores: Norte, Sul, Leste e Oeste. Na parte Oeste da cidade, ao lado das áreas já instaladas de Anjo da Guarda, Vila Nova e Sá Viana, instalaram-se as áreas de Vila Bacanga, Vila Embratel, Vila Mauro Fecury I e II, Vila Ariri, Fumacê e Alto da Esperança.

No setor Sul, na proximidade da área denominada Coroadinho, área ocupada desde a década de 1960, foram se constituindo, dentre outras, as áreas de Vila Bom Jesus, Vila dos Frades, Vila Itamar, Vila Conceição e Vila Lobão.

Quanto ao setor Norte, as áreas de ocupação foram Divineia, Fátima, Invasão do Ipase, Isabel Cafeteria, Jaracaty, João Rebelo, Matadouro, Menino Jesus de Praga, Novo Angelim, Redenção, São Francisco, Santos Dumont, Sol e Mar, Vila Vicente Fialho, Vila Esperança, Vila Palmeira, Vila Luizão, Vila Barreto e Vila Padre Xavier.

Quadro 4 - São Luís: áreas de ocupação identificadas, 1930-2011

Ano	Nº	Nome
1930	01	Fátima
1950	01	Goiabal
1960-1973	06	Vila Palmeira, Coroadinho, Coroadinho, Santa Cruz, Vera Cruz, Anjo da Guarda.
1974-1988	27	João De Deus, Padre Xavier, S. Bernardo, Vila Brasil, Vila dos Frades, Cantinho do Céu, Divineia, Nova Divineia, Pica Pau Amarelo, Rio Anil, Novo Angelim, Santos Dumont, Vila Isabel Cafeteria, Vila da Paz, Bom Jesus, Menino Jesus de Praga, Vila Itamar, Vila Janaina, Vila Césamo, Vicente Fialho, Vila Isabel, Fumacê, Vila Nova, Vila Bacanga, Vila Embratel, Sá Viana, Mauro Fecury I.
1989-1998	22	Bonfim, D. Luís, S. Raimundo, Vila Conceição, Sitinho, Vila Funil, Vila Lobão, Vila S. João, Vila Forquilha, Brisa do Mar, Sol e Mar, Ayrton Senna, Vila Luizão, Pavão Filho, S. Clara, S. Efigênia, Vila Vitória, Argola e Tambor, Apaco, Parque Roseana Sarney, Residencial Canudos.
1999-2011	09	Vila Governador José Reinaldo Tavares, Vila Sebastião, Residencial Vale Verde, Vila Litorânea, Terra Livre, V. Cristalina, Vila Marinha, Vila Industrial e V. Jambeiro.

Fonte: CEAPOC. Projeto de apoio ao movimento de defesa da moradia. São Luís, Ceapoc, 1988. 6p.; MARANHÃO. SEDESC. Informativo preliminar das áreas de invasões na ilha de São Luís. São Luís, 1995. 2p.; PMSL. SEMTHURB. Diagnóstico de áreas de ocupação. São Luís, 1994. 4p.; pesquisa direta realizada entre outubro de 1996 e outubro de 1998; FUNASA, 2011 apud Ferreira, 2014.

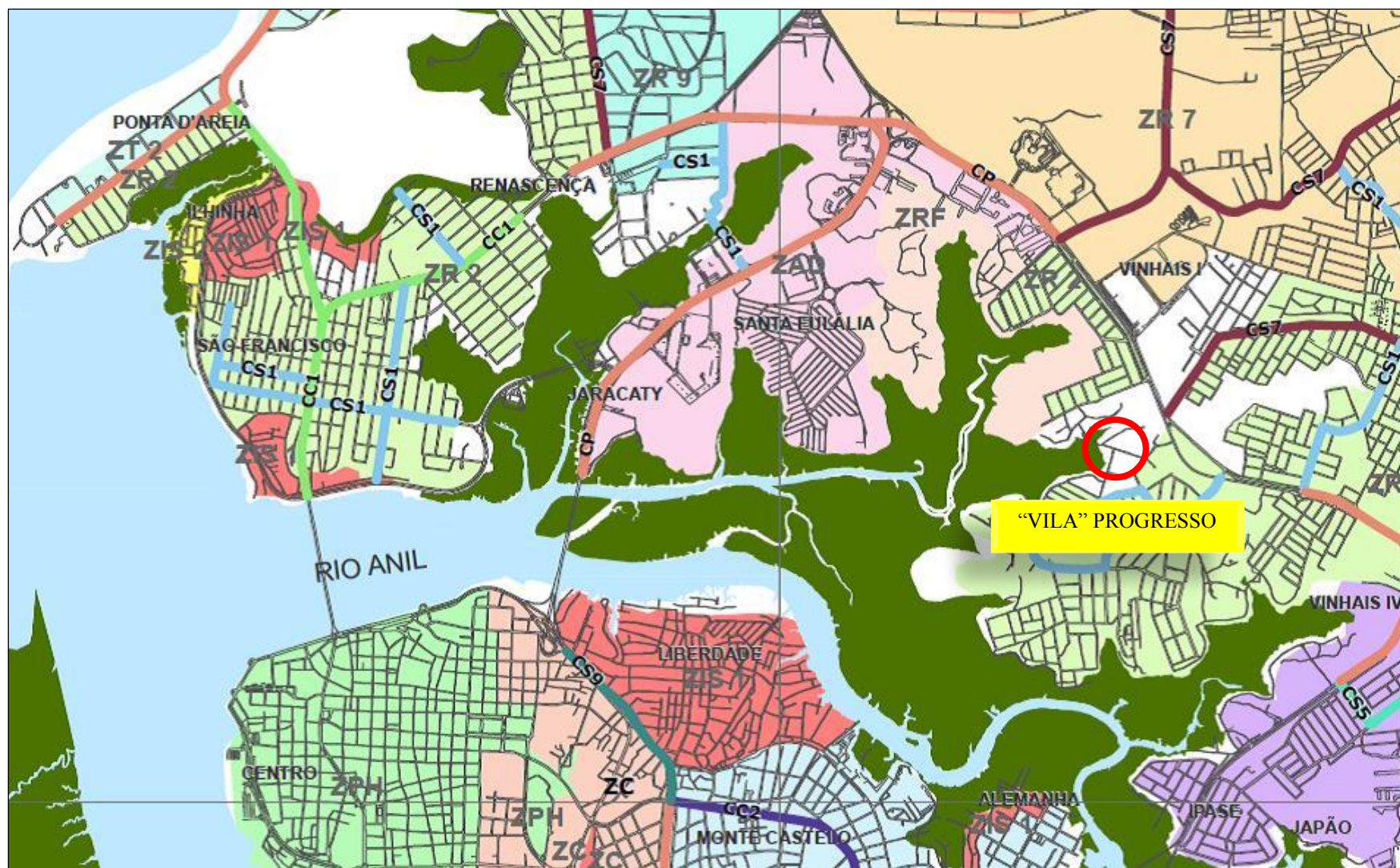
Por fim, em direção Leste as áreas de ocupação que se constituíram foram: João de Deus, São Bernardo, Santa Cruz, Vera Cruz, Vila Brasil, Vila Alegria, Vila Izabel, Vila Pavão Filho, Vila Sarney, e Vila Pirapora.

Algumas dessas áreas de ocupação foram consideradas como Zonas de Interesses Social (Z.I.S.) com base na Lei Municipal nº 3255/92, que dispõe sobre o “zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e de outras providências”, com o objetivo de regularizar suas situações fundiárias e integrá-las à cidade de São Luís. Segundo a referida lei, as Z.I.S. são áreas que, pelas suas características de ocupação já consolidadas, merecem tratamento especial, ou que poderia permitir melhorias sociais.

As áreas de ocupação classificadas como ZIS foram: Coroadó, Coréia, Coroadinho, Madre Deus, Ilhinha, Lagoa, São Francisco, Camboa, Alemanha, São Raimundo, Vila Mauro Fecury, e Vila Nova.

Vale relevar que nenhum documento oficial menciona a área de ocupação “Vila” Progresso, embora os depoimentos de antigos moradores revelem que a mesma remonte ao final da década de 1980. Observando-se o mapa de zoneamento (Figura 7), elaborado de acordo com a referida Lei de 1992, percebe-se que ele não contemplava a área onde hoje se encontra a “Vila” Progresso, deixando-a fora de qualquer tipo de uso, mesmo estando às margens entre a Zona de Proteção Ambiental (ZPA2), constituída “pela área do entorno das bacias hidrográficas, correntes, rios, riachos, pontes, lagos e lagoas, periodicamente inundáveis pela própria bacia ou marés” (Lei 3255/92) e a zona residencial (ZR2 Vinhais), que compreendia uma vasta área residencial formada pelos conjuntos de Cohama, Vinhais, Cohafuma e Recanto do Vinhais.

Figura 7 - Mapa de zoneamento de São Luís - 1992



Fonte: INCID, 2014. Dados: SEMURH, 2001, 2012; INCID, 2013.

O descolamento entre a legislação urbanística (aqui representada pela referida Lei Municipal nº 3.255/92 que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís), e a realidade das cidades brasileiras, segundo Maricato (2000), é devido à falta de comprometimento do planejamento urbanístico brasileiro com a realidade concreta das cidades. Trata-se, assevera a referida autora, citando uma frase cunhada pelo sociólogo Francisco de Oliveira, de “idéias fora do lugar [e] de lugar fora das idéias” (MARICATO, 2000, p. 132).

A “Vila” Progresso até hoje pode ser considerada um claro exemplo de “lugar fora das ideias”, onde não há planos, nem comprometimento do Estado, que possam garantir o direito à cidade.

É importante ressaltar que na cidade de São Luís, a produção das áreas de ocupação tem sido continua, uma vez que a atuação do Estado e de outros agentes sociais não ofereceu outras opções de ocupação para a população de baixa renda. Os programas habitacionais do governo federal sob o regime militar e dos governos na primeira década do século XXI (Programa Minha Casa Minha Vida) não têm resolvido o problema do déficit habitacional, favorecendo os interesses imobiliários, ao mesmo tempo deflagrando um processo de concentração de moradias de baixa renda nos limites do perímetro urbano de São Luís e nas proximidades das zonas rurais dos municípios limítrofes, principalmente São José de Ribamar e Paço do Lumiar (BURNETT, 2012; FERREIRA 2014).

Com efeito, uma nova produção do espaço tem sido realizada na Ilha do Maranhão e que tem levado à “homogeneização do espaço regional/metropolização” (BURNETT, 2012, p. 354), passando a conter uma nova forma de mobilidade entre áreas agora urbanizadas, sendo, essa, a tendência da urbanização contemporânea.

A produção de uma nova lógica espacial na Ilha do Maranhão aponta para o fato de que o processo capitalista de produção do espaço urbano é dinâmico, contínuo. O próximo capítulo tratará especificadamente da realidade empírica da “Vila” Progresso em que estão presentes as contradições do referido processo.

Capítulo 4

A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

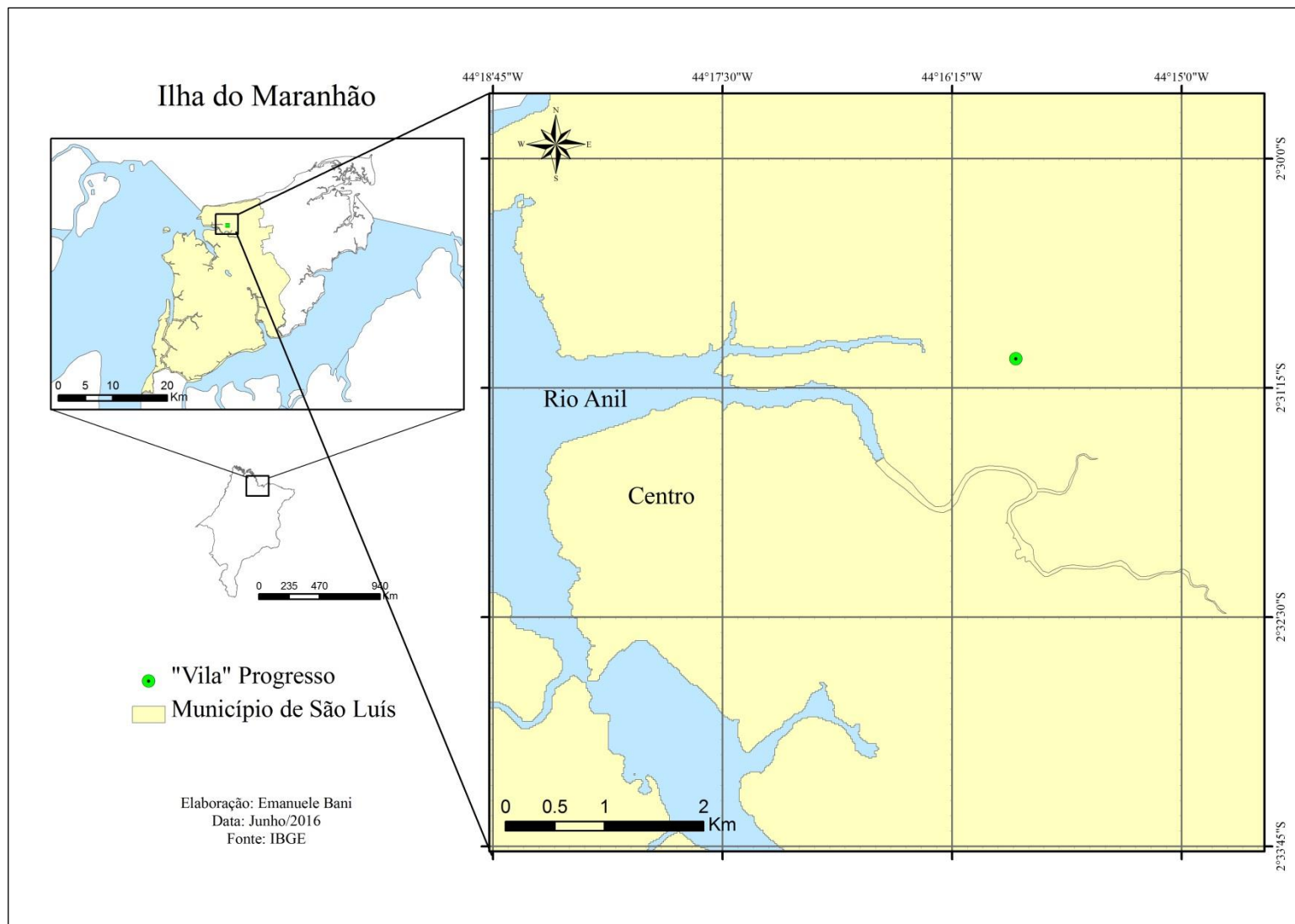
4.1 Situação geográfica da “Vila” Progresso

A “Vila” Progresso situa-se numa área próxima aos conjuntos habitacionais Vinhais, Recanto do Vinhais e Cohafuma e à área de ocupação Vila Marinha, ao Leste do Centro Histórico da cidade de São Luís, estando escondida pela vegetação de mangue e mata ciliar, que a divide de dois grandes corredores urbanos, a Avenida Jeronimo de Albuquerque e a Via Expressa, de recente construção (Figuras 8 e 9). Através os trabalhos de campo foi possível contar 327 casas, mas não foi possível saber o número real da população residente; no entanto, admitindo-se que, em média, em um domicílio moram 4 pessoas pode-se inferir que a provável população da “Vila” Progresso corresponde a 1.308 pessoas.

Cabe ser ressaltado que há uma relação de dependência entre a “Vila” Progresso e os conjuntos habitacionais próximos no que diz respeito aos serviços e infraestruturas, que os mesmos dispõem, como escolas, supermercados, postos de saúde, etc., as quais são deficientes e/ ou ausentes no bairro pesquisado.

Assim como outras áreas da cidade de São Luís, a “Vila” Progresso não é exatamente um bairro, mas é melhor dizer que se trata de “uma localidade ou uma célula pouco dinâmica na vida de relações econômicas do espaço geográfico de São Luís do Maranhão” (PACHECO, 1999, p. 1 apud DINIZ, 1999). De fato, ela não atende às necessidades básicas de consumo como justiça, segurança, educação, lazer, alimentação e serviços e nem possui certa independência no que tange ao poder de cobrança de melhorias junto ao poder público que, segundo Pacheco (1999 apud DINIZ, 1999), são características que pertencem a um bairro.

Figura 8 - Mapa de localização da “Vila” Progresso



Fonte: IBGE - Base cartográfica Digital.

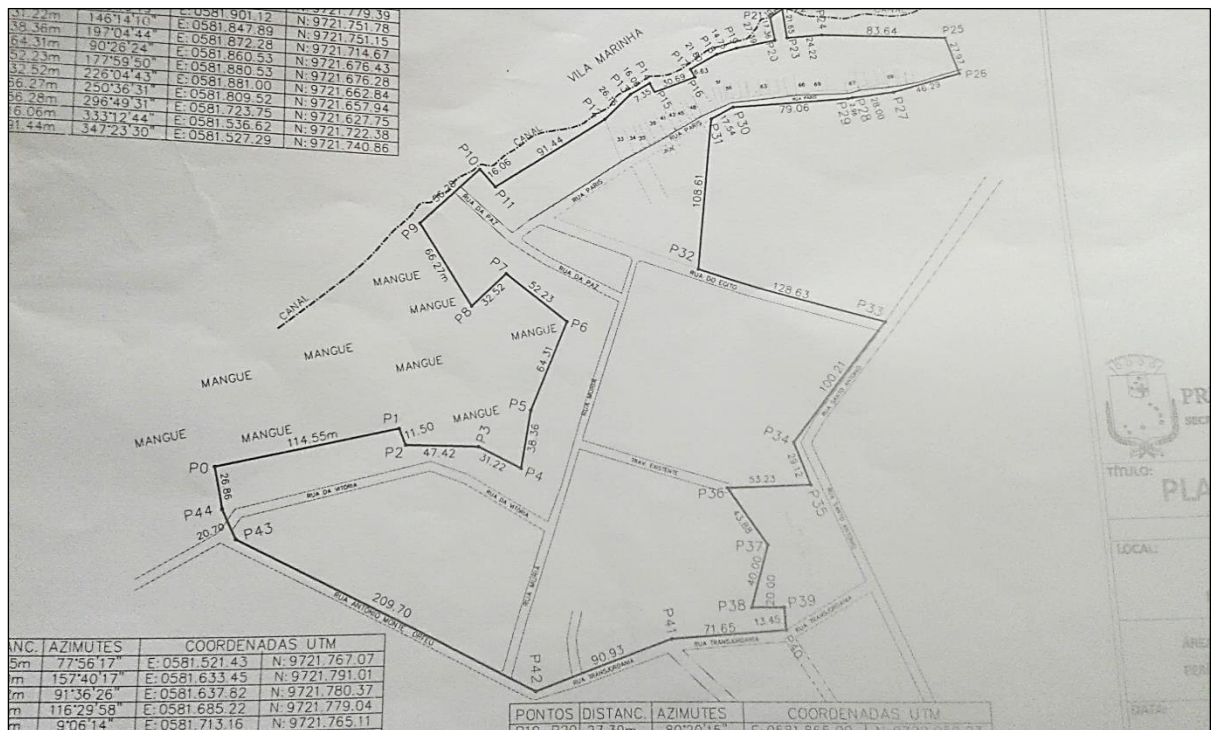
Figura 9 - Imagem de satélite da “Vila” Progresso



Fonte: Google Earth.

Conforme a planta elaborada em junho de 2015 pela Prefeitura de São Luís através a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH), a área da “Vila” Progresso equivale a um polígono de forma irregular tendo 87.335,99 m² (oitenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco metros quadrados e noventa e nove décimos quadrados) de área e 2.081,18 m de perímetro. Limita-se: ao Norte com um canal de drenagem; ao Sul com a Rua Transjordania; ao Leste com Área de Proteção Ambiental, com a rua Santo Antonio, com a rua Felipe Costa Ferreira e com a rua Lúcio Alves Dias; ao Oeste com área de mangue e com a rua Transjordania (Figura 10).

Figura 10 - Planta de situação da “Vila” Progresso



Fonte: SEMURH, 2015.

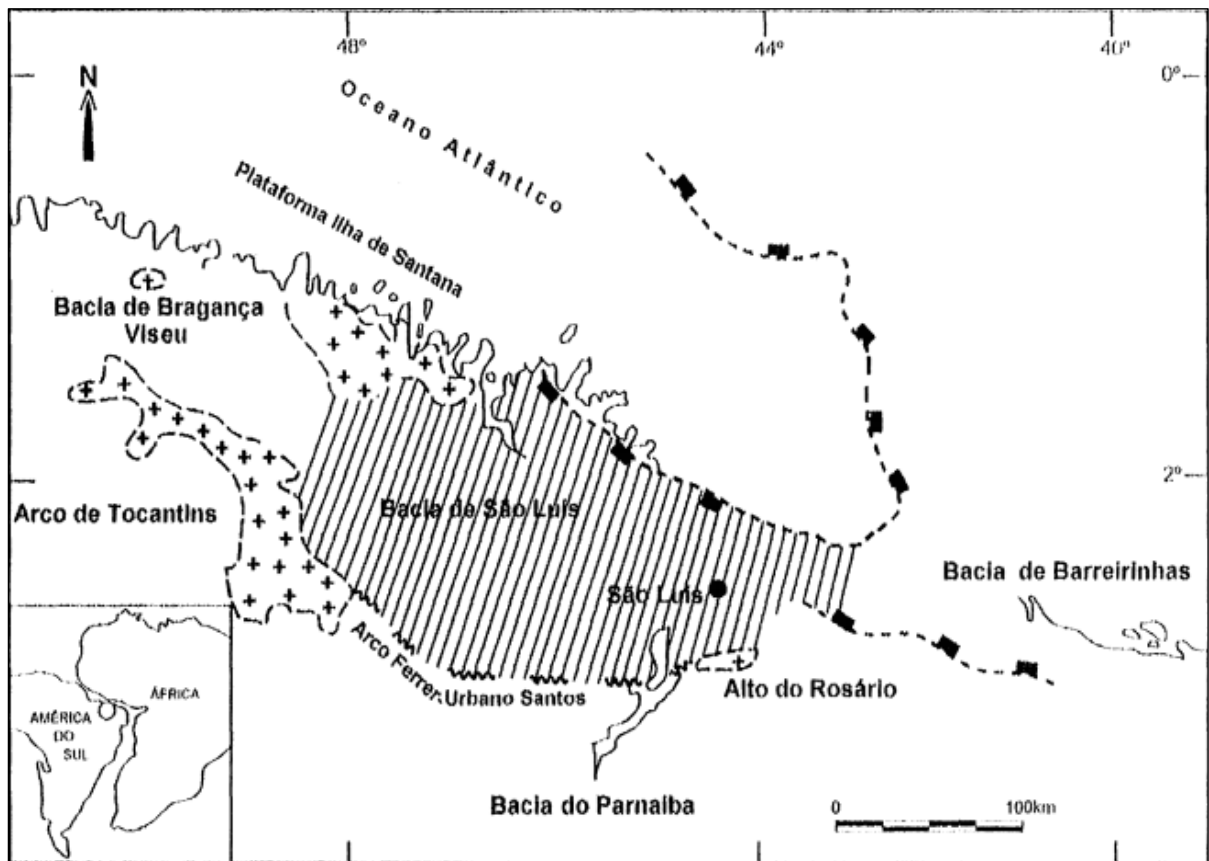
4.2 Caracterização Geoambiental

Geologicamente, a área da “Vila” Progresso situa-se na bacia sedimentar de São Luís, limitada ao Norte pela plataforma ilha de Santana, ao Sul pelo arco Ferrer-Urbano Santos, a Oeste pelo arco Tocantins e a Leste pelo Horst de Rosário como mostra a Figura 11 (CARVALHO, 2000).

Em relação à litoestratigrafia, as principais formações geológicas da bacia de São Luís são: a Formação Itapecuru, a Formação Barreiras e a Açui (SILVA, 2012). Nas áreas sob influência das marés, como é o caso da área da “Vila” Progresso, são encontrados os

depósitos de mangues, constituídos por “lamas arenosas, plástica, não adensadas, maciças e bioturbadas, recobertas por mangues” (ALMEIDA, 2000 apud SILVA, 2012. p. 89). Convém ressaltar que atualmente, em decorrência da ação antrópica, a área de mangue da “Vila” Progresso encontra-se quase totalmente aterrada.

Figura 11 - Mapa de localização da bacia de São Luís



Fonte: modificado de Carvalho, 2000.

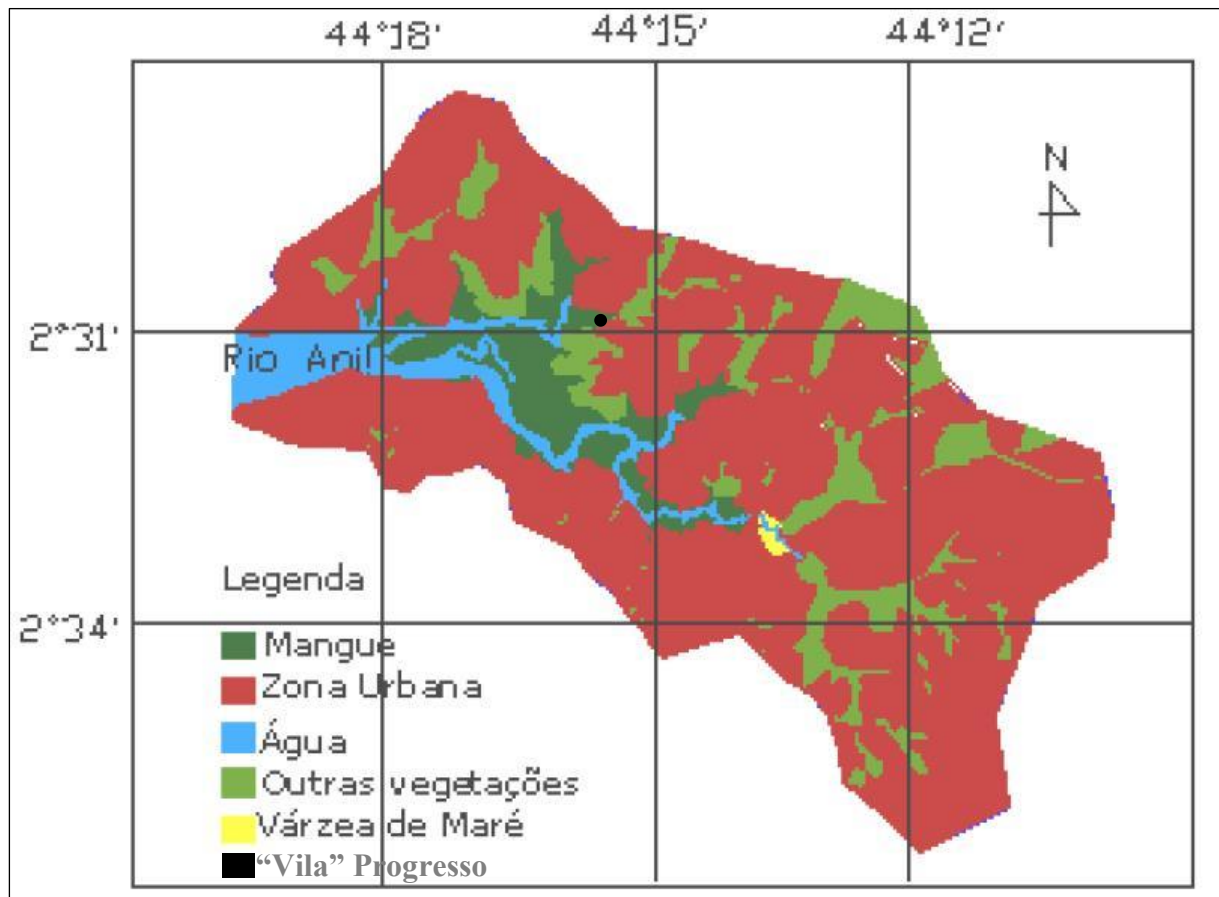
Quanto à geomorfologia, Silva (2012) observa a grande importância das marés na modelagem do relevo da região. De fato, continua o autor, a planície de maré se interioriza na Ilha do Maranhão, em função da grande amplitude da maré. Em direção ao interior dessa Ilha, o relevo apresenta-se diversificado, representado por quatro principais zonas: Costa Emersa, Superfície Dissecada, Superfície Subtabular e Superfície Tabular. (FEITOSA, 1993 apud SILVA, 2012).

No que diz respeito ao tipo de solos, têm-se, na área de estudo, Argissolo e solos indiscriminados dos mangues, estes associados às planícies de maré. Quanto à vegetação da Ilha referida, ela é constituída principalmente por capoeira de terra firma, capoeira ciliar marinha e mangue (SILVA, 2012).

No que se refere ao clima, Silva (2012) destaca a atuação da Zona de Convergência Intertropical na determinação do regime climático da Ilha do Maranhão, caracterizado por ser tropical com dois períodos distintos, o chuvoso na primeira parte do ano e o seco no restante do ano.

Com relação à hidrografia, convém ressaltar que a área da “Vila” Progresso situa-se na bacia hidrográfica do rio Anil, que vem sofrendo grandes pressões antrópicas em consequência do processo de urbanização já mencionado no capítulo anterior, assim como mostrado na figura 12.

Figura 12 - Mapa do estado do meio físico da bacia do rio Anil - 1999



Fonte: Modificado de Alcântara & Silva, 2003 apud Alcântara & Amorim, 2005.

4.3 História da ocupação da área

Como já visto anteriormente, a produção do espaço urbano é realizada por agentes sociais de acordo com seus interesses. Na cidade capitalista, o espaço produzido apresenta-se

segregado e desigual, sob a lógica do capital. Logo, grande parte da população que não tem qualquer alternativa legal, começa invadir e/ ou ocupar áreas subutilizadas da cidade.

Diante das entrevistas realizadas com os moradores da “Vila” Progresso, foi possível identificar que a ocupação da área foi similar ao *modus operandi* que caracteriza, segundo Diniz (1999), a dinâmica das ocupações em São Luís, em que certo número de famílias se organiza e ocupa coletivamente, no mesmo dia, uma área para instalar-se. Eis o depoimento de uma das moradoras mais antigas:

Um rapaz de nome Josué avistou isso aqui [...] Acho que ele era muito assim... comunidade né [...] gente boa mesmo, aí convidou a gente para invadir, e a gente aceitou o desafio, juntou todo mundo que morava de aluguel [...] e a gente veio. Ele separou dois pedacinhos pra cada (D. L.).

Quanto às informações sobre Josué, conforme falado por uma das pessoas entrevistadas (não sendo possível uma entrevista diretamente com ele, haja vista que o mesmo não se encontra mais na “Vila” Progresso), o que foi possível saber é que trabalhava como servente de pedreiro numa empresa de construção, próxima da área invadida.

O que ocorreu sucessivamente foi a divisão da área em lotes e a distribuição entre os ocupantes, sem nenhuma taxa para pagar ou documentos para apresentar. Todavia, ainda segundo os depoimentos, alguns lotes foram vendidos algum tempo depois, revelando traços de aspectos especulativos na dinâmica do processo de invasão da área.

Apesar desse problema, as informações coletadas permitem classificar a “Vila” Progresso como pertencente ao tipo de ocupação-invasão “espontânea”, nos termos adotados por Maricato (2011, p. 82) quando o define como “uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão de habitação no Brasil”. Portanto, no dizer da referida autora, institucional, sendo funcional para a economia, devido ao barateamento da força de trabalho, e também para a orientação dos investimentos públicos urbanos.

Efetivamente, assinala Maricato (2011), certas áreas de ocupação como é, ainda que não completamente, o caso da área da “Vila” Progresso, surgem em terras desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por outro motivo, continua a referida autora (2011, p. 83) “que as favelas se multiplicam em áreas públicas, áreas ambientalmente frágeis sobre as quais incidem leis protecionistas como é o caso das áreas *non aedificandi* nas beiras dos córregos”.

No caso da “Vila” Progresso, o sítio “escolhido” pelos ocupantes apresentava-se sujeito à influência diária da maré, que quando subia alagava completamente a área. A descrição da paisagem da época é expressa na fala de uma das moradoras mais antigas:

“quando eu cheguei aqui em 1989, [...] aqui era muita lama, [...] quando a maré vinha o caminho dela era na minha casa” (D. L.).

Como na maioria das áreas de ocupação, a primeira ação foi a demarcação dos terrenos, seguida pela abertura de caminhos e pela construção de casebres de tábuas, em alguns casos palafitas, feitos de forma improvisada.

No início da ocupação em destaque, os moradores tiveram muitas dificuldades para construir a própria moradia, por causa do ambiente alagadiço. A tal propósito uma moradora da comunidade contou que para poder construir sua casa precisou botar entulho e mesmo assim teve dificuldade na construção da sua casa, pois o terreno, sendo um lamaçal, não dava apoio firme. Numa outra passagem da entrevista, a referida moradora contou que para botar entulho as pessoas tinham que utilizar só carro de mão, pois não tinha alternativa para passar no meio da lama.

Convém ressaltar que as dificuldades que os moradores encontraram não se referiam apenas à construção das casas, mas também a outros aspectos da vida cotidiana. O trecho da seguinte fala destaca uma dessas dificuldades: “Ao sair de casa para ir trabalhar a gente precisava levar um balde de água e chinela na mão para lavar os pés lá em cima [na Avenida Jerônimo de Albuquerque [...]; aqui tinha só lama [...] até o joelho” (D. S.).

Em outro relato, uma moradora descreve o ambiente e as dificuldades que as pessoas enfrentavam com relação às emergências, explicando que por causa da lama os carros dos serviços de saúde não adentravam na “Vila” e para levar os doentes para um hospital era preciso carregá-los numa rede ou em braços e transportá-los pelo menos até a Avenida Jerônimo de Albuquerque (Figura 9).

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores, cabe destacar os problemas relacionados à inexistência de um sistema de fornecimento de água e de luz. No caso da água, os moradores informaram que, no começo, puxavam água com um cano da Avenida Jerônimo de Albuquerque e que somente muito tempo depois é que foi colocado um chafariz na “Vila”. Os moradores contaram ainda que levantavam às 4 horas da manhã, todos os dias, para colocar as latas na fila para poder se abastecer.

Quanto à origem dos ocupantes, os dados coletados demonstram que as pessoas que se instalaram na área eram de famílias oriundas do interior do Maranhão e de outros estados do Brasil, que vieram a São Luís atraídas pela demanda de mão de obra e oferta de serviços, mas que ficaram excluídas da possibilidade de adquirir uma habitação não tendo uma renda suficiente para adquirir uma casa através do mercado imobiliário legal, e nem para entrar nos programas governamentais de habitação popular. Logo, organizaram-se

coletivamente, através da ação de Josué que reuniu todas as famílias que tinham interesse de sair dos barracos da empresa de construção onde moravam algumas famílias que trabalhavam aí ou de casas alugadas, para se instalarem numa área onde pudessem construir suas próprias habitações, ou seja, produziam seu próprio espaço a partir do uso residencial uma vez que assim deixariam de viver em casas alugadas que os condenava a uma situação econômica difícil. A seguinte fala descreve esse processo:

A gente já tinha três filhos e ficava difícil pra nos lá [Teresina]. No 1986, com três filhos, eu, gestante da minha filha com 4 meses decidi vir para cá, em outubro, e morar num barraco com meu marido [que trabalhava numa construtora] e sofremos bastante, passamos dificuldades, moramos num barraco [da construtora] por seis anos; meu marido adoeceu, tiraram ele da firma [...] a empresa me falou: “posso lhe dar o seu direito mas vocês tem que desocupar o barraco”; [...] eu tinha que sustentar a casa, cheguei a fazer carvão, vendia pastel, fazia tudo [...] mas eu sabia que Deus ia me dar uma casa [...] aí Josué chegou e me convidou para invadir (D. C.).

Convém lembrar que uma das ações da população que tinha participado da ocupação foi a constituição da Associação dos Moradores do bairro, que ocorreu em 10 de Maio de 1989, para lutar por melhorias de serviços e infraestruturas.

Cabe aqui ressaltar que na década de 1980, conforme Luz (2004) destaca, a dinâmica das lutas urbanas em São Luís concentrava-se em torno de dois grandes eixos principais: a luta pela resistência nas regiões alagadas e palafitas e a luta para reivindicar as ocupações de terras urbanas. Este último eixo destacava-se pela visibilidade pública e relevância da participação e organização política, além do grande apoio dado por elementos externo como, por exemplo, o do Clero progressista da Igreja Católica, da Cáritas, e de políticos do MDB, PDT e PT.

Entre os bairros que surgiram nesse período a partir de processo de ocupações destacam-se: Vila Padre Xavier (1980), Vera Cruz (1980), João de Deus (1981), São Bernardo (1981), Bom Jesus (1983) e Vila Itamar (1983) (LUZ, 2004).

Na década de 1990, segundo Luz (2004), as lutas urbanas adquiriram ainda maior visibilidade pública, ganhando novas facetas e atores sociais. É neste cenário que se constituiu, por exemplo, a Cidade Olímpica, que, conforme observa Rabêlo (2012), foi um dos mais importantes núcleos da luta urbana do Brasil, mobilizando milhares de famílias sem-teto e organizações sindicais, partidárias e sociais como o Fórum Maranhense de Defesa da Moradia.

Destaca-se, ainda nesse período, o processo de ocupação da Vila Cascavel (DINIZ, 1999), envolvendo varias entidades sindicais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas e a Central Única de Trabalhadores (CUT).

Denominador comum dessas ocupações foi a grande participação política e a visibilidade, evidenciada pela grande quantidade de manchetes de jornais tratando o assunto. Além disso, outro fator refere-se à violência com a qual o Estado respondeu a essas ocupações, visto o grande interesse do capital em terras públicas e privadas para fins especulativos (LUZ, 2004).

Ao contrário, o objeto empírico deste trabalho configurou-se como um movimento de ocupação-invasão diferenciado, em escala menor do que as grandes ocupações de terras urbanas em São Luís; ou seja, a “Vila” Progresso não tem sido uma ocupação de grandes dimensões, e tem envolvido um restrito número de famílias, ocupando uma área em sua maioria alagada (mangues) e sem nenhuma repercussão midiática.

Entretanto, cabe aqui observar que nem toda a área da “Vila” Progresso não interessava ao mercado imobiliário ou a outros interesses. De fato, diante das indagações foi possível averiguar que o processo de ocupação da área referida não se realizou sem conflitos entre as pessoas que a materializavam e as que reivindicavam o direito de propriedade na referida área. Na “Vila” Progresso, os conflitos seguiram duas direções: os moradores que atualmente moram na Rua Paris, Rua da Paz e na Rua do Egito, alegaram que tiveram conflitos com um pretenso proprietário que por muito tempo reivindicou a área; os habitantes da área que compreende a Rua Projetada (Muria) e as ruas adjacentes relataram problemas com uma empresa de construções, a qual alegava o direito de propriedade da área. Nessa última área, os moradores lembraram que alguns homens por conta de uma empresa de construção que reivindicava o direito de propriedade derrubaram as casas duas vezes.

Convém notar que, segundo quanto consta num documento da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) da Prefeitura de São Luís, a área em questão é de dominialidade da União Federal.

Com relação à violência no bairro, através das falas das pessoas entrevistadas pôde-se averiguar que esse problema não era presente na área durante os primeiros anos de ocupação, pois:

Na época [no início da ocupação] não tinha nenhum problema de pessoas [...]; não tinha tanta violência, a gente podia até dormir com as portas abertas e nada acontecia. Todo mundo era vigia de todo mundo. Depois as pessoas mais antigas foram se mudando [agora] têm poucas pessoas mais antigas, foram chegando gente nova e aí começou a complicar. (D. L.).

O depoimento acima destaca a preocupação, em relação à violência, dos moradores mais antigos com a chegada dos “novos”. Vale ressaltar aqui a contribuição de Elias (2000), o qual através sua pesquisa numa pequena comunidade da Inglaterra, conseguiu

descrever a desigualdade social como resultado de relações de poder entre grupos dentro de uma pequena comunidade aparentemente homogênea. A comunidade estava dividida entre um grupo mais antigo que encarnava valores da boa sociedade e outro grupo que, ao contrário, era reconhecido como *outsider*, estigmatizado e associado à violência.

No caso da “Vila” Progresso, a percepção dos moradores aproxima-se da realidade da comunidade pesquisada por Elias (2000). O grupo de moradores mais antigos relatara que no início não era perigoso e que o problema da violência foi aumentando ao passo que novos ocupantes foram chegando à comunidade.

Sempre segundo os relatos da população entrevistada, no decorrer de anos, apesar da violência ter aumentado, as condições de vida do bairro foram melhorando. Os moradores citaram, por exemplo, a gradativa substituição das habitações de barro/taipa por habitações de alvenaria a partir do momento que as pessoas começaram ter mais recursos financeiros, e ainda falaram sobre a melhoria com o abastecimento da água.

De fato, a precariedade da água encanada para a população do bairro foi sanada graças ao trabalho dos moradores que, cavando valas para colocar os canos, conseguiram ter a infraestrutura necessária para um melhor abastecimento de água, fornecida a partir de então pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA); e até o problema da violência foi diminuindo com a instalação de um posto policial (Figura 13).

Figura 13 - “Vila” Progresso: posto policial do bairro



Fonte: Bani, 2016.

Convém ressaltar que a ajuda pela melhoria da situação dos moradores com a água veio, conforme alguns depoimentos, por uma pessoa identificada como João Alberto, na época vereador, o qual se responsabilizou pela doação dos canos. No caso da construção do referido posto policial, os depoimentos relataram a ação conjunta da população que fez um abaixo-assinado para pedir a implantação do referido posto, cuja construção, todavia, se concretizou só num segundo momento quando teve a contribuição decisiva de uma pessoa ligada à polícia que não mora dentro dos limites da “Vila” Progresso, mas que incomodada com um assalto sofrido decidiu intervir e pressionar para que na “Vila” fosse implantado um posto policial permanente.

O aspecto contraditório da implementação de infraestruturas e serviços urbanos, como o abastecimento legal de água e luz, em uma área ilegal como a de “Vila” Progresso evidencia como a produção das áreas de ocupação é estrutural e inevitável na produção da cidade capitalista. Conforme observa Maricato (2000) se a produção das áreas de ocupação não fosse tolerada pelo Estado, haja vista a falta de alternativa pela população pobre, teríamos uma situação de “guerra civil” (MARICATO, 2000).

Cabe aqui ressaltar que atualmente este processo de implementação de serviços urbanos está sendo viabilizado na periferia em expansão da “Vila” Progresso, em áreas de ocupação recente. Esse fato revela a dinamicidade e a continuidade do processo de produção das áreas de ocupação, em virtude da continuidade dos aspectos contraditórios da produção capitalista da cidade. Aspectos contraditórios ligados à necessidade de um espaço físico para morar ao mesmo tempo em que para o capital há necessidade de realização de lucros.

A propósito da reprodução do capital em São Luís nos últimos anos, conforme observa Ferreira (2014), ela tem-se diversificado segundo diversas maneiras: através a ampliação com base em *shopping center*; na substituição do uso do solo residencial pelo comercial, em determinadas avenidas da cidade; e através a verticalização. A instalação de *shopping centers*, assim como as outras estratégias de reprodução do capital, tiveram o efeito de ampliar a desigualdade socioespacial entre áreas da cidade, sendo que as áreas beneficiadas com infraestruturas foram as áreas próximas a esse tipo de investimento/equipamento.

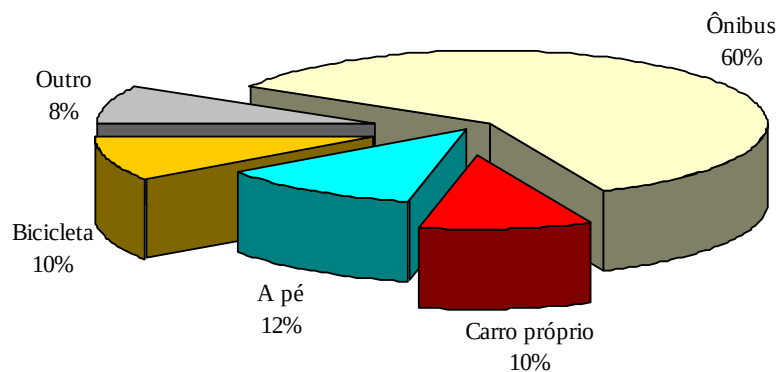
O Estado tem contribuído para aumentar essa desigualdade otimizando a acessibilidade a essas diversas localizações dentro do espaço urbano, isto é, diminuindo os gastos de tempo despendido nos deslocamentos das pessoas até esses locais, e então favorecendo as camadas de mais alta renda, em detrimento das classes populares (VILLAÇA, 2001).

Isto é particularmente evidente no caso dos transportes. Assim escreve Villaça (2001, p. 329)

ao produzir um sistema viário adequado ao transporte individual, o Estado aumenta o desnível entre as condições de transporte individual e coletivo, aumentando, assim, o desnível entre as condições de deslocamento das classes sociais, melhorando a acessibilidade de uns (ou seja, suas localizações) em detrimento da de outros.

O espaço urbano de São Luís tem sido estruturado nos últimos anos para favorecer o transporte individual, dificultando o deslocamento da população que utiliza o transporte coletivo, como é o caso da maioria da população da capital maranhense e da “Vila” Progresso. O Gráfico 2 mostra que o principal meio de transporte utilizado pela população da “Vila” Progresso é o ônibus (60%), seguido com percentuais pela população que se desloca a pé (12%), pelos que utilizam o carro próprio ou a bicicleta (ambos com 10%) e, enfim, pela população que utiliza outro meio de transporte como a moto (6%). Entretanto, observou-se que muitos moradores desse bairro recorrem ao taxi para voltar do supermercado, que fica em suas proximidades.

Gráfico 2 - “Vila” Progresso: meio de transporte utilizado



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

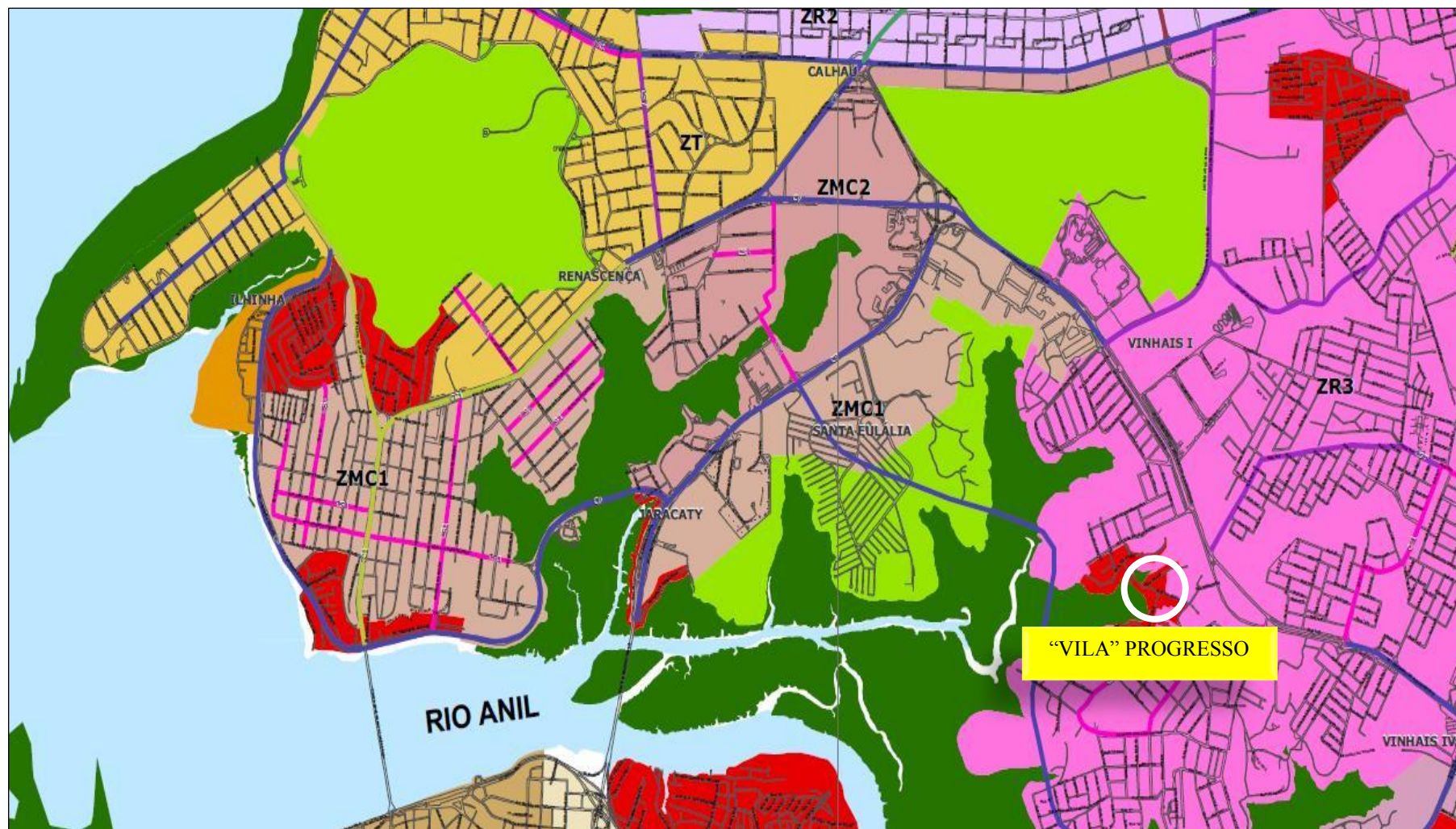
Há aqui de se fazer uma ressalva: embora a “Vila” Progresso seja considerada um bairro de periferia no sentido adotado por Faissol⁶ (1987 apud SILVA, 1995), que se baseia não na distancia do centro histórico, mas sim, nas precariedades de serviços urbanos, essa área residencial particulariza-se pela acessibilidade favorecida por causa de sua localização em área “nobre” da cidade de São Luís (Figura 9). Esse fato será analisado de forma mais específica no próximo subcapítulo.

⁶ Segundo Faissol (1987 apud SILVA, 1995, p. 26) o processo de periferização é caracterizado “pela formação de uma extensa faixa de população mais ou menos marginalizadas, onde se destaca uma severa deficiência de serviços urbanos convencionais do tipo água e habitação”.

Em geral, através as entrevistas com os moradores da “Vila” Progresso pôde-se perceber que o ambiente natural que caracterizava o sítio original foi sendo produzido-artificializado. Como escreve Carlos (1994, p.49), “A natureza aos poucos deixa de ser natural, primitiva e desconhecida para se transformar em algo humano. A paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos, é reproduzida de acordo com as necessidades humanas”.

Na “Vila” Progresso, esse processo de produção tem-se materializado concretamente na paisagem atual do bairro, na qual se têm elementos materiais, “aparentemente estáticos” e imateriais ligados à vida cotidiana. O terreno alagadiço foi aos poucos aterrado, o acesso à comunidade foi melhorado através da construção de ruas e começaram a surgir os primeiros comércios e outras atividades e serviços. A presença do Estado está vinculada à implantação das infraestruturas básicas, ainda que mínimas e precárias. Como já foi visto no capítulo anterior, a área não foi contemplada no mapa de zoneamento de 1992. No início de 2014 foi iniciada a discussão sobre a proposta de um novo zoneamento do município de São Luís. A Figura 14 mostra o mapa dessa proposta e nota-se que a área onde se encontra a “Vila Progresso” foi inserida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS1). Isso permitirá que o bairro seja regularizado do ponto de vista fundiário, garantindo o direito aos moradores.

Figura 14 - Mapa - proposta de zoneamento do município de São Luís - 2014



Fonte: INCID, 2014. Dados: SEMURH, 2001, 2012; INCID, 2013.

ZMC=Zona Mista Central (com atividades complementares)

ZR= Zona residencial

ZT= Zona Turística

4.4 A “Vila” Progresso atual: análise da paisagem

Ponto de partida da análise aqui proposta é a paisagem, definida por Carlos (1994, p. 95) como a manifestação visível do processo de produção do espaço urbano, onde, “os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo de material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classes” e a desigualdade inerente ao sistema capitalista.

Ao se observar a paisagem urbana atual de São Luís, em modo particular as áreas ocupadas por moradias, nota-se o contraste evidente entre edifícios luxuosos e casebres humildes. Tal desigualdade reflete as contradições do processo de produção do espaço disposto no capítulo anterior. De fato, a produção capitalista do espaço urbano, notadamente a partir de 1960, tem revelado a dificuldade da população de baixa renda adquirir sua casa própria. Logo, muitos moradores dessa cidade têm começado a invadir e/ ou ocupar terrenos e construir suas próprias habitações para suprir a necessidade da moradia, como foi o caso da “Vila” Progresso.

Neste contexto, o acesso seletivo ao solo urbano tem gerado uma paisagem marcada pelas desigualdades, em que a produção das áreas de ocupação tornou-se uma necessidade, porque, assim como escreve Carlos (1994, p. 56), “o homem necessita de um espaço para viver, mesmo que este seja debaixo de alguma ponte”.

Segundo Carlos (1994, p. 43), a paisagem revela os antagonismos e as contradições presentes no processo de produção do espaço e sua análise “permite-nos vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida”.

Ainda sobre a importância da análise da paisagem, a referida autora assevera que a partir da sua observação é possível compreender dois elementos fundamentais: “o primeiro diz respeito ao “espaço construído”, o imobilizado nas construções, e o segundo ao movimento da vida” (CARLOS, 1994, p. 50). Assim escreve a referida autora:

a cidade é antes de mais nada trabalho *objetivado*, *materializado*, que aparece através da relação entre o “construído” (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o “não construídos” (o natural) de um lado, e do movimento, de outro, tanto no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias quanto (ao que diz respeito) às marcas que representam momentos históricos diferentes produzido na articulação entre o novo e o velho (CARLOS, 1994, p. 56).

Quanto ao espaço construído, Harvey (1982) escreve sobre a necessidade da sociedade capitalista de criar uma paisagem física, “uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo” (HARVEY, 1982, p. 6 e 7). Ela inclui a totalidade das estruturas físicas, como casas, ruas, fábricas, lugares de serviço, escolas, hospitais ou centros de saúde, sistemas de saneamento, áreas de lazer, etc, que em algumas cidades criam identidade a partir do monumento.

Entretanto, Harvey (1982) faz uma distinção entre as ações das facções do capital e do trabalho na construção do ambiente construído. No caso do capital, há uma fração que busca a apropriação de renda e outra que procura juros e lucro através da construção de novos elementos da paisagem, além de uma parte que considera o ambiente um meio para drenar o capital excedente. Do outro lado, há o trabalho que utiliza o ambiente como um meio para reproduzir sua própria vida e que se manifesta, argumenta Carlos (1994), no uso residencial, incluindo os meios de consumo coletivo tais como escolas, hospitais, transporte, serviços, dentre outros.

Em relação ao ambiente construído determinado pelo processo de reprodução do capital, vale ressaltar que, principalmente a partir da década de 1990 através da ação do Estado, a cidade de São Luís tem revelado um processo de verticalização, que tem mudado a fisionomia de sua paisagem cuja referência é o setor Norte. A título de exemplo tem-se o bairro da Ponta d’Areia (Figura 15), analisado por Vieira (2013), a qual mostra como esse quadrante da cidade em tela passou a receber maciços investimentos, tornando-se uma área atrativa pelo capital e, enfim, transformando-se num “espaço luminoso”.

Figura 15 - Vista aérea do bairro Ponta d’Areia em 2008



Fonte: Vieira, 2013.

Ao mesmo tempo em que o capital produz espaços “luminosos”, produz também “espaços opacos”. A realidade empírica desse estudo representa um claro exemplo de espaço produzido pela falta de alternativa da grande maioria da população que não tem garantido o direito à moradia, negado pela lógica capitalista de produção e acesso ao solo urbano.

De modo geral, sendo a produção do espaço um processo desigual, na medida em que são contraditórios os interesses dos agentes sociais envolvidos, torna-se lógico prever que o ambiente imobilizado nas construções reflete e reforça essas contradições. A população mais pobre abriga-se nos terrenos mais baratos, a maioria das vezes em áreas insalubres ou pouco atrativas para o capital, enquanto os mais ricos têm mais opções e ficam nos lugares mais valorizados e com melhores infraestruturas.

Essas contradições estão presentes e reproduzidas também na realidade empírica deste estudo, embora, em geral, a paisagem da “Vila” Progresso apresente-se com características de bairro pobre. Ao caminhar por dentro da “Vila” Progresso, observam-se na paisagem casas pequenas, coladas uma à outra, sendo que em alguns casos elas apresentam dois andares. Alternam-se casas de alvenaria e um misto de autoconstruções de madeira (Figura 16) e palafitas (Figura 17) concentradas nas bordas do bairro, que refletem as condições econômicas diferenciadas de seus habitantes, além da dinamicidade do processo de segregação espacial.

Figura 16 - Autoconstruções de madeira nas bordas da “Vila” Progresso



Fonte: Bani, 2016.

Figura 17 - Palafita no limite com o bairro da Vila Marinha



Fonte: Bani, 2016.

Ainda, observou-se preocupação com a estética das casas (Figura 18), deixando entender que a forma externa e a fachada das habitações é uma questão importante pelos moradores, cuja percepção é que uma imagem melhor de suas habitações consiga produzir uma melhor reputação e posição social.

Figura 18 - Diversas tipologias de moradias na “Vila” Progresso. Destaque para a preocupação com a fachada



Fonte: Bani, 2016.

No entanto, apesar desse esforço “estético”, o que foi possível perceber andando pelas ruas é que há sempre uma sensação de algo inacabado, em constante construção. Os tijolos, a areia e as pedras encontradas nas ruas sinalizam esta condição. O tempo das construções é lento, estabelecido de acordo com as possibilidades econômicas das famílias. Além disso, os limites de recursos fazem com que as construções estejam muitas vezes em condições precárias, representando uma ameaça aos seus moradores (Figura 19).

Figura 19 - Moradia da “Vila” Progresso com escada de acesso perigosa



Fonte: Bani, 201

Quanto às ruas, elas apresentam-se, salvo raras exceções, sem pavimentação e esburacadas dificultando o deslocamento das pessoas (Figura 20). Ademais, sem saneamento

básico, nas ruas escorrem esgotos a céu aberto e o lixo é encontrado regularmente, apesar da coleta ser realizada três vezes na semana, nos dias de terça, quinta e sábado.

Ainda sobre as condições ambientais presentes nas ruas do bairro em questão, com a ajuda do questionário foi possível averiguar que os dejetos humanos são jogados em terrenos baldios ou diretamente no mangue, e apenas 10% das casas utilizam fossas sépticas. Convém ressaltar que estas condições de insalubridade prejudicam a saúde dos moradores e agravam ainda mais suas situações de precariedade.

Figura 20 - Condições das ruas da “Vila” Progresso: Rua da Alegria (A), Rua projetada (B)



Fonte: Bani, 2016.

A situação das ruas é uma das preocupações dos moradores da “Vila” Progresso e bastante referida durante as entrevistas, embora algumas ruas (Projetada e Vitória) já tenham recebido asfalto pela Prefeitura de São Luís, no âmbito do projeto de pavimentação executado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) com recursos financeiros próprios e da Caixa Econômica Federal.

Quanto aos aspectos positivos, a população local mencionou a presença do posto policial, o asfalto nas ruas e principalmente a localização do bairro. Bairro este próximo ao local de trabalho e a serviços, como posto de saúde, pronto socorro, escola, supermercado, dentre outros.

Vale ressaltar, que a “Vila” Progresso localiza-se numa área não excessivamente distante do centro (ver mapa de localização, Figura 8) e de serviços importantes, tais como escolas, postos de saúde, etc. Na obra “*Espaço intra-urbano no Brasil*”, Villaça (2001) mostra que o espaço urbano é estruturado pelo controle do tempo de deslocamento dos seres humanos na cidade. Desta feita, a disputa do espaço é pelo controle desse tempo. Logo, o processo de segregação socioespacial desenvolve-se como mecanismo necessário pela classe dominante, a fim de se apropriar das vantagens das localizações.

Nessa proposição, a “Vila” Progresso representa uma luta pelo espaço e, ao mesmo concomitantemente, pelo tempo, haja vista sua localização de certa forma “privilegiada” em relação a outros bairros de São Luís.

Convém ressaltar que a presença de população de baixa renda dentro de uma “região” de alta renda é comum nas cidades brasileiras, conforme observa Villaça (2001, p. 142), referindo-se à segregação de classe dentro da cidade, uma vez que “a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral de nenhuma metrópole brasileira”.

Assim, a paisagem reflete essa desigualdade dentro da mesma “região” da cidade, cujas referências são os valores socioculturais e o poder aquisitivo. Na “Vila” Progresso, o que se apresenta aos olhos de um observador é uma paisagem em que predominam as cores vermelha da terra e dos tijolos das casas (embora de tonalidade diferentes), o verde da vegetação, o marrom da madeira, o cinza dos telhados de telha amianto (Brasilite), as cores escuras do esgoto a céu aberto e as cores vivas com as quais são pintadas as fachadas frontais das casas.

Do ponto de vista da infraestrutura, a área estudada é marcada pela quase ou total inexistência de serviços urbanos como o sistema de esgoto, asfalto (parcialmente), escolas, prontos-socorros, postos de saúde, área de lazer, etc. Há pequenos comércios dedicados aos itens básicos de consumo. Quanto às opções de lazer, elas praticamente são inexistentes, ficando apenas os bares como diversão pelos adultos e as ruas pelas crianças.

Como mostra a Figura 21, na praça não há sequer qualquer equipamento de lazer nem áreas verdes, abrigando a Associação dos Moradores, o posto policial, alguns comércios e bares. Convém frisar que a oferta de opções de lazer seria um serviço importante para a comunidade, pois possibilitaria uma maior sociabilidade entre os moradores, através a congregação em espaço público.

Figura 21 - Praça do bairro da “Vila” Progresso



Fonte: Bani, 2016.

Cabe observar que muitas vezes a população da “Vila” Progresso converte em trabalho o seu tempo de lazer, visando à construção e ou melhoramento da própria casa, haja vista que não tem recursos necessários para arcar com pagamento de mão de obra especializada e por isso contam só com o apoio de familiares ou amigos.

Na Rua da Paz (praça) encontra-se a sede da Associação dos Moradores do bairro (Figura 22), que foi construída com doações de uma Organização Não Governamental da cidade e que é utilizada pelos mesmos para fazer reuniões periodicamente para discutir seus problemas (Figuras 23 e 24). Vale lembrar que por algum tempo o espaço da associação tem servido para fazer cursos de vários tipos, como o de manicure, pedicure, eletricidade, empreendedorismo e meio ambiente, dentre outros. Atualmente, a sede fica praticamente inutilizada.

Figura 22 - Associação dos moradores do bairro



Fonte: Bani, 2016.

Figuras 23 e 24 - Reunião dos moradores da “Vila” Progresso



Fonte: Bani, 2016.

Com relação ao segundo elemento fundamental que se depreende da observação da paisagem, ligado ao “movimento da vida”, lembra-se que a produção do espaço não é só a produção de bens para satisfação das necessidades materiais dos seres humanos, mas também, a produção da vida, de relações sociais que tendem a determinar-se espacialmente em lugares específicos (CARLOS, 1994).

“Exatamente como outras mercadorias”, escreve Gottdiener (1997, p. 133), “ele [o espaço] representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário de outras mercadorias, ele recria continuamente relações sociais”.

Compreender o espaço do ponto de vista da reprodução da vida significa pensar o homem no seu cotidiano, no seu modo de viver, de agir e de pensar. Dificilmente, por isso, “pode-se olhar a paisagem e abstrair seu movimento intrínseco, ignorar as pessoas, e sentir que há uma identidade entre elas” (CARLOS, 1994, p. 58).

Caminhar pelas ruas da “Vila” Progresso significa entrar em contato com uma realidade diferente de outros bairros de São Luís. Assim como se passarmos pelo bairro do Morumbi, escreve Carlos (1994), não veremos certamente as mesmas coisas que encontraremos na favela de Paraisópolis, do outro lado desse bairro da cidade de São Paulo.

Na “Vila” Progresso, as ruas se enchem de pessoas, principalmente durante os finais de semana, pois as mesmas dificilmente têm a possibilidade de se apropriar de outras áreas de seu entorno e da própria cidade de São Luís. Como lembra Carlos (1984), o espaço é produzido coletivamente pela sociedade como um todo, mas é apropriado individualmente, de acordo com o nível de renda.

Logo, as pessoas mais pobres ficam “presas” dentro do próprio pedacinho de chão: é o que acontece na “Vila” Progresso, durante os finais de semana em que os pais ficam fazendo diferentes trabalhos relacionados à casa ou ficam sentados nos bares ou assistem televisão em casa, sendo que as mães costumam fazer os trabalhos domésticos sem ter tempo para outras atividades. Quase sempre há crianças na rua jogando bola (geralmente feitas de plástico ou papel) ou empinando pipa.

Conforme Carlos (1994, p. 95), na sociedade de hoje, o trabalhador “não foge ao “controle” do capital, nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço da moradia tende a se subjugar às necessidades e perspectivas da acumulação do capital”.

A propósito da “liberdade” dos homens nas horas de lazer, escreve Carlos (1994, p. 50):

Mas estariam eles tão longe de qualquer tipo de vigilância? Estariam realmente livres para escolher o que fazer em suas horas livres? Seriam essas horas suficientes para a reposição da energia gasta pela força de trabalho durante a semana? Por um acaso o lazer não é uma mercadoria passível de ser desfrutada apenas pelos que têm suficiente meio de troca? Seria o lazer acessível e permitido a todos os membros da sociedade? Haveria “espaços livres” (grifo do autor) e lazer gratuito para todos?

Pois bem, analisando o “movimento da vida” na “Vila” Progresso, deve-se concordar com Carlos (1994) sobre a inegável falsa liberdade presente no cotidiano das

pessoas. De fato, as contradições inerentes ao processo de produção do espaço na sociedade capitalista estão bem presentes nas ruas e no modo de vida da população do bairro. A percepção da paisagem da “Vila” Progresso remete afirmar que há condições subumanas de vida.

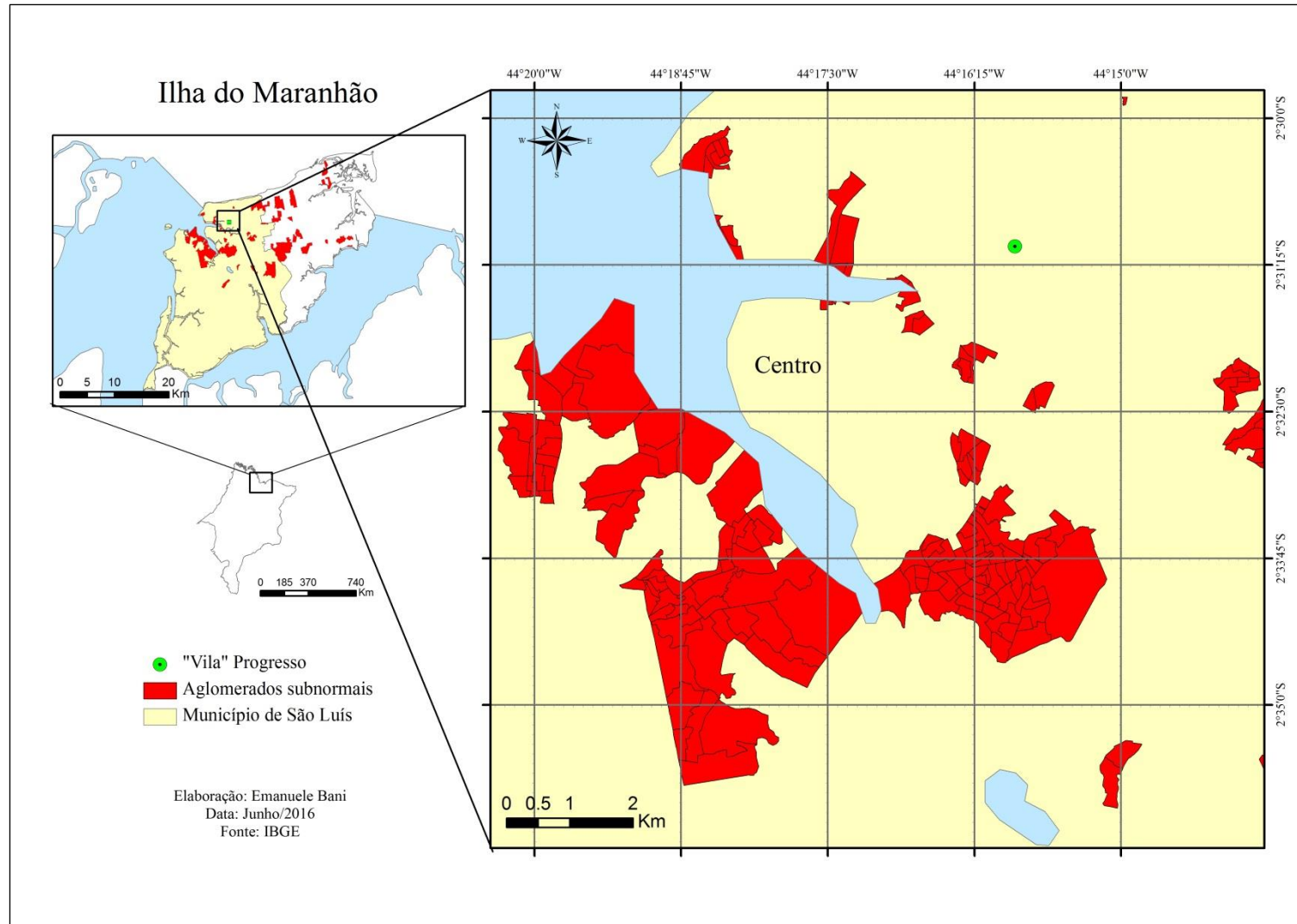
4.5 A “Vila” Progresso atual: perfil socioeconômico da população

As condições de existência da população estão relacionadas às características socioeconômicas. Até mesmo o valor do indivíduo, escreve Diniz (1999, p. 107), “depende, em larga escala, do lugar onde está”. De fato, as “condições existentes nesta ou naquela área determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuem para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”. E o lugar onde vive, como já visto anteriormente, é expressão da produção capitalista do espaço, isto é, da produção desigual entre a necessidade de acumulação do capital e a necessidade da reprodução da vida.

A análise da paisagem mostrou que a “Vila” Progresso caracteriza-se pela carência dos principais serviços urbanos e pela precariedade das infraestruturas existentes. Embora a “Vila” Progresso não esteja classificada como aglomerado subnormal⁷ na Ilha do Maranhão, o que foi feito com base nos dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010, Figura 25), os dados coletados através das entrevistas revelam que na referida mora uma população na sua maioria pobre, com níveis de renda e escolaridade muito baixos, oriunda de prevalência do interior do estado do Maranhão.

7 Segundo o IBGE (2010, p. 17) aglomerado subnormal é “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente”.

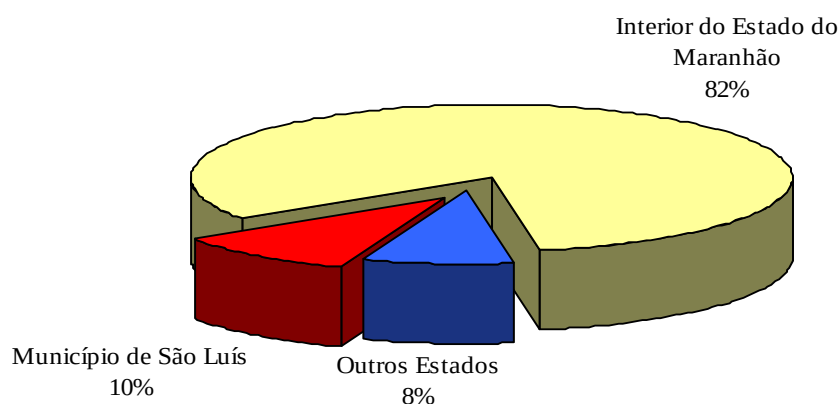
Figuras 25 - Aglomerados subnormais na Ilha do Maranhão



Fonte: IBGE, 2010.

Os dados sobre o local de nascimento do chefe da família confirmam o êxodo rural das famílias dessa “Vila”. O gráfico 3 mostra que a quase totalidade (82%) é proveniente do interior do Maranhão, enquanto que só 10% nasceram no município de São Luís e 8% provêm de outros estados da Federação. Com relação ao tempo de residência na cidade de São Luís, há prevalência de pessoas que moram há muito tempo na “Vila” Progresso. 100% dos entrevistados são residentes há mais de 4 anos. Muitos deles vivem nessa cidade há mais de 20 anos.

Gráfico 3 - “Vila” Progresso: local de nascimento do chefe da família



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Entre os municípios de procedência dos migrantes destacam-se: Bacuri, Cururupu e Bequimão, da microrregião do Litoral Ocidental Maranhense; Viana, da microrregião da Baixada Maranhense; e Chapadinha, da microrregião de Chapadinha; enquanto que entre os estados têm-se pessoas oriundas do Piauí e Paraná.

Esses dados chamam a atenção sobre o fenômeno do êxodo rural, incentivado pela demanda de mão de obra e pela oferta de serviços na cidade em destaque (inclusive a expansão do setor terciário da economia), assim como pela entrada da indústria na agricultura, que tem levado inúmeros contingentes populacionais a emigrar para a capital estadual (Diniz, 1999). De fato, no caso da “Vila” Progresso, quando questionado ao chefe das famílias sobre o motivo pelo qual vieram morar em São Luís, 66% dos entrevistados responderam que o principal foi a busca de trabalho.

Cabe destacar que no estado do Maranhão, uma das cidades que se tornou centro atrativo de fluxos migratórios foi São Luís, que, conforme visto no capítulo anterior, tem crescido enormemente a partir da segunda metade da década de 1960. Com efeito, a cidade de

São Luís tem exigido mão de obra barata e serviços para possibilitar e garantir o processo de acumulação.

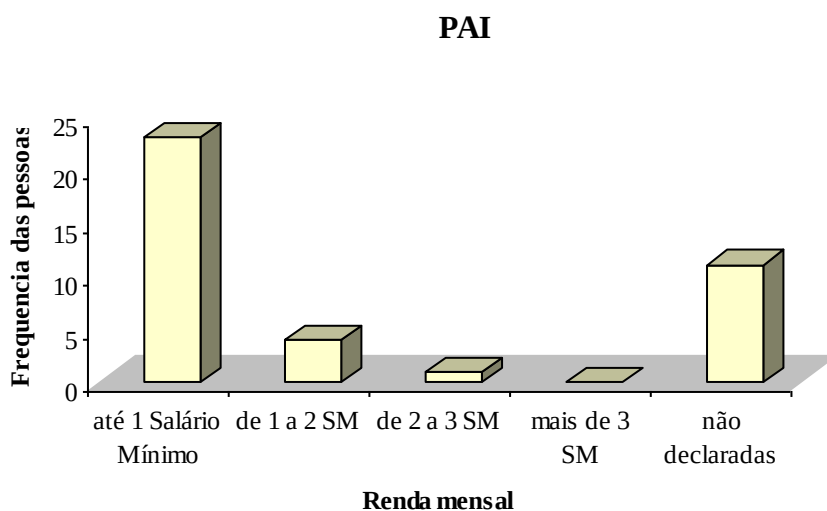
Ora, ao se comparar o indicado por Luz (2004, p. 37), segundo a qual grande parte da população que migra do campo para cidade “não encontra emprego fixo e bem remunerado [e] as formas de sobrevivência baseiam-se nos serviços domésticos e no mercado informal”, com o verificado através da análise dos dados das entrevistas, é de se admitir que o mesmo aconteceu com a população migrante da “Vila” Progresso.

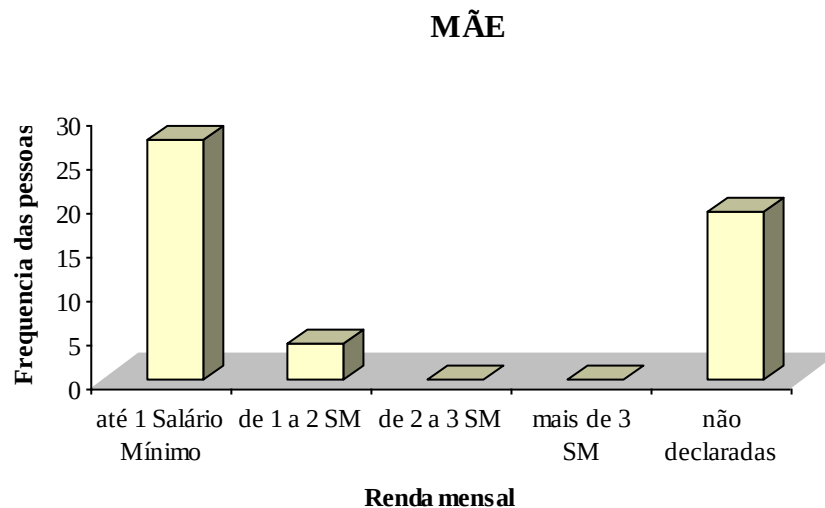
De fato, os dados sobre o tipo de ocupação da população da “Vila” Progresso revelam a forte concentração no setor terciário, cujos trabalhadores desenvolvem atividades como motorista, caseiro, vigilante, pedreiro, repositor, gesseiro, lavrador, carpinteiro, serralheiro, empregada doméstica, diarista, dentre outros.

No tocante ao local de trabalho, observou-se que, principalmente pelas empregadas domésticas, são os bairros da cidade mais “nobres” que “abrigam” esse contingente de trabalhadoras. Em modo particular o vizinho conjunto habitacional Cohafuma se destaca, o que pode ser creditado à sua proximidade em relação à “Vila” Progresso e à economia com transporte público já que as mesmas podem chegar a pé em seus locais de trabalho.

Consequência direta do tipo de atividade (nesse caso, não qualificada), a renda observada entre as famílias da “Vila” Progresso apresenta valores baixos, que abrange as faixas entre menos de um salário mínimo a três salários mínimos. O Gráfico 4 aponta a prevalência de pessoas (pai e mãe) cuja renda é de até um salário mínimo.

Gráfico 4 - “Vila” Progresso: renda mensal



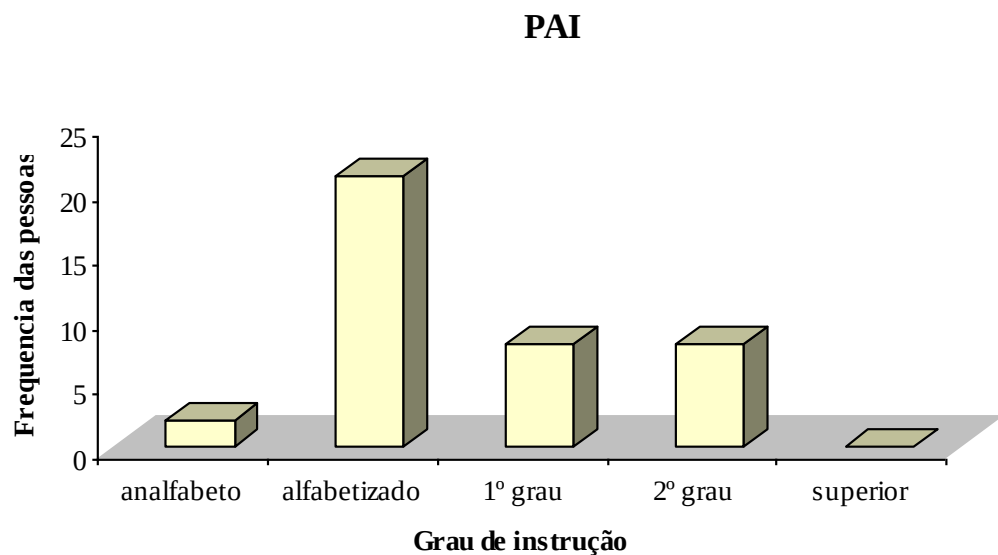


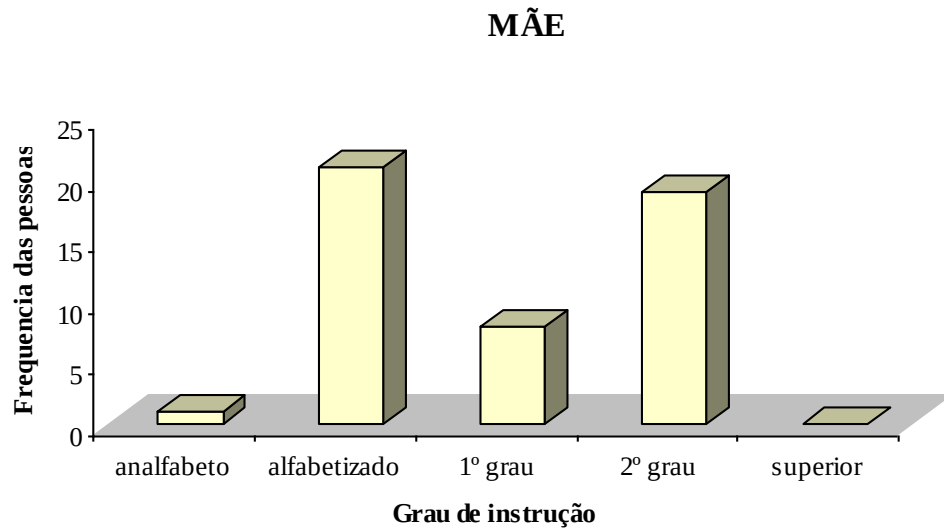
Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

A prevalência de pessoas com renda de até um salário mínimo indica que a “Vila” Progresso abriga população pobre, obrigada a vender sua força de trabalho a preços irrisórios e sem nenhuma perspectiva de melhorias devido à baixa qualificação dos trabalhadores no mercado de trabalho. É notório que a baixa qualificação dos trabalhadores tenha sido um dos principais impedimentos para a inserção das pessoas no mercado formal e obrigado a maioria dos trabalhadores a entrar na informalidade.

Quanto à baixa escolaridade da população da “Vila” Progresso, ela é mostrada no Gráfico 5, que mostra o grau de instrução do pai e da mãe, o que tem relação direta com a qualificação profissional e sua remuneração mensal.

Gráfico 5 - “Vila” Progresso: grau de instrução da população - Pai e Mãe



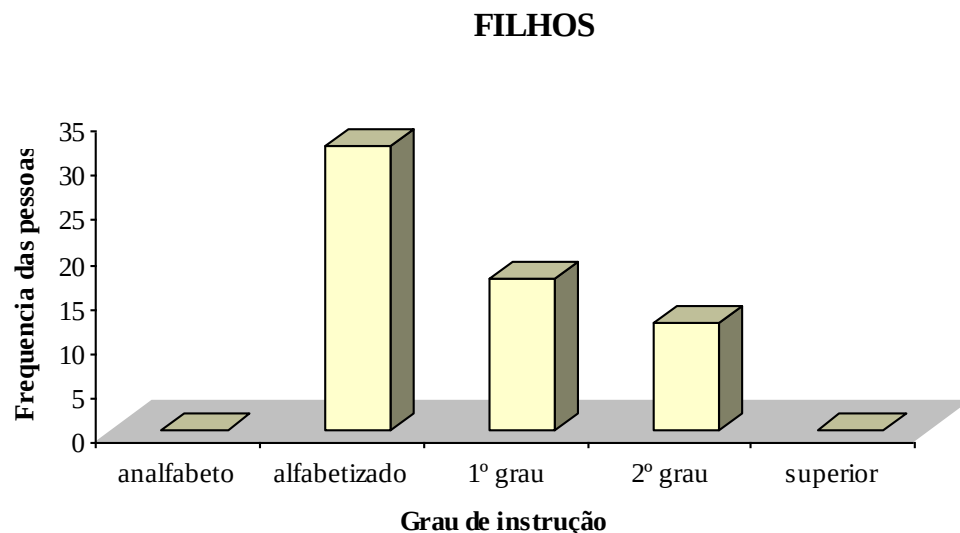


Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Observa-se a prevalência de pessoas (51% do total) com nível de escolaridade baixo (até ensino fundamental incompleto). Destaca-se um percentual significativo de população feminina com ensino médio (38% do total das mães), enquanto que entre os pais é de 20%, o que caracteriza uma maior escolaridade das mulheres em relação aos seus companheiros.

Entretanto, o fato que mais chama a atenção é que nenhum componente das famílias, inclusive entre os filhos (Gráfico 6), tem grau de instrução superior, o que reflete a precariedade das condições de vida da população e a dificuldade das pessoas pobres de ter acesso a ensino de qualidade para que possa participar de forma mais igualitária aos seletivos e provas de admissão das faculdades e adentrar no mercado formal de trabalho.

Gráfico 6 - “Vila” Progresso: grau de instrução da população - Filhos



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016

Associados às condições de renda e escolaridade os tipos de habitação refletem tais condições. Condições estas diferenciadas entre a população da “Vila” Progresso, conforme já visto na análise da paisagem, a qual apresenta alternância de habitações de diversos padrões arquitetônicos e urbanísticos, reflexos dos diversos níveis de renda.

A prevalência de casas de alvenaria confirma o revelado pelos moradores sobre a gradual substituição das casas de barro (taipa) por casas de alvenaria. Para os telhados das casas, verificou-se a prevalência da cobertura com telha de barro (72%), seguida pela telha de amianto-brasilite (22%), e 6% das coberturas são de outros materiais. Este fato, por si só, significa que à medida que a ocupação vai se consolidando o padrão da construção dos imóveis da “Vila” Progresso vai sendo alterado e melhorado, assim como que os moradores adquirem via compra os diferentes materiais utilizados, desde a inicial casa de taipa até a residência de alvenaria e cobertura de telha colonial; assim, os moradores das áreas de ocupação não são excluídos do processo de produção do espaço urbano e do próprio sistema capitalista, pois eles criam alternativas de se inserir no mesmo e também são consumidores, sendo que o diferencia é a quantidade e a qualidade dessa participação.

Nesse caso, emergem nitidamente as contradições da produção capitalista do espaço e decorrem da necessidade do processo de acumulação, que tem aproximado mão de obra, meios de produção e consumidores: os moradores vendem sua força de trabalho a preços irrisórios, ao mesmo tempo em que se tornam consumidores das mercadorias produzidas (Figura 26).

Figura 26 - Exemplo de forma de consumo entre os moradores da “Vila” Progresso

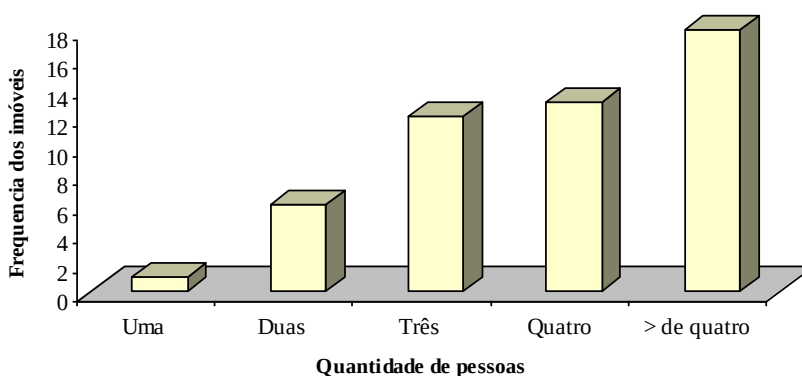


Fonte: Bani, 2016.

Ainda com relação às características das moradias, primeiramente é necessário frisar que, embora a população não tenha documentação que comprove o título de propriedade do terreno, elas podem dizer que possuem “casa própria”, o que eleva a autoestima. Mediante pergunta específica, a quase totalidade dos entrevistados afirmou ter “casa própria”, e só em três casos a casa era alugada. Esse dado revela o desejo inicial das famílias de poder ter a casa própria, ainda que precária. De fato, ao indagar o porquê da ocupação, a maioria da população entrevistada respondeu que foi por causa da falta de alternativa, haja vista que não tinha condição de pagar para comprar um terreno no mercado imobiliário.

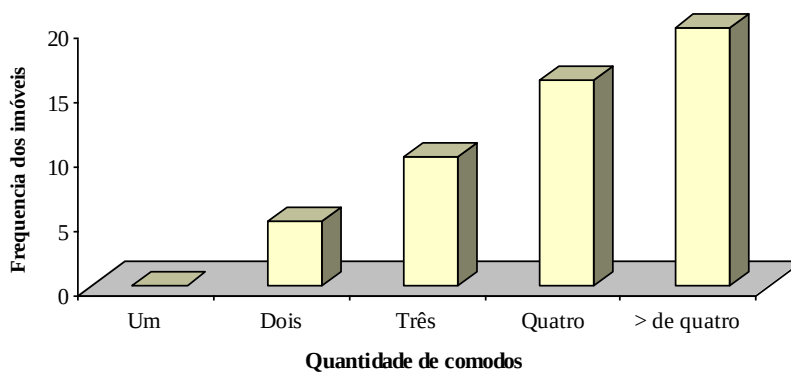
Convém ressaltar que a concretização do sonho de ter casa própria tem sido acompanhada pelas péssimas condições das moradias, frequentemente de pequenas dimensões, abrigando mais de uma família, divididas em cômodos pequenos. Em 36% das casas pesquisadas, habitam mais de quatro pessoas (Gráfico 7) e quanto ao número de cômodos da moradia, detectou-se que 72% têm quatro ou mais cômodos (Gráfico 8).

Gráfico 7 - “Vila” Progresso: quantidade de pessoas residentes no imóvel



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Gráfico 8 - “Vila” Progresso: número de cômodo da moradia



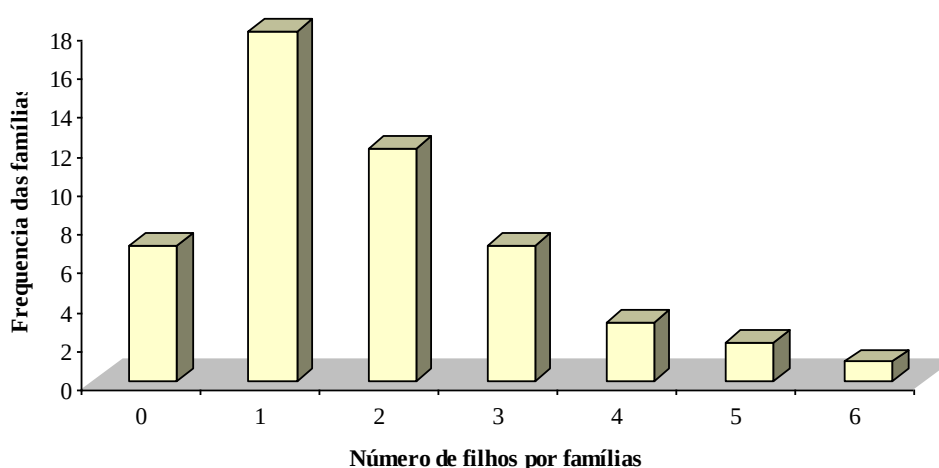
Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Com relação às famílias, constatou-se que 56% são comandadas pela figura do pai e 42% pela mãe. Esse dado confirma o verificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o aumento entre 2000 e 2010, no Brasil, de percentual de famílias chefiadas por mulheres, que têm passado de 22,2% para 37,3%.

No que diz respeito ao estado civil, verificou-se a prevalência de casados (38%) entre as famílias nucleares (pai, mãe e filho), enquanto 12% se dizem amigos (união não oficializada), e outros estão em condição de divorciados, viúvos ou em uniões estáveis. Ressalta-se uma significativa presença de mulheres solteiras com filhos (46% do total das mães), o que reflete o crescente aumento na sociedade brasileira, também, do número de famílias comandadas por mulheres solteiras com filhos.

O Gráfico 9 mostra a distribuição dos números de filhos por famílias. Nota-se como a maioria das famílias, que o correspondente a 36% do total têm um filho, seguido pelas famílias com dois filhos (24%) e, em percentual menor refere-se às famílias com mais de dois filhos. A média de filhos por famílias é de 1,82. A análise que se faz indica que, apesar das famílias com um filho serem a maioria, a média entre as famílias analisadas é mais alta que a média nacional, que segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, era de 1,59.

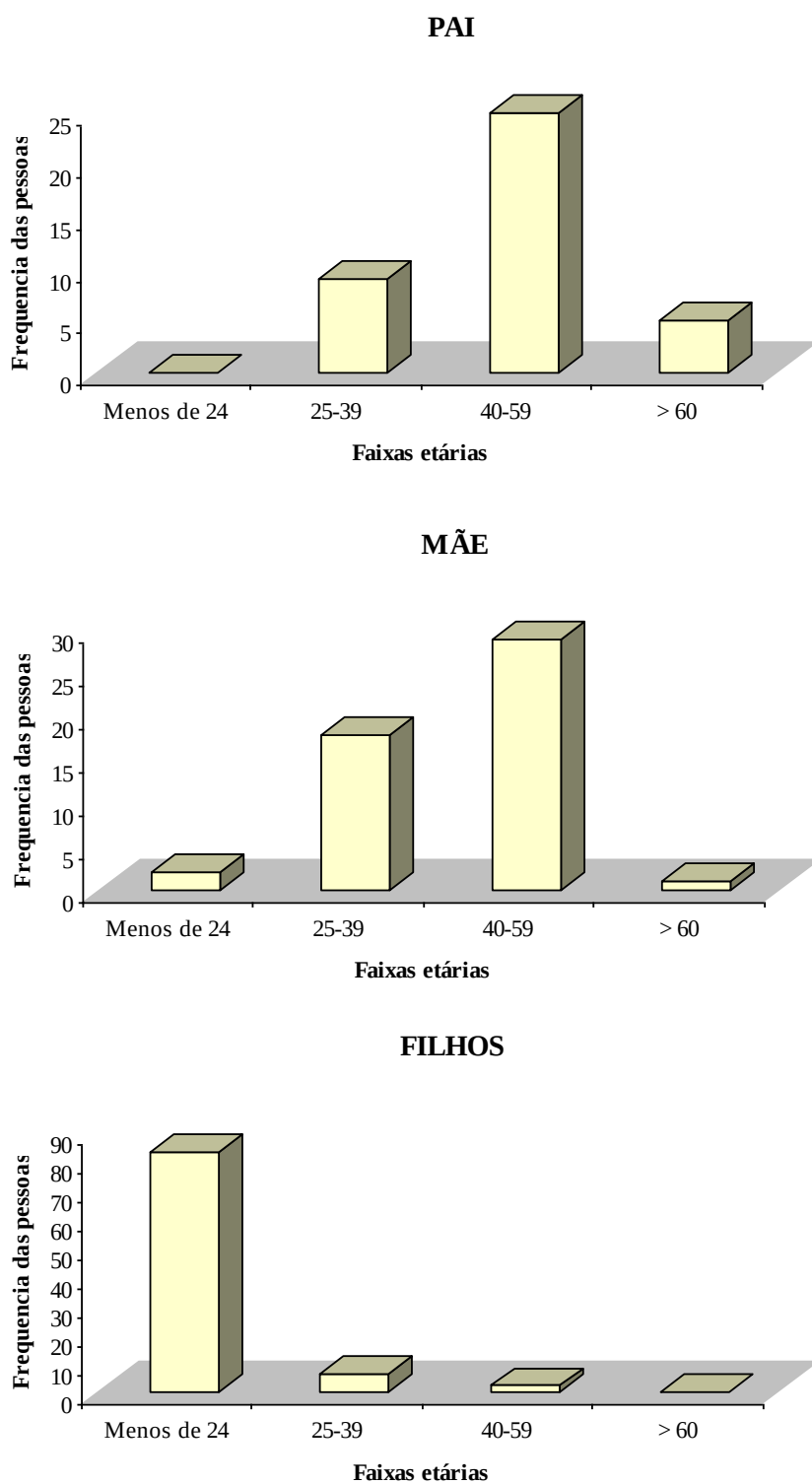
Gráfico 9 - “Vila” Progresso: número de filhos por famílias



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2016.

Sobre a distribuição da população por faixa etária, verificou-se que, entre os pais, a faixa etária predominante é de 40 a 59, equivalente a 64% do total dos pais, assim como entre as mães (58%). A maioria dos filhos (91%) tem menos de 24 anos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - “Vila” Progresso: Idade da população



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Por fim, a respeito da falta de saneamento básico e da presença de lixo, que já foram considerados na análise da paisagem, analisa-se aqui a distribuição espacial dos domicílios que apresentam essas características (Figura 27 e 28). Percebe-se que os três setores censitários que abrangem partes da “Vila” Progresso (Figura 1) apresentam características diferenciadas que podem estar relacionadas à influência de outras áreas dentro do mesmo setor censitário.

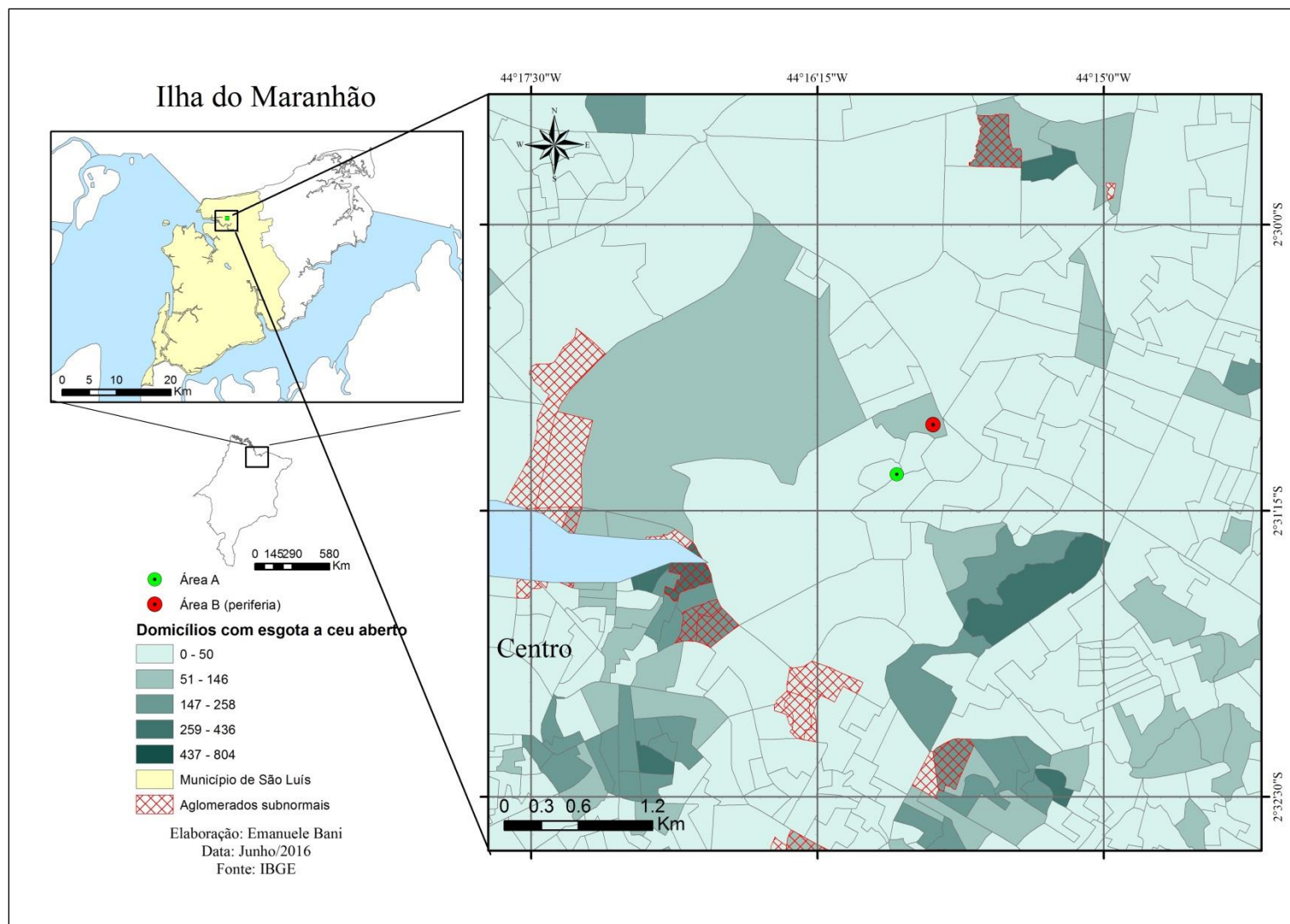
Entretanto, ao observar atentamente duas áreas da “Vila” Progresso (área A e B), nota-se que a área periférica de recente ocupação (área B) apresenta as piores condições no que diz respeito ao número de domicílios com esgoto a céu aberto e lixo no entorno.

O perfil socioeconômico apresentado revela um quadro das condições de vida da população; condições estas impostas pelo desenvolvimento da produção capitalista do espaço, que tem colocado este contingente populacional à margem das políticas públicas.

A tal propósito, Maricato (2011, p. 94), ao discutir o assunto da produção desigual do espaço, afirma que as cidades brasileiras são “maquinas produtoras de irregularidades” e que o nó da questão reside na valorização fundiária e imobiliária que obriga a população pobre ao “exílio urbano na não cidade”. O próprio planejamento urbanístico, observa Maricato (2000), resulta desigual e classista, pois não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma parte da cidade, apenas. De fato, as áreas irregulares continuam ausentes dos mapas e registros cadastrais da área urbana, “desprezadas pelos urbanistas e suas legislações elitistas” (BURNETT, 2011, p. 38-39).

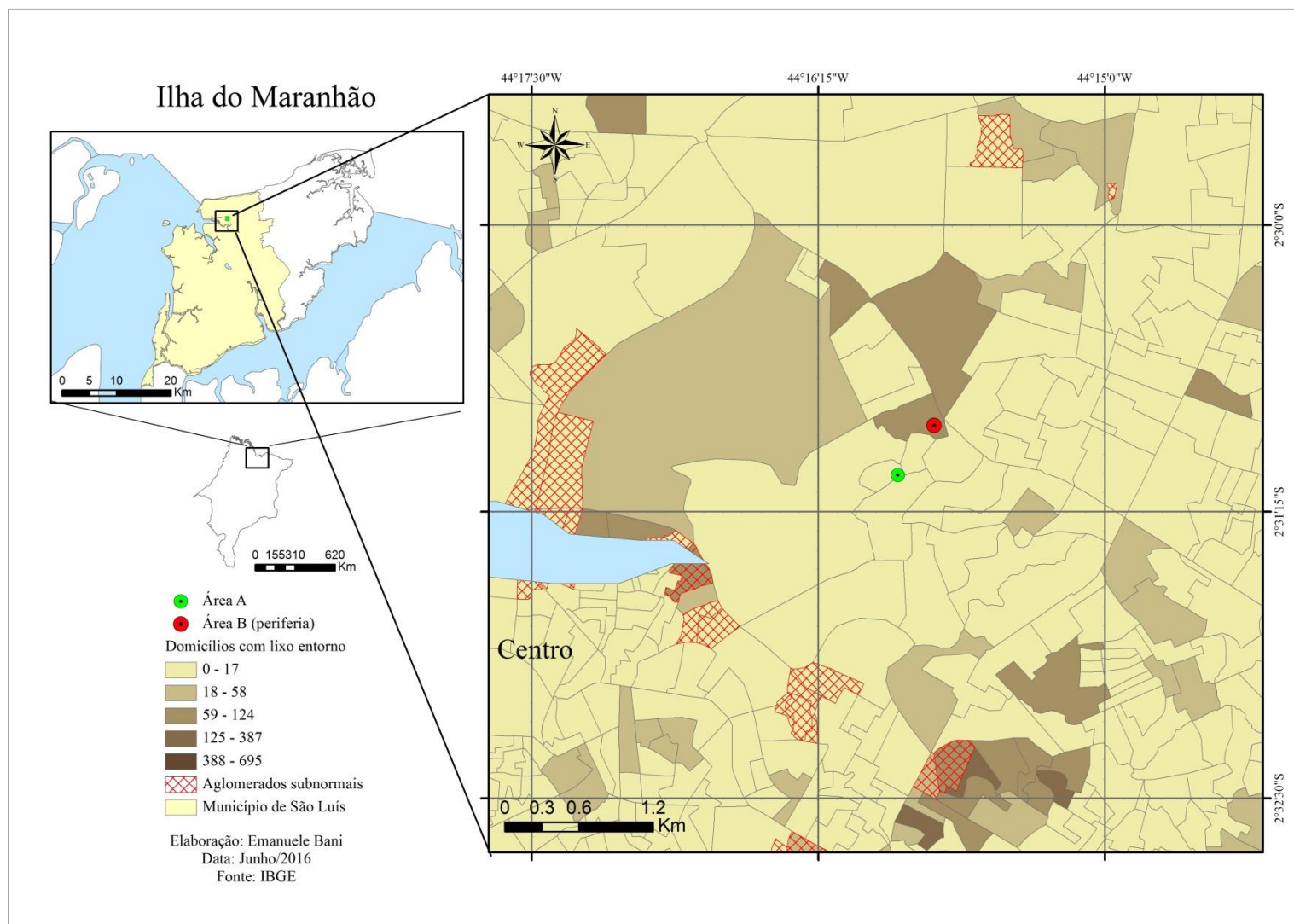
A esta situação de marginalidade imposta pelo sistema capitalista soma-se a marginalidade fruto da produção simbólica do nome “Vila”, a qual aprofunda ainda mais a desigualdade socioespacial, negando o direito à cidade à população acometida a tal discriminação.

Figura 27 - “Vila” Progresso: domicílios com esgoto a céu aberto



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Figura 28 - “Vila” Progresso: domicílios com lixo no entorno



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

4.6 A produção da “Vila” Progresso como linguagem

No meu pensamento *Vila* é quando mora uma comunidade com o povo tudo unido, mas hoje pela sociedade, *Vila*, pela sociedade de hoje, mora só bandidos, sociedade, aquela *Vilinha*, então foi esse motivo que tem que chamar com o nome certo, Jardim Progresso

D. C.

Assevera Souza (2014) que o senso comum revela uma agudeza que bem poderia estar mais presente nos estudos do urbano, e refere-se à crença popular que as palavras “têm um poder”. De fato, escreve o referido autor (SOUZA, 2014, p. 147):

age-se muito frequentemente como se o vocabulário não demandasse maiores cautelas. Com efeito, mesmo muitos pesquisadores convictamente anticonservadores e antipositivistas costumam gastar pouquíssimo tempo refletindo sobre algo tão corriqueiro como...palavras (“meras palavras”, como amiúde se ouve – e como se as palavras fossem inocente ou inofensivas).

O cume da arte, escreve Bourdieu (2010, p. 20),

está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo “coisas teórica” (grifo do autor) muito importante a respeito de objectos ditos “empíricos” (grifo do autor) muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objecto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado – é isto sem dúvida que explica que os sociólogos mais inclinados a avaliar a sua importância daqueles que, actualmente, se interessam pelo Estado ou pelo poder, se mostrem muitas vezes os menos atentos aos procedimentos metodológicos.

A importância do estudo da linguagem vista como um objeto de conhecimento equiparado ao empírico é ressaltada por Foucault (1999) quando escreve que:

A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros: ao lado dos seres vivos, ao lado das riquezas e do valor, ao lado da história dos acontecimentos e dos homens. Comporta, talvez, conceitos próprios, mas as análises que incidem sobre ela são enraizadas no mesmo nível que todas as que concernem aos conhecimentos empíricos (FOUCAULT, 1999, p. 319).

A linguagem, continua Foucault (1999, p. 322), “constitui o lugar dos hábitos mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos”. Mas os homens não são os donos das palavras e “crendo que seus propósitos lhes obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências”. Avisa Souza (2014, p. 163): “Que se constate e aceite: não se subestimem as palavras por serem “nada mais do que palavras” (grifo do autor)”.

Ainda com relação à linguagem, Bakhtin (2006) assinala que as palavras são de natureza social, ou seja, elas não existem fora de um contexto social. Logo, elas são objetos de disputa ideológica. Da mesma forma, Pêcheux (1995, p. 160) assevera que as palavras, assim como as expressões ou as proposições, “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas”.

O ponto a ser aqui destacado é a importância de enxergar a disputa ideológica em torno de determinadas palavras, que de fato não se apresentam como “meras palavras”, nem tampouco como ferramentas neutras. O importante, escreve Souza (2014, p. 163), é

Que se volte a atenção para as palavras *em si*, e não somente para a decisão explícita que encerram. Que palavras são usadas, com quais propósitos, em que circunstâncias, por quem? Que efeito ideológico *subliminar* desempenhar? Como as palavras são “*armas*”, podem elas também... *desarmar*? *Vulnerabilizar*? *Amansar* ou *domesticar*? E como isso se dá ou pode se dar, em cada caso concreto?

No caso dos estudos da produção do espaço, a crítica de Souza (2014) é direcionada para a excessiva ênfase dada ao processo de produção do espaço, em detrimento do estudo dos produtores do espaço, e principalmente de suas práticas sociais, incluindo “suas expectativas, seus valores, seus temores. E, claro, suas palavras” (SOUZA, 2014, p. 149).

Há uma “disputa simbólica em torno de determinadas palavras”, continua Souza (2014, p. 149). Os nomes propostos pelos planejadores urbanos, como representantes do Estado, muitas vezes “atrita” com nomes usados por outros agentes sociais que produzem o espaço. *Favela*, assevera o referido autor (2014, p. 151)

é um desses termos que parecem já ter adquirido feições de vocábulo “naturalizado”, mas que costumam carregar um conteúdo pejorativo que não escapa à percepção daqueles que sofrem com valorações negativas por trazerem a marca de um *estigma sócio-espacial* (no caso, os “favelados”). Não é a toa que, algumas vezes, o termo “Favela” (grifo do autor) é, de algum modo, tácita ou explicitamente contestado.

Outro exemplo é de Silva (1990, apud DINIZ 1999, p. 27), quando ressalta o caráter político-ideológico do termo *invasão* ao afirmar que ele foi estabelecido, no caso da cidade de São Luís do Maranhão,

para desvirtuar o sentido do processo natural de ocupação urbana, restringindo-o aos setores pobres e desprotegidos, impondo uma conotação ideológica de contravenção a uma prática decorrente do próprio desenvolvimento do capitalismo no Estado.

O termo *vila* também não escapa dessa disputa ideológica. Em São Luís, as áreas de ocupação irregular são hoje denominadas, na maioria das vezes, de “Vilas”, referindo-se às

áreas ocupadas pela população de baixa renda e, de fato, acompanhando-as por carga de discriminação que por muitas delas tiveram o efeito de ampliar a exclusão social.

No caso do exemplo empírico analisado neste estudo, o desejo inicial das primeiras famílias era chamar o bairro de Jardim Progresso; hoje este é conhecido como “Vila” Progresso, cujo termo é frequentemente utilizado de forma pejorativa, igual à *favela* conforme mostrado anteriormente por Souza (2014). Quanto a isso, Diniz (1999, p.70) deixa clara esta associação definindo *Vila* como a “*Favela Maranhense*”.

Observando a etimologia da palavra *vila*, nota-se que ela tem origem na palavra latina *villa* que designava uma “casa di campagna” (casa de campo), uma quinta ou um sítio. No entanto, segundo o dicionário italiano “Treccani” a palavra *villa* (do latim *villa*) passou a se referir também, na idade média, a um pequeno povoado rural, tornando-se mais tarde *villaggio* (Vilarejo em português).

Matos (2014, p. 111) analisando o topônimo Vila Passos, bairro da cidade de São Luís, exemplifica o significado distinto do termo.

Nesse caso [Vila Passos], o qualificativo de *vila* não terá a mesma significação daquela adotada para a Vila Bacanga (povoação inferior a cidade, mas superior a uma aldeia), já que vai se referir às casas de recreação nos arrabaldes das cidades, o mesmo que quintas, sítios (Sítio da Machadinha, Quinta do Machadinho).

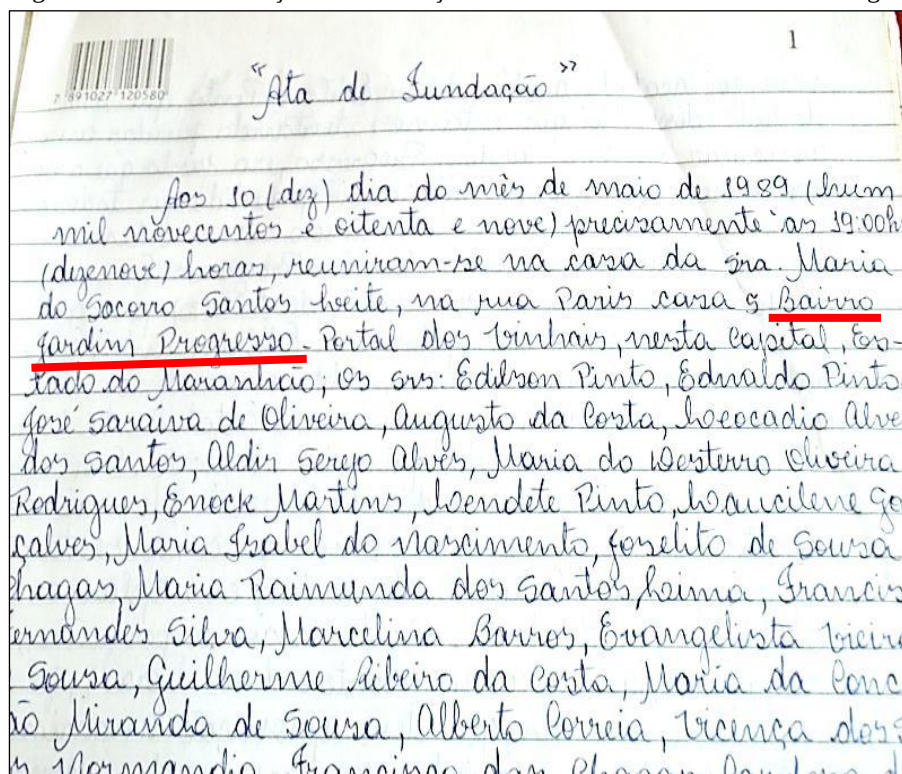
Mais interessante ainda para os fins pretendidos para esta pesquisa é a etimologia da palavra *vilão*, que no seu significado original identificava o habitante da *vila*, um camponês. Pois bem, significando algo não nobre, assim como vinha sendo associado durante a idade média, o termo passou a ser usado para se referir à pessoa de baixo valor, de nível socioeconômico inferior. Não é por acaso que em São Luís, as primeiras áreas que abrigavam os operários que trabalhavam na indústria têxtil, no início do século XX, eram chamadas de vilas operárias. Eis o trecho com o qual Matos (2014, p.123) relata sobre a desapropriação, por utilidade pública, das áreas habitadas pela população proletariada no Centro Histórico de São Luís, e em que é evidenciada a associação entre núcleos proletários e *Vilas*.

A Lei Municipal nº 381, de 11/10/1927, promulgada pelo Prefeito Jaime Tavares, no seu 2º artigo desapropriava, por utilidade pública, bem do estado sanitário e estética do progresso da Capital, todos os terrenos particulares constituídos em núcleos de população proletariada mais ou menos densas em sete bairros do Centro Histórico de São Luís. Os lugares considerados como *núcleos de população proletariada mais ou menos densas* eram as chamadas Vilas Operárias.

Através das falas dos moradores da “Vila” Progresso pôde-se constatar que, por parte deles, o termo “Vila”, utilizado para definir seu local de moradia, reforça a ideia de que

na comunidade moram criminosos, pois segundo eles o termo é hoje associado na cidade às áreas mais perigosas. No entanto, ninguém sabe quando o termo “Vila” surgiu para definir o bairro. Os moradores mais antigos lembram que o nome proposto desde o início da ocupação foi o de Jardim Progresso. A prova disso é a ata de fundação da associação dos moradores, com data de 10 de maio de 1989, na qual aparece o nome Jardim Progresso (Figura 29).

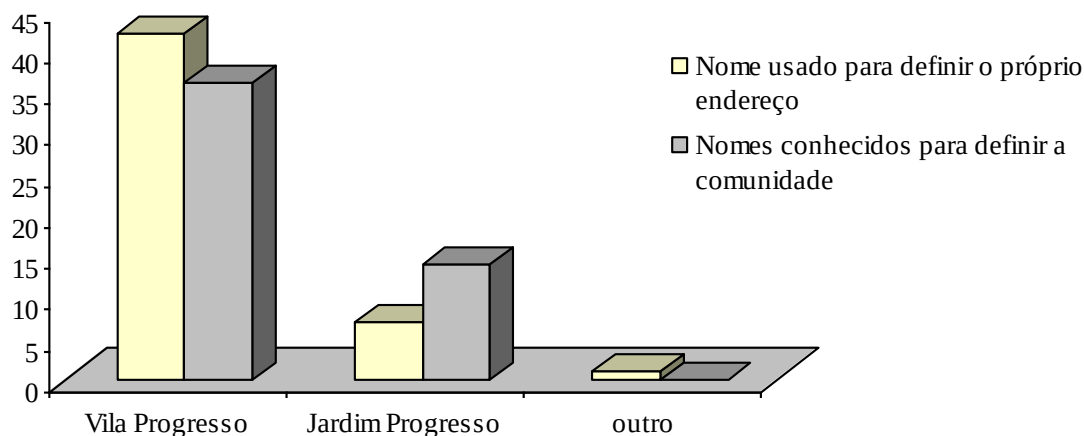
Figura 29 - Ata de fundação da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Progresso



Fonte: Bani, 2016.

Dentro do questionário aplicado aos moradores, quando questionado sobre qual é o nome da comunidade usado para definir o próprio endereço, 84% dos entrevistados responderam usar o nome de “Vila” Progresso e outros 14% responderam Jardim Progresso. E quando questionado quais são os nomes com os quais é conhecida a comunidade os percentuais mudaram, passando “Vila” Progresso a 72% e Jardim Progresso a 28% (Gráfico 11).

Gráfico 11 - “Vila” Progresso: nomes da comunidade



Fonte: Acervo de pesquisa, 2016.

Nos trabalhos de campo realizados, encontraram-se diversas formas de denominação dos domicílios. Pôde-se averiguar que há uma tensão presente no mesmo nome das placas de identificação das casas. Não há uma verdadeira união entre os moradores da “Vila” Progresso. Alguns moradores até preferem colocar só o nome do conjunto habitacional próximo ao bairro (Recanto do Vinhais), tentando evitar a discriminação que o nome “Vila” traz consigo. Apenas em uma casa encontrou-se a placa com o nome Jardim Progresso (Figura 30).

Figura 30 - Placa de identificação da casa com o nome de Jardim Progresso



Fonte: Bani, 2016.

Voltando-se ao depoimento inicial desse subcapítulo, em que uma moradora descreve seu pensamento sobre o termo *Vila*: “*No meu pensamento Vila é quando mora uma comunidade com o povo tudo unido, mas hoje pela sociedade, Vila, pela sociedade de hoje, mora só bandidos, sociedade, aquela vilinha, então foi esse motivo que tem que chamar com o nome certo, Jardim Progresso*”; assim, depreende-se que o discurso usado pelos moradores não é o mesmo utilizado pela classe dominante, embora o significado pejorativo do termo *Vila* seja conhecido pela maioria da população.

Trata-se, no caso do discurso dos oprimidos, de um discurso *autônomo* que, conforme Souza (2014, p. 154), visa defender e afirma “a autodeterminação e a ausência de dominação como valores fundamentais”, e no caso da classe dominante, de um discurso *Heterônomo* que, ao contrário, é produzido por indivíduos e instituições direta ou indiretamente comprometidos com a perpetuação de desigualdades e assimetrias estruturais, legítima, reforça ou fomenta a heteronomia, em qualquer uma de suas manifestações (classe, sexo, racismo, etc.).

Assim como no caso da palavra “comunidade”, comentado por Souza (2014), salta aos olhos a estratégia por parte dos pobres de construir “uma imagem que favoreça a autoestima coletiva, em vez de reforçar a estigmatização sócio-espacial ou a mera vitimização” (SOUZA, 2014, p. 155).

É notório, que a classe dominante consiga difundir sua visão do mundo sobre toda a sociedade e que esta passe a pensar e agir conforme as ideias da classe dominante. Para Marx isso se dá através da ideologia, “que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade” (LOWY, 1989, p. 12).

Em verdade, nos discursos mencionados é possível enxergar duas visões do mundo em conflito entre elas: a que vê a “Vila” como uma oportunidade de vida comunitária e a que, ao contrário, a enxerga como ameaça à manutenção da ordem estabelecida.

Cabe aqui destacar a contribuição do sociólogo Karl Mannheim, em seu livro *Ideologia e Utopia*, pela qual há distinção entre a visão do mundo de caráter conservador (*ideologia*) e as ideias que aspiram uma realidade diferente, e que tem, portanto uma função subversiva. Nesse caso fala-se de *Utopia* (LOWY, 1989, p. 12).

Pois bem, o conceito pejorativo do termo *Vila* é utilizado pela classe dominante para hierarquizar o espaço urbano e consolidar seu domínio sobre a população mais pobre da cidade. Seu discurso age sobre a sociedade no intuito de convencê-la de que numa *Vila* mora só gente violenta e miserável.

Logo, as condições de miséria e pobreza que vivem os habitantes das vilas, fazem com que se crie uma relação de dependência-submissão entre os moradores e os políticos locais. Não é por acaso que o nome *Vila* geralmente está associado “a nomes de políticos influentes e seus familiares - os padrinhos das áreas ocupadas” (DINIZ, 1999, p.70).

No caso da “Vila” Progresso, embora o termo *Vila* não esteja associado a nome de políticos, a partir das entrevistas com os moradores verificou-se que vereadores ou outros políticos locais tiveram grande influencia na comunidade em função da “ajuda” na construção do sistema de água encanada e no posto policial, dentre outros.

A análise do discurso aqui proposta remete à discussão da necessidade de descortinar o sentido das palavras e entende-la na sua essência. As palavras, assim como a linguagem, são utilizadas pelos membros de uma sociedade em forma distinta. Neste caso, quem detém o poder domina a situação comunicativa a próprio favor para trazer vantagem que, de certa forma, possa reproduzir sua própria dominação.

No caso da “Vila” Progresso, a tentativa pela classe dominante é a de estigmatizar a população que ai mora, a fim de exercer o controle sobre o espaço e legitimar a segregação socioespacial que ocorre em São Luís e nos outros três municípios da ilha do Maranhão, o que também deriva de um processo que vem se materializando nas demais escalas (metropolitana, estadual, regional, nacional e mundial) por que está vinculado a uma mesma lógica, isto é, a do capital, que é assentada no lucro e na propriedade privada e cuja desigualdade de acesso passa a ser naturalizada como algo dado, acabado e inquestionável.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho buscou-se analisar o processo de produção do espaço da “Vila” Progresso, no contexto da produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão e entender, assim, como ele representa um exemplo das contradições presentes nessa cidade. Contradições, entre uma produção imposta pelo processo de acumulação capitalista e uma produção como condição para a reprodução do ser humano.

Em São Luís, o acesso seletivo ao solo urbano fez com que a população de baixa renda produzisse seu próprio espaço em áreas desprezadas e/ou especuladas pelo mercado imobiliário, como as áreas ambientalmente frágeis, principalmente nas margens de rios, perto de mangues e em encostas íngremes, mas beneficiadas com proximidade de amenidades (praias, unidades de conservação) e equipamentos (supermercados, posto de saúde, shopping center) . Com efeito, a “Vila” Progresso tornou-se alternativa obrigatória para seus habitantes, em função da impossibilidade para as pessoas de ter acesso ao crédito ou a outras formas de financiamento para adquirir sua própria casa no mercado imobiliário privado ou estatal.

Como resultado desse processo, as áreas de ocupação-invasão, como a “Vila” Progresso, ficam desprovidas de equipamentos e serviços urbanos e tornam-se *um lugar fora das ideias*, onde a falta de tudo obriga a população aí residente à condição de pobreza e miséria.

Ao analisar o processo de produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão, constatou-se que no período da “cidade unitária”, isto é, quando a mesma se conformava a partir da experiência de ser um acampamento militar, uma cidade mercantil, e uma cidade industrial com as primeiras fábricas de tecidos, a produção do espaço realizou-se em torno do largo do Carmo (hoje Praça João Lisboa) e as áreas adjacentes.

A situação começou a mudar na década de 1920, quando o controle da produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão passou para as mãos dos representantes do capital comercial.

A sucessiva aplicação do zoneamento urbanístico (1938) permitiu hierarquizar o espaço urbano ampliando as diferenças entre as áreas da cidade que se expandia

horizontalmente. À medida que isso ocorreu, também ocorreram as expulsões da área central da população mais pobre. O espaço urbano de São Luís, que até então se apresentava homogêneo, começou a perder seu valor de uso e iniciou o processo de segregação socioespacial, comum a todas as cidades brasileiras.

Conforme visto na análise da produção histórica do espaço urbano em São Luís do Maranhão, o *exílio urbano* tem sido produzido de forma intensa a partir da segunda metade de 1960, quando devido ao persistir do déficit habitacional, diversas áreas têm sido ocupadas/produzidas pela população despossuída de renda ou de baixa renda.

Enquanto a cidade se “modernizava”, através a implantação de infraestruturas urbanas a serviço de grandes empreendimentos, operada pela ação do Estado, aos pobres não restava outra que não fosse a alternativa das áreas menosprezadas pela especulação imobiliária, configurando uma marcada segregação socioespacial, que é funcional à reprodução do capital.

A história da ocupação da “Vila” Progresso, marcada pela luta dos moradores contra a lógica “excludente” da produção capitalista do espaço urbano, mostra como esse processo “modernizante” da cidade também produziu pobreza e miséria. As falas coletadas têm ajudado a captar a dificuldade com a qual os moradores têm produzido seu próprio espaço de vida. Aos poucos, a paisagem natural do sítio original tem-se tornado um espaço como produto da sociedade, reflexo, portanto, do processo capitalista do espaço urbano desigual.

Andando hoje pelas ruas do bairro “Vila” Progresso notam-se casas amontoadas uma à outra, ruas em condições péssimas, esgoto a céu aberto e falta de condições de vida digna. Os resultados do questionário para o estudo socioespacial foram significativos por mostrar em que situação vive a população. A escolaridade muito baixa obriga a população a vender sua força de trabalho por preços irrisórios. A precariedade do trabalho, que obriga os trabalhadores a passar períodos do ano sem adquirir uma renda monetária, conduz a população a uma condição de vulnerabilidade que compromete a qualidade de vida do ser humano que aí mora.

Embora a “Vila” Progresso não esteja caracterizada como aglomerado subnormal pelo IBGE, ela apresenta alto grau de precariedade. Talvez suas condições sejam até piores que as que podem ser encontradas nos aglomerados subnormais. Isso reafirma, por um lado, a necessidade de estudos empíricos sobre os assentamentos precários nas cidades brasileiras. Por outro lado, demonstra a incapacidade da estatística oficial de universalizar e analisar situações diferentes no espaço intra-urbano de São Luís.

Ainda que sua acessibilidade não esteja precária, em função de sua localização de certa forma privilegiada, a “Vila” Progresso apresenta elementos de vulnerabilidade que demandam políticas públicas de amplo espectro, articulando programas sociais com ações urbanísticas.

Voltando ao questionamento inicial desta pesquisa, “como a “Vila” Progresso produz-se no contexto da produção do espaço urbano de São Luís?”, tem-se que através da análise dos resultados deste estudo foi possível averiguar que a “Vila” Progresso faz parte do processo de produção do espaço urbano de São Luís do Maranhão, na medida em que é funcional ao sistema capitalista, para permitir e manter baixos os custos na reprodução da força de trabalho.

Ao mesmo tempo incluída e excluída da sociedade, a população da “Vila” Progresso vem sofrendo a marca de um estigma socioespacial (moradores de *vila*) por consequência do termo “Vila”, o qual costuma carregar um conteúdo pejorativo que tem efeito de ampliar a segregação e as desigualdades presentes na cidade de São Luís.

Resultado de um processo de produção material e imaterial, a “Vila” Progresso é uma parte e representa um produto da desigualdade socioespacial em São Luís do Maranhão, que é o todo na escala local, mas integra, reflete e reforça o movimento da totalidade do processo de urbanização sob a lógica do capital.

Espera-se que as reflexões desenvolvidas neste trabalho possam contribuir a alimentar o debate sobre a produção (desigual) da cidade de São Luís, na perspectiva de pensar uma cidade mais justa para seus habitantes, e sobretudo, para a população da “Vila” Progresso no sentido de conhecer e valorizar sua história e luta como cidadãos que também devem usufruir das benesses da capital maranhense.

O meu olhar questionador de geógrafo italiano tem-se deparado com uma situação inusitada; uma situação de pobreza e de injustiça que o estudo tem-se encarregado de verificar como fruto do capitalismo. Acredito que, não sendo uma situação fruto de fatos naturais, essa situação possa ser mudada.

Escreve Gramsci: (2008, p. 69): “Il proletariato può diventare classe dirigente e dominante nella misura in cui riesce a creare un sistema di alleanze di classi che gli permetta di mobilitare contro il capitalismo e lo Stato borghese la maggioranza della popolazione lavoratrice”.

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ALCÂNTARA, E.H. & AMORIM, A.J. (2005). Análise morfométrica de uma bacia hidrográfica costeira: um estudo de caso. **Caminhos de Geografia**, v. 7, p. 70-77.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BOORDIEU, J. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BURNETT, F. L. **Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna**. IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

_____. Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 173-197.

_____. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista. A fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume; São Luís: Fapema, 2011.

_____. Metropolização e gestão urbana na Ilha do Maranhão: efeitos socioambientais da produção imobiliária de baixa renda. **Revista Políticas Públicas**. São Luís – MA. Número especial. P. 353 - 362. Outubro de 2012.

CAPEL, H. **Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español**. Revista Geográfica, n. 8, 1972, p.19-56.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. – 2ª ed. – São Luís: Edufma, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, I. S. A bacia de São Luís. In: BRITO, I. M. **Geologia histórica**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2000.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1985.

CURVELO-MATOS, H. R. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. Tese (Doutorado em linguística) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, S. A., 1989.

DAMIANI, A. L. **Urbanização crítica e produção do espaço**. Cidades, São Paulo, v. 6, n. 10, 2009.

DEÁK, C. e SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP 2004.

DINIZ, J. S. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): O caso da Vila Cascavel**. São Luís: MPP/UFMA, 1999, (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas).

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERREIRA, A. J. A. O Estado enquanto agente social do urbano. *Revista Geosp*, São Paulo, ano 4, 1998. p. 27-37.

_____. **O Estado e as políticas do urbano em São Luís**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH-DG/USP, 1999.

_____. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

_____.; SILVA, C. M. **A lógica capitalista da produção do espaço urbano de São Luís (1971 a 2003)**. In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/AGB, 2005.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 10ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOTTDIENER, M. **A produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

GRAMSCI, A. **La questione meridionale**. Cagliari: Davide Zedda Editore, 2008.

HARVEY, D. O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo: nº 6, jun/set 1982.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LOWY, M. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1989.

LUZ, J. S. da. **Lutas por moradias e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. São Luís, UFMA, 2004.

MARICATO, E. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O. VAINER, C. Maricato, e. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, E. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MENDES, S. A. **Entre burros e empurrões: uma história dos bondes elétricos em São Luís (1924-1966)**. Monografia (graduação em história). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2005.

MENDONÇA, S. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NOVAES, A. De Olhos Vendados. In: NOVAES, A. (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 9- 20.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Editora expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Crítica á razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do obvio**. 2 Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1995.

QUAINI, M. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RABÊLO, R. de L. **Direito à cidade capitalista: da luta popular pela terra ao impasse no acesso à propriedade e aos serviços públicos na Cidade Olímpica em São Luís-MA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - Universidade Estadual do Maranhão). São Luís: 2012.

ROCCA, G. **Fondamenti di geografia umana. Metodi, fonti e strumenti nell'analisi dell'organizzazione spaziale dei fatti umani**. Genova: ECIG, 2001.

SANTOS, m. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de são Paulo, 1983.

_____. **Técnica, Espaço, tempo. Globalização e meio Técnico-científico-informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Q. D. da S.. **Dinâmica do processo de periferização em São Luís-MA**. São Luís, 1995. (Monografia de Graduação em Geografia), DEGEO-CCH/UFMA.

_____. **Mapeamento geomorfológico da Ilha do Maranhão**. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: 2012.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1988.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. P. 147-166.

VIEIRA, J. S. **O condomínio Farol da Ilha como nova expressão de reprodução do espaço urbano de São Luís**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional). São Luís, PPDSR/UEMA, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Senhor(a),

Título da pesquisa: A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Venho solicitar sua participação voluntária na pesquisa de Emanuele Bani, aluno do mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) sob a orientação do Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira. Com este estudo objetiva-se analisar o processo de (re)produção do espaço da “Vila” Progresso, no contexto da produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão. Sua participação é fundamental para a realização desta pesquisa, necessitando para tal, que responda algumas perguntas referentes ao objetivo da pesquisa. Existem riscos mínimos de desconforto no momento de responder algumas perguntas da entrevista. Medidas preventivas serão tomadas para minimizar qualquer risco, incômodo ou constrangimento, garantindo o anonimato dos participantes e locais pesquisados. Os resultados desta pesquisa serão apresentados em reuniões e/ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada durante essas apresentações. Garantimos que ninguém saberá que você está nesta pesquisa, a menos que você mesmo forneça esta informação. Você pode aceitar ou não participar do estudo, e terá liberdade de desistir da mesma a qualquer momento sem prejuízos. Não haverá nenhum gasto com sua participação. Você também não receberá nenhum pagamento pela participação. Você receberá uma cópia deste termo. Em caso de qualquer dúvida, você poderá procurar esclarecimentos com Emanuele Bani, tel. (98) 98818-4516. Peço que após ter lido este termo e esclarecido qualquer dúvida, você assine abaixo se estiver de acordo em participar como voluntário da pesquisa.

São Luís, ____/____/____

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - Questionário para estudo socioespacial.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

**A “VILA” PROGRESSO COMO PRODUTO DA DESIGUALDADE
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Questionário para estudo socioespacial

Data da entrevista:

Entrevistador:

São Luís
2016

I IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E INFORMAÇÕES REFERENTES À FAMÍLIA

1. Quem é o chefe da família?

☐ Pai ☐ Mãe ☐ Outro

2. Configuração da família:

Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Instrução	Ocupação	Renda Mensal
Pai						
Mãe						
Filho (a)						
Filho (a)						
Filho (a)						
Filho (a)						
Filho (a)						
Avô (a)						
Parente 1						
Parente 2						
Agregado 1						
Agregado 2						

Eventuais mais Filhos:

II RELAÇÃO DO CHEFE COM O LOCAL DE MORADIA

1. Local de Nascimento:

☐ São Luís (especificar)_____

☐ Cidade do Interior (especificar)_____

☐ Outros Estados (especificar)_____

2. Há quanto tempo reside em São Luís:

☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 2 anos ☐ de 2 a 3 anos

☐ de 3 a 4 anos ☐ mais de 4 anos

3. Motivo pelo qual veio morar em São Luís:

☐ Expulso da terra onde trabalhava ☐ Busca de trabalho

☐ Para estudar ☐ Outro (especificar)_____

4. Motivo pelo qual veio morar na Vila Progresso:

☐ Não tinha onde morar

☐ Outro (especificar) _____

5. Como o(a) senhor(a) conheceu o bairro:

☐ Descobriu sozinho(a) ☐ com amigos e parentes

☐ Outro (especificar) _____

6. Qual é o nome da comunidade que o(a) senhor(a) usa para definir o seu endereço:

☐ Vila Progresso ☐ Jardim Progresso

☐ Outro (especificar) _____

7. Quais são os nomes da comunidade que o(a) senhor(a) conhece:

☐ Vila Progresso ☐ Jardim Progresso

☐ Outro (especificar) _____

8. Forma de ocupação do terreno:

☐ Próprio ☐ Ocupado ☐ Alugado ☐ Cedido

9. Local de trabalho:

☐ No próprio bairro ☐ No centro da cidade

☐ Em outro bairro (especificar) _____

10. Principal meio de transporte utilizado:

☐ Ônibus ☐ Carro próprio ☐ Carona ☐ A pé ☐ Bicicleta

☐ Outro (especificar) _____

11. Aspectos que considera positivos no bairro:

12. Aspectos que considera negativos no bairro:

III CARACTERIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES DA MORADIA

1. Sua casa é:

☐ Própria ☐ Financiada ☐ Alugada ☐ Cedida ☐ Mora em casa de terceiros

2. Número de cômodos da moradia:

☐ Um ☐ Dois ☐ Três ☐ Quatro ☐ Mais de quatro

3. Quantidade de pessoas residentes no imóvel:

☐ Uma ☐ Duas ☐ Três ☐ Quatro ☐ Mais de quatro

4. Tipo de edificação da moradia:

☐ Tijolo ☐ Taipa ☐ Outro (especificar)

5. Tipo de cobertura da moradia:

☐ Telha da barro ☐ Telha de Brasilete ☐ Palha () Outro (especificar)

6. Sua casa tem energia elétrica?

☐ Sim ☐ Não

7. Sua casa tem água encanada?

☐ Sim ☐ Não

8. Se não tem, qual a procedência da água?

☐ Torneira do vizinho ☐ Poço ☐ Chafariz ou torneira pública

9. Qual o destino do lixo de sua casa?

☐ Coletado pela prefeitura ☐ Jogado em terreno baldio ☐ Queimado

10. Qual o destino dos dejetos humanos (fezes, urina)?

☐ Fossa séptica ☐ Fossa negra ☐ Terreno Baldio ☐ Mato